

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

Rogério Costa dos Reis

**TERRITÓRIO SAGRADO: EXÍLIO E RECONQUISTA KRENAK NO VALE DO
RIO DOCE**

Governador Valadares
2011

ROGÉRIO COSTA DOS REIS

TERRITÓRIO SAGRADO: EXÍLIO E RECONQUISTA KRENAK NO VALE RIO DOCE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade do Vale do Rio Doce como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Dra. Patrícia Falco Genovez.

Governador Valadares
2011

ROGERIO COSTA DOS REIS

TERRITÓRIO SAGRADO: EXÍLIO E RECONQUISTA KRENAK NO VALE RIO
DOCE

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Gestão Integrada do Território da
Universidade do Vale do Rio Doce
como requisito parcial para
obtenção do grau de mestre.

Governador Valadares, _____ de _____ de 2011.

Banca Examinadora:

Dra. Patrícia Falco Genovez – Orientadora
Universidade Vale do Rio Doce

Dr. Mauro Augusto dos Santos
Universidade Vale do Rio Doce

Dr. José Luiz Cazarotto
Centro Universitário UNISAL

Ao Bernardo, que foi gestado juntamente com este trabalho e para Gracielly esposa, mãe, amiga e companheira em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Esta caminhada de pesquisa não teria sido possível sem a ajuda de inúmeras pessoas. Iniciamos agradecendo ao povo Krenak, a todos os que me receberam, muitas vezes durante os momentos de trabalho, deixando muitas vezes, seus afazeres cotidianos para longas conversas sobre o território e a vida Krenak. São muitas as pessoas que me acolheram, que deram atenção, uma informação, uma palavra. Não saberia sequer mencionar todos os nomes, mas fica minha gratidão a todos.

Nosso agradecimento especial ao Sr. Silvan Barbosa Moreira, funcionário da Funai, que agendou diversas visitas à Reserva Indígena Krenak, facilitando o desenvolvimento do nosso trabalho de campo. Além disso, disponibilizou seu acervo de documentos sobre a questão indígena no Brasil.

Ao professor Itamar Krenak pelos longos momentos de discussão sobre a causa indígena no município de Resplendor e pela parceria empreendida na luta por uma educação que valorize as diferenças étnicas e, principalmente, a valorização da cultura Krenak no município de Resplendor.

Aos mestres do Programa de Pós-graduação em Gestão Integrada do Território, Luiz Eduardo, Sueli Siqueira, Carlos Alberto, Haruf Espíndola, Maria Aparecida Xavier, Patrícia Genovez pelas contribuições ao nosso crescimento intelectual e humano.

Em especial à professora Maria Aparecida Sá Xavier (Airam) pela amizade e esforço em fazer com que pensasse territorialmente.

À Professora Patrícia Falco Genovez por me aceitar como orientando no decorrer da trajetória, pela sensibilidade e paciência com que conduziu esta dissertação.

À todos os professores colegas de trabalho em Resplendor e Colatina, pelo apoio, incentivo e torcida pelo sucesso deste trabalho. Em especial ao professor Leonardo Ranlow, Maria das Graças Cruz e Kássia Bonissom pelas valiosas contribuições para a conclusão da dissertação.

A Cristiane Bossanelli pela presteza no atendimento às minhas solicitações junto à Secretaria Municipal de Educação.

Ao Airton Bonisson Jr. pelas valiosas informações prestadas sobre a questão fundiária no município de Resplendor.

A Érica Silva, pela colaboração nas buscas e devoluções de livros junto à Biblioteca da UNIVALE.

A todos os meus familiares pelo apoio e por compreender minhas ausências em momentos familiares que coincidiram com as atividades de realização deste Mestrado.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para o bom andamento na realização desta Dissertação.

Ao Pai do Céu, pela luz e paz proporcionada ao longo deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa tem como foco a compreensão dos principais elementos da territorialidade dos Krenak, constituída no vale do rio Doce, cujos aspectos simbólicos, assumem características intensas na sua construção territorial. Buscamos, portanto, a constituição de uma territorialidade que nem mesmo as sucessivas diásporas, empreendidas pelos órgãos indigenistas oficiais, romperam os vínculos com a terra natal. Neste sentido, a pesquisa se concentra em dois exílios Krenak. O primeiro em 1958, quando são transferidos pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) para o território onde já viviam os Maxacali, em Santa Helena de Minas. O segundo exílio ocorre sob a tutela da recém criada Fundação Nacional do Índio (FUNAI), quando os Krenak são transferidos, em 1972, para a Fazenda Guarani no município de Carmésia/MG, dividindo o território com os índios Pataxó durante oito anos. Dessa forma, procuramos perceber quais as motivações para o retorno ao vale do rio Doce, nos dois momentos de diásporas, e quais as consequências destes retornos para a definição da atual Reserva Indígena Krenak no município de Resplendor. Também destacamos, em meio a esse processo, a construção de uma “multiterritorialidade” entre os Krenak, a partir da experiência dos exílios. Durante o retorno de Carmésia, entre os Maxacali, alguns Krenak, levados pelo Serviço de Proteção ao Índio, se estabelecem no Posto Indígena de Vanuíre, no interior de São Paulo, onde já viviam os Kaingang. Neste novo território os Krenak iniciam um processo de reterritorialização intensamente vinculado à sua vivência nas terras mineiras do rio Doce, consideradas um território sagrado. Este processo assume uma dimensão múltipla, típica da territorialidade reconstruída nas diásporas.

Palavras Chave: Índios Krenak, Territórios Sagrados, Multiterritorialidade, Desterritorialização e Reterritorialização.

ABSTRACT

This research presents a study about territoriality Krenak in the valley of river Doce, whose symbolic aspects assume intense characteristics in its territoriality construction. Therefore, we seek a constitution of a territoriality not even the successive diaspora, undertaken by the official Indians Organs, the territoriality were capable to break the bond with motherland. So, the research concentrates in two Krenak's banishment. The first in 1958, when they were transferred by the Indian Protection Service (SPI) to the territory where the Maxacali's live in Santa Helena de Minas. The second eradication under the responsibility of the newly National Indian Foundation (Funai) was in 1972. The Krenak's were than transferred to the Guarani Farm in Carmésia district, where Pataxo Indians were already living and remained there almost eight years. Having this in mind, we try to understand which were the motivations through what Krenak want so much to be back to the Rio Doce valley, in both diaspora moments, and which were the consequences of the returning to the definition of the present Krenak's Indian Reservation in the city council of Resplendor. We also detach, in the middle of this process, the construction of a "multiterritoriality" between the Krenak's, starting at the banishment experience. During the way back from Carmésia among the Maxacali some of the Krenak's taken by the Indian Protection Service, they settled in the Vanuire Indian Station, in the countryside of São Paulo, where the Kaingang's were already living. In this new territory the Krenak's started a process of reterritorialization which were in a intense way bonded to their way of living in their "mineira" land of river Doce, considering it a sacred territory. This process assumes a multiple typical dimension of the territoriality rebuilt in the diasporas

Key words: Krenak Indians, Sacred Territories, Multiterritoriality, Unterritorialization, Reterritorialization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1-	Recorte da atual Reserva Indígena Krenak no município de Resplendor	19
Mapa 2-	Área de abrangência das Divisões Militares.....	53
Mapa 3-	Área ocupada pelos Krenak após o retorno da Fazenda Guarani.....	98
Mapa 4-	Mapa dos Sete Salões e o atual território indígena Krenak.....	105

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS,	05
RESUMO,	07
ABSTRACT,	08
LISTA DE ILUSTRAÇÕES,	09
INTRODUÇÃO,.....	11
1 A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO KRENAK: CONCEITUAÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÕES BÁSICAS,	20
1.1 Do conceito de Espaço ao de Território/Territorialidade,	21
1.2 Botocudos e Krenak no vale do rio Doce: caracterizações elementares de um Território multifacetado,.....	30
1.3A ofensiva aos botocudos: O Território construído pelo Estado,.....	46
2 NEM DESTERRITORIALIZAÇÃO E NEM RETERRITORIALIZAÇÃO: POR UMA MULTITERRITORIALIZAÇÃO DOS KRENAK NO VALE DO RIO DOCE.....	57
2.1A implantação da Estrada de Ferro e as transformações do Território: O Estado e os Krenak na modernidade,	58
2.2Território entrecortado por multiterritorialidades: Krenak, fazendeiros e Estado, 65	
2.3 Krenak em Território Kaingang: a experiência de Vanuíre,	80
2.4 Krenak na Fazenda Guarani: o segundo exílio e a configuração de novas Territorialidades,.....	87
2.5A reconquista: “a volta dos que não foram”,.....	95
CONCLUSÃO,.....	107
BIBLIOGRAFIA,.....	112
ANEXOS,.....	117

INTRODUÇÃO

No ano de 2008, o jovem Douglas Krenak publicou um artigo intitulado “Borum Krenak: 200 anos de resistência à Guerra Justa”.

O texto foi escrito ao se completarem 200 anos da decretação da Carta Régia de 13 de maio de 1808, quando o príncipe D. João VI declara Guerra Ofensiva aos botocudos, visando o extermínio dos indígenas. No referido texto Douglas Krenak, é feita uma apreciação, mesmo que sucinta, de aspectos fundamentais do processo de colonização empreendido pelos europeus. Relatando, de forma contundente, a resistência indígena ao longo destes duzentos anos, à decretação de Guerra Ofensiva e valorizando, principalmente, as lutas atuais. No contexto, é um documento que proporciona a uma visão da colonização européia e seus impactos sobre os Krenak.

Transcrevemos abaixo o documento citado, por considerarmos sua importância para entendimento da concepção atual dos Krenak sobre o processo de exploração empreendido pela colonização européia ao longo dos anos.

Neste ano, precisamente no mês de Maio, completará duzentos anos que um rei chamado Dom João VI declarou “Guerra Justa” ao meu povo Krenak. Na verdade, para nós Borun são duzentos anos de resistência e de luta pela vida. Tudo começou quando em nossas terras atracaram os Kraí-Krenton (não-indio) com seus navios. Segundo nossos antepassados o motivo da vinda dos Kraí-Krenton fora devido à busca por riquezas, novas terras, escravos e exploração muita exploração, as mais cruéis e imperdoáveis explorações que já presenciamos e hoje sabemos. No entanto, ao chegarem aqui em nosso continente, eles jamais podiam imaginar que dentro das belas e densas matas podiam existir os povos da floresta. Povos que tinham a natureza como lar, como santuário, como todas as coisas boas que a natureza possa significar. Enfim, eles nunca imaginaram o quanto era importante para nós a relação com a natureza, com o sagrado, com o preservar, em saber como é primordial manter intactas as coisas que o grande espírito criou para nós

Sendo assim, ao exterminarem com todos os parentes da costa do nosso continente, os Kraí-Krenton decidem adentrar as matas a procura de riquezas, pedras preciosas e todas as coisas que viessem pela frente. Na época em que aquelas pessoas estranhas subiram os rios, as nossas belas águas doces cortavam o que hoje chamamos de estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. Era em toda essa região que vivia e comandava todo o meu povo, os “Borum” (Essência do ser). Mas não era bem assim que os estranhos nos chamavam. Desde aquela época a discriminação acontecia. Por meu povo usar adornos nas orelhas e nos lábios, eles nos passaram a chamar de “Botocudos” termo pejorativo que advém de Botoque, que significa rolha de fechar barril.

O choque, o contato entre os Kraí-Krenton e o meu povo foi o mais violento, intenso e sanguinário que acontecera neste país. Matavam mulheres, crianças, velhos além dos nossos guerreiros nas batalhas. Mesmo assim o meu povo resistiu bravamente, impedindo que os estranhos destruíssem nossas matas e levassem toda nossa riqueza. Muitos anos se passaram e várias guerras foram travadas, milhares de Borum e Kraí-Krenton morriam desesperadamente.

Como se não bastasse tanta morte, mais estranhos chegavam e alojavam-se em nossas terras, chegando ao ponto em que a vida de todos os povos da floresta estava perto do fim. Durante todo esse período, os Kraí-Krenton não conseguiram nos derrotar tendo que apelar para uma severa e cruel estratégia, a de convencerem seus líderes que era preciso nos matar sem piedade para extrair de nossas terras as riquezas exuberantes.

Diante de toda repercussão, lendas de antropofagismo, histórias inimagináveis sobre meu povo, um rei que viera para nossas terras conhecido por Dom João VI decide declarar guerra ao meu povo, uma Guerra que teve o nome de Guerra Justa aos Botocudos. A justificativa do nome era porque o meu povo impedia o desenvolvimento por toda região. Pra ser sincero, meu povo impedia que nossas matas fossem queimadas, nossos rios poluídos, nossas riquezas extraídas e nossa dignidade manchada com sangue inocente. E por achar que nesta terra não tinha dono decidiram nos exterminar por completo, sem que nenhuma vida fosse poupada. Em 13 de Maio de 1.808 com a divulgação da Carta Régia deu-se início oficialmente à Guerra Justa para complementar às decisões do famoso rei. A sanguinária ocupação de nossas terras com todo o esquema militar, de quartéis, cães e soldados durou longos 15 anos. Após repercutir por toda Europa e demais continentes a “Guerra Justa” teve fim oficialmente no ano de 1.823. Na verdade a guerra acabara apenas para os Kraí-Krenton, porque, para o meu povo ela ainda não acabou. Depois das guerras, nosso povo foi quase exterminado por completo restando poucas aldeias. A partir de então tivemos que passar por vários tipos de guerras e batalhas que se possa imaginar. São na verdade os aldeamentos, os métodos de pacificação utilizados pelos governos, prisões, delimitação dos nossos territórios, negação da nossa cultura, projetos desenvolvimentistas, hidrelétricas, Usinas, reservas ambientais, privadas, dentre várias outras.

As agressões ao meu povo e as reações adversas à nossa cultura são cada vez mais presentes, quase que incontroláveis, prestes a um conflito social de graves proporções. É urgente, portanto, que todos saibam da riqueza e da importância que é a cultura de um povo, e com isso tomar iniciativas para tornar mais harmônica a convivência entre os povos de diferentes culturas.

Sabemos que a Constituição Federal dedicou um pequeno capítulo aos índios, reconhecendo sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, impondo à sociedade brasileira um dever legal de respeito e de reconhecimento das diferenças etnoculturais dos indígenas.

No entanto, a ignorância e o desrespeito da sociedade brasileira acerca das questões culturais e tradicionais ainda é o que prevalece, levando ao preconceito e à discriminação. É preciso demonstrar que estas diferenças são o que faz do Brasil uma grande Nação.

Não podemos tomar como base e norteamento histórico informações como as que a Rede Globo exibiu em uma série no Programa do Fantástico, colocando algumas figuras como líderes e responsáveis pelo desenvolvimento do nosso país. É preciso dizer que D. João VI teve que mandar matar injustamente vários povos indígenas para colocar em prática seu plano de desenvolvimento, assim como Napoleão, D. Pedro I e vários outros tiveram que cometer atrocidades para realizarem seus escandalosos planos.

Eu sei que muito ainda precisa ser feito para a construção de uma nova realidade, para que nossa sociedade caminhe rumo a um novo Brasil. Precisamos exigir do Governo Brasileiro que a Sociedade e até mesmo os seus Governantes passem por um intenso processo educativo e de formação, buscando romper as barreiras da corrupção, da violência, do isolamento, do desconhecimento não só dos Meios de Comunicação, mas de todos os setores e sistemas da Sociedade Brasileira.

É chegada a hora de que nossas crianças precisam ser educadas com a verdade, com o real significado da palavra verdade. Para quem sabe assim construiremos um novo mundo com um pouco mais de respeito às diferentes culturas e respeito ao nosso grande lar chamado Planeta Terra. Erehé Ynhauit. Paz e Luz a todos. (KRENAK, 2008).

Para nossa análise, inicialmente vamos ater-nos ao aspecto mencionado neste início do texto, mais especificamente, quando Douglas Krenak classifica a natureza como lar, como santuário para os povos nativos desta terra. Essa menção é muito importante para o que pretendemos desenvolver ao longo deste trabalho: compreender os principais elementos da territorialidade Krenak, constituída no vale do rio Doce, cujos aspectos simbólicos, estabelecidos entre os povos que habitavam a floresta, assumem características tão intensas na construção territorial desse grupo. Aliás, são estes aspectos que transformam o território em santuário sagrado, conforme destacou Douglas Krenak em seu texto. Essa dimensão simbólica

e sagrada que permeia toda construção da territorialidade Krenak é o elemento que buscamos analisar ao longo do trabalho, o qual em alguns momentos se contrapõe à dimensão da exploração econômica deste território, considerando tanto as políticas do antigo Estado português, quanto as mais recentes ações que, através de órgãos indigenistas buscaram-se transformar o índio em um cidadão dentro dos padrões sociais e econômicos europeus.

Outro ponto importante da carta de Douglas Krenak é a menção a criação de um mito sobre a antropofagia entre os botocudos. No decorrer do nosso trabalho, abordamos esta temática em vários pontos, uma vez que esta foi a justificativa principal para o empreendimento de uma Guerra contra os botocudos, sendo o ápice desta política de extermínio, a publicação da Carta Régia de 13 de maio de 1808 pelo Príncipe D. João.

A construção do mito da antropofagia provocou profundos impactos na forma como a sociedade passou a enxergar os botocudos para, a partir daí, empreender uma política que visava, exclusivamente, a pacificação ou o extermínio destes índios.

Esta política é aplicada desde a implantação das Divisões Militares, ainda no governo colonial, possuindo repercussões até muito recentemente quando os órgãos indigenistas como o Serviço de Proteção ao Índio – SPI e, posteriormente a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, realizam a retirada forçada dos últimos indígenas que habitavam o vale do rio Doce.

Ao final, Douglas nos faz repensar nossa concepção de respeito às diferenças culturais e o nosso respeito ao planeta terra, nosso lar, nosso território comum. A necessidade de uma revisão histórica, em que a visão predominante não seja a dos grandes heróis, a visão eurocêntrica que continua negligenciando os valores e a contribuição dos povos nativos para a formação deste país.

Nossa pesquisa busca essencialmente, compreender alguns aspectos que são mencionados na carta de Douglas, dentre eles o estabelecimento de uma política que visava o extermínio dos povos nativos do vale rio Doce e a ligação dos atuais Krenak com suas terras. Estes dois aspectos são cruciais para a construção de uma nova leitura sobre a cultura e o modo de vida dos Krenak. Para esta análise, buscamos estes pontos através da compreensão do território e da multiterritorialidade entre este povo.

Entretanto, antes de adentrarmos nos pontos específicos do nosso trabalho é importante destacarmos quem são os Krenak. No decorrer do trabalho, apresentamos alguns aspectos essenciais sobre a formação deste povo. A título de introdução, destacamos apenas alguns elementos fundamentais para compreendermos o desenvolvimento deste trabalho.

Segundo Soares (1992) e Paraíso (2002) a formação dos Krenak se deu a partir de uma cisão no grupo dos Gutkrak, na região do rio Pancas. Esta cisão ocorreu a partir dos primeiros

contatos com o antigo Serviço de Proteção ao Índio – SPI, que mantinha um posto para atração indígena denominado “Posto de Pancas”.

O contato de um dos líderes do grupo dos Gutkrak, Tetxuk, com os agentes do SPI causa a insatisfação de vários elementos do grupo, provocando a divisão entre estes e ocasionando a formação de um novo grupo que se retiram para as cabeceiras do Córrego do Eme e ali se organizam construindo aldeias. Conforme era costume, adotam o nome do novo líder: Krenak (SOARES, 1992, p. 85).

O grupo dos Krenak, então estabelece suas aldeias no vale do rio Eme, um dos afluentes do rio Doce. Uma das principais características apontadas pelo grupo para a cisão, se fundamenta na intransigência em manter contato com os agentes do SPI. Os Krenak também se recusam, terminantemente em ser transferidos para o posto de Pancas, onde já se encontravam os Gutkrak. Esta resistência acaba levando o governo a demarcar uma área de terras para a criação de uma colônia destinada aos índios Krenak (SOARES, 1992, p. 108; MATTOS, 1996, p. 81; PARAÍSO, 2002, p. 420).

É a partir desta demarcação de terras no vale do rio Doce que se fundamenta a criação da atual Reserva Indígena Krenak no município de Resplendor, conforme destacaremos ao longo do nosso trabalho. Contudo, a resistência que fez com que os Krenak conseguissem a demarcação de terras no início do século XX, não foi capaz de conter as ações do SPI que realizou a transferência deste grupo para outras terras visando desobstruir o território onde os Krenak se encontravam para o desenvolvimento da agricultura (PARAÍSO, 1989, p. 53)

Neste intuito, procuramos compreender como os atuais Krenak, últimos remanescentes dos antigos botocudos, conseguiram constituir uma territorialidade tão intensa que nem mesmo as sucessivas diásporas empreendidas pelos órgãos indigenistas oficiais fizeram com que esquecessem sua terra natal. Neste contexto, o retorno foi sempre uma saga, vivenciada nos dois exílios Krenak. O primeiro, em 1958, quando são transferidos pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) para o território onde já viviam os Maxacali, em Santa Helena de Minas. O segundo, sob a tutela da recém criada Fundação Nacional do Índio (Funai) quando os Krenak são transferidos, no ano de 1972, para a Fazenda Guarani no município de Carmésia/MG, dividindo o território com os índios Pataxó durante oito anos (SOARES, 1992).

Para compreendermos esta construção da territorialidade Krenak examinamos quais as motivações para o retorno ao vale do rio Doce nos dois momentos e quais as consequências destes retornos para a definição da atual Reserva Indígena no município de Resplendor. Outro ponto a se destacar é a construção de uma “multiterritorialidade” entre os Krenak, a partir da

experiência dos exílios. Durante o retorno de Carmésia, entre os Maxacali, alguns Krenak são levados pelo Serviço de Proteção ao Índio, para o Posto Indígena de Vanuíre, no interior de São Paulo, onde já viviam os Kaingang. Neste novo território, os Krenak iniciam um processo de reterritorialização intensamente vinculado à sua vivência nas terras mineiras do vale do rio Doce. Este processo assume uma dimensão múltipla, típica da territorialidade reconstruída nas diásporas (HAESBAERT, 2005).

Cabe destacar que nossa discussão parte sempre de um viés territorial. Para tal, iniciamos este trabalho com algumas conceituações teóricas sobre espaço, território e territorialidade em que buscamos estabelecer aspectos fundamentais que possam situar nosso leitor dentro da nossa perspectiva de trabalho.

Para emprendermos esta trajetória, buscamos a compreensão de alguns elementos sobre o modo de vida dos antigos botocudos que viviam no vale do rio Doce, do Mucuri e do rio Jequitinhonha, conforme veremos na primeira parte deste trabalho. Esta análise tem como principal objetivo reconhecer que os antigos botocudos possuíam um território com delimitações geográficas bem estabelecidas. A utilização deste território assumia um caráter funcional de subsistência, mas, acima de tudo, possuía uma dimensão simbólica muito forte.

Os povos que habitavam esta parte da floresta atlântica, no espaço conhecido como ‘Sertões do Leste’ começam a sofrer interferência do Estado a partir do momento em que a Coroa portuguesa empreende uma ocupação demográfica neste território e almeja transformá-lo em um território produtivo economicamente. O ápice desta política colonial deu-se com a decretação da Carta Régia de 13 de maio de 1808 que estabelece a divisão destas terras em seis partes e inicia-se uma ação militar para o extermínio e/ou pacificação dos botocudos (ESPÍNDOLA, 2005).

Quando os Krenak retornam do exílio entre os Maxacali, o Serviço de Proteção ao Índio acaba encaminhando um grupo de Krenak para viverem no Posto Indígena Vanuíre, no interior de São Paulo, provocando uma diáspora. Estes Krenak, encaminhados para São Paulo, acabam reproduzindo em Vanuíre um modo de vida e de ser Krenak, que era vivenciado pelo grupo nas terras que margeiam o rio Doce.

Esta análise, realizada na segunda parte do trabalho, é importante para nosso objeto de estudo, visto que neste aspecto encontramos um postulado de Haesbaert (2005) que destaca em seu trabalho a dinâmica da multiterritorialidade, substrato para nossa fundamentação teórica.

Para que pudéssemos analisar o processo de ocupação das terras dos Krenak por fazendeiros e sitiantes, sobretudo após os contatos do SPI com os indígenas do vale do rio

Doce, procuramos compreender a ocupação demográfica do vale do rio Doce como um processo que ocorre de forma mais intensa a partir da implantação da Estrada de Ferro Vitória-Minas no início do século XX. A partir da ferrovia, ocorre uma transformação nas práticas econômicas desenvolvidas da região, o que acabou provocando uma nova relação da sociedade com os indígenas que habitavam a margem do rio Doce onde atualmente situa-se o município de Resplendor/MG.

A criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ILTN), em 1910 pelo governo federal, com o objetivo coordenar as políticas nacionais em relação aos assuntos indígenas acaba provocando muito mais a exploração das terras ocupadas pelos nativos do que realmente estabelecer a ‘proteção’ aos integrantes dos grupos indígenas. No vale do rio Doce, esta ocupação pelos fazendeiros iniciou-se com o arrendamento das terras indígenas pelo SPI aos fazendeiros, mediante pagamento de taxas. Esta política acabou desencadeando, posteriormente, a emissão de títulos aos fazendeiros que assumiram, legalmente, a propriedade sobre as terras indígenas (CORRÊA, 2003).

Paulatinamente, o interesse em transformar as terras indígenas em território produtivo economicamente levou o Serviço de Proteção ao Índio a promover a transferência dos Krenak para outro lugar visando à ocupação efetiva destas terras pelos fazendeiros. Nosso recorte da pesquisa situa-se exatamente na vivência dos exílios e diásporas vivenciadas pelos Krenak, definindo, na perspectiva do Estado, um processo de desterritorialização. Na perspectiva dos Krenak, porém, o que ocorre é um processo de construção da multiterritorialidade a partir do momento em que este grupo é obrigado a conviver em diferentes territórios, onde acaba reconstruindo seu modo de ser, sua cosmologia de vida, reterritorializando outro espaço, porém sempre conectados ao vale do rio Doce. As construções territoriais serviram de referência para a reconstrução da territorialidade nos períodos de exílio.

Ao final do trabalho, destacamos alguns aspectos do modo de vida atual dos Krenak, suas delimitações territoriais internas, a constituição das Associações Indígenas e a luta atual pela incorporação da Reserva Ambiental conhecida como “Parque dos Sete Salões” à atual Reserva Krenak.

Tendo apresentado as questões fundamentais da nossa pesquisa, passamos agora a alguns aspectos do trabalho que merecem esclarecimentos. O primeiro refere-se a terminologia empregada: os termos Botocudo, Borum, Krenak são utilizados constantemente no decorrer do trabalho. O primeiro refere-se à forma como os europeus se referiam pejorativamente aos nativos que habitavam os vales dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha, referindo-se aos adornos labiais e auriculares usados pelos diversos grupos.

Atualmente, usar o termo “Botocudo” não significa mais reproduzir o sentido de outros tempos, mas estabelecer uma nomenclatura mais conhecida popularmente. O termo “Borum”, referindo-se àqueles que habitavam o vale do rio Doce também é encontrado em vários trabalhos, como o de Soares (1992) e Arantes (2007), por exemplo. Em nossa análise, na primeira parte, utilizamos a nomenclatura “Botocudo” tendo em vista que esta é encontrada com grande frequência na literatura específica sobre os povos mencionados. As citações usadas destacam constantemente este termo, por isso optamos pelo uso do termo botocudo para que o texto não ficasse deslocado das referências bibliográficas utilizadas.

Na segunda parte do trabalho, quando tratamos especificamente do modo de vida dos atuais povos indígenas que habitam o vale do rio Doce, no município de Resplendor, usamos o termo Krenak, por retratar a nomenclatura empregada para se referir a este grupo indígena atualmente.

Outra questão de uso terminológico utilizado ao longo do trabalho, é a expressão território, terra, reserva indígena e aldeia para definir o espaço geográfico que esteve no centro da disputa que se estabeleceu durante décadas no vale do rio Doce. Apesar das dificuldades em estabelecer de forma exata a utilização destes termos repetidas vezes, usamos a expressão “terra” quando retratamos o assunto na perspectiva dos Botocudos ou dos Krenak. A palavra “território” foi empregada nas análises de cunho acadêmico, quase sempre com menções ou citações de autores sobre o tema. Por fim, a palavra “aldeia” foi usada para referir-se a organização dos Krenak, após a cisão com os Gutkrak. O termo “Reserva Indígena” é usado para classificar a delimitação de terras em nome dos Krenak, após a reintegração de posse dada aos integrantes deste grupo no final da década de 1990.

Optamos por estabelecer este referencial temático por entendermos, com base naquilo que percebemos durante o trabalho de campo, que estas eram as formas que mais se aproximavam daquilo que os Krenak utilizam em seu cotidiano, sobretudo no que se refere aos termos “terra”, “reserva” e “aldeia”.

Referindo-se ao trabalho de campo, este foi realizado entre os meses de abril e julho de 2009, com visitas constantes à Reserva Indígena Krenak. Nestas visitas procuramos conversar, sobretudo com os moradores mais antigos, aqueles que vivenciaram os momentos de desterro dos Maxacali e, mais recentemente, na Fazenda Guarani, dos Pataxó. Contudo, não foi negligenciado o diálogo com as novas gerações, no qual tivemos inúmeras oportunidades de perceber a concepção daqueles que definirão o futuro do povo Krenak.

Na realização deste trabalho, optamos por não utilizar gravador, entendendo que, por se tratar de pessoas simples, isto poderia inibir os diálogos, principalmente com os mais

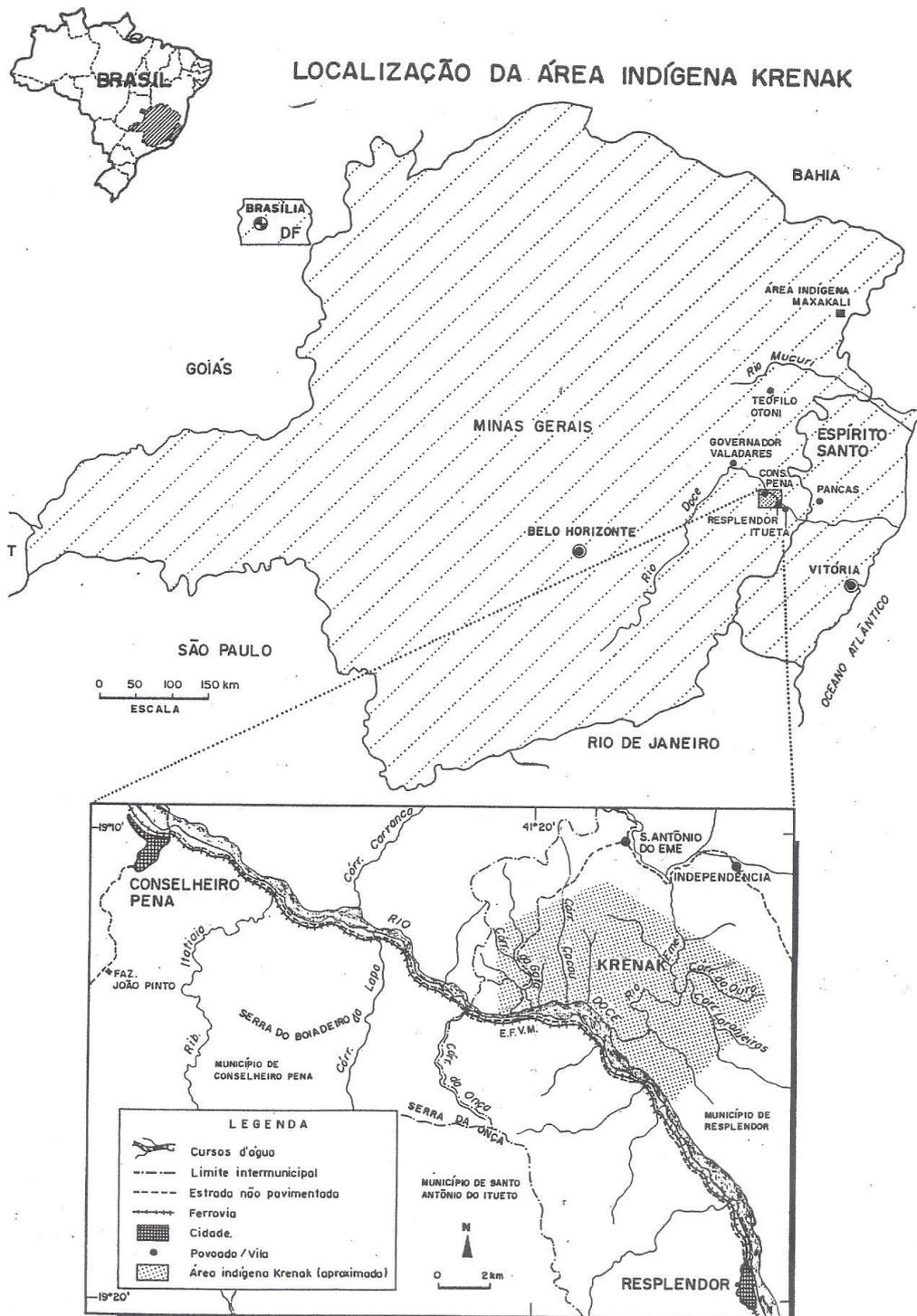
idosos que, na prática, são as maiores fontes de informações sobre os exílios estudados. Muitas vezes, as conversas adotaram um caráter muito informal, no próprio ambiente de trabalho do entrevistado, durante as realizações de suas atividades cotidianas, à sombra de uma árvore, no quintal. Neste clima, a conversa fluía com muita naturalidade, o que não ocorreria com a formalidade de um gravador. Na realização das tarefas de campo foi utilizado um caderno, onde as anotações foram realizadas de forma detalhada a cada momento de visitas.

Foram realizadas aproximadamente 20 entrevistas envolvendo Krenak e Fazendeiros que foram desapropriados durante a ação de reintegração de posse aos indígenas no ano de 1997. Além destas entrevistas, o trabalho de campo teve longos momentos de observação das atividades cotidianas e conversas rápidas com alguns Krenak que, em alguns momentos, circulavam pelas estradas e caminhos da Reserva Indígena.

Ao longo da dissertação, especialmente na segunda parte, será possível perceber que em alguns momentos são citados depoimentos de Krenak sem a menção do nome do indivíduo, em outros, há a citação explícita de quem proferiu tal discurso. O primeiro caso refere-se às falas que ouvimos no decorrer de nosso trabalho e, como explicamos anteriormente, optamos por não realizar um registro formal. As citações identificadas referem-se a cópias extraídas, quase sempre do livro “*Os Borum do Watu*” de Geralda Soares (1992) e da obra “*Watu Hoon*” de Itamar Krenak, publicado em 2009. Estes depoimentos acompanham as referidas citações.

Assim, esperamos ter esclarecido as principais nuances que deverão estabelecer a tese deste trabalho em sua busca pela compreensão de alguns aspectos da temática territorial.

A seguir, o Mapa 1, que mostra a atual delimitação da Reserva Indígena Krenak no município de Resplendor/MG.



Mapa 1 – Recorte da atual Reserva Indígena Krenak no Município de Resplendor/MG

FONTE: MATTOS, 1996, p. 05.

1 A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO KRENAK: CONCEITUAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÕES BÁSICAS.

Como já indicamos na introdução desse trabalho, a temática dos deslocamentos indígenas atrelada aos estudos Territoriais nos remete a um esforço interdisciplinar, uma vez que exige a contribuição da Antropologia, da História e da Geografia. Do ponto de vista antropológico, lidamos mais de perto com a cultura e significados de um grupo indígena específico, os Krenak. Contudo, somente os aspectos culturais não fornecem elementos suficientes para uma aproximação do processo de formação de um território que vai muito além do espaço geográfico. Todos esses elementos ganham sentido e se configuraram imersos num processo histórico envolvendo não só uma relação com o ambiente, mas uma relação entre os próprios membros da comunidade Krenak e destes com os grupos envolvidos no processo de construção desse território indígena. Portanto, neste momento, estabelecemos um percurso para a compreensão desta construção que se inicia, evidentemente, por uma discussão conceitual acerca do que estamos entendendo por território.

Em outras palavras, a nossa proposta envolve também a compreensão de valores e representações simbólicas imbricadas ao território, as quais nos obrigam a realizar uma análise (mesmo que incipiente) de cunho antropológico. Por último, e não menos importante, nosso estudo se desenvolve a partir de acontecimentos que possuem características de cunho político, econômico, social, ou seja, relações de poder envolvendo a população nativa do vale do rio Doce, órgãos do governo e fazendeiros. Os fatos provenientes destes conflitos possuem características que nos impelem a trabalhar, a partir de uma abordagem histórica, em virtude da processualidade que envolve o tema e na configuração de períodos e ritmos inerentes ao processo trabalhado nesta dissertação.

1.1 DO CONCEITO DE ESPAÇO AO DE TERRITÓRIO/TERRITORIALIDADE

A proposta deste trabalho, como já afirmamos, é nos aproximar do processo de construção do território Krenak, no município de Resplendor/MG, tomando como referência a Reserva Indígena, sobretudo após os momentos de desterro, descritos detalhadamente no próximo item desta parte. Dessa forma, iniciaremos com uma discussão sobre alguns conceitos que circundam a teoria do território, a saber, os conceitos de espaço e de territorialidade. Entendemos que estes possam contribuir para o entendimento dos principais elementos que, gradativamente, caracterizaram o território dos antigos botocudos, ocupantes do vale do rio Doce, antes mesmo da colonização européia.

Nossa principal análise é feita a partir do pensamento de Haesbaert (2005), do qual abstraímos as concepções fundamentais de múltiplos territórios para fundamentação da análise dos momentos de exílio vivido pelos Krenak. Propomos, portanto, discutir as concepções de território destacadas por Haesbaert (2006) no livro “O Mito da Desterritorialização” onde o autor aponta algumas concepções de território para, a partir daí discutir a desterritorialização e, conseqüentemente, a multiterritorialidade. Contudo, entendemos que em alguns momentos, outros autores possam contribuir com Haesbaert, especialmente quando estes são vislumbrados, enquanto seus maiores inspiradores como é o caso de Raffestin (1993), Milton Santos (2004), Roberto Lobato Corrêa (1995) e Marcelo Lopes de Souza (2001), todos imbuídos da tarefa de compreender o território a partir de uma perspectiva relacional ligada à dimensão do poder. Utilizamos também, ainda que sucintamente, a contribuição de Soja (1993) para nossa análise sobre o conceito de Espaço, bem como o trabalho de Xavier (2008) para o contexto da territorialidade.

Inicialmente, apesar da amplitude e da complexidade do conceito de território, Haesbaert (2006) estabelece em sua análise três aspectos da construção territorial. O autor apresenta o território buscando enquadrá-lo em suas concepções política, cultural e econômica. Neste sentido estabelece:

- política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

- econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo (HAESBAERT, 2006, p. 40).

Esta análise sobre o território, apresentada pelo autor, é fundamental para a nossa concepção de trabalho, uma vez que no primeiro ponto, Haesbaert destaca a relação de poder como substrato fundamental para a construção do território. Nesta linha, o autor busca uma concepção de poder baseada na visão de Michel Foucault, da mesma forma que Raffestin, em “Por uma geografia do Poder” (HAESBAERT, 2006, p. 83).

Partindo desta visão, Haesbaert enfatiza que o poder não é um objeto ou coisa, todavia se estabelece a partir de uma relação, ainda que de forma desigual. Assim, o poder não possui um centro de onde emana de forma totalitária, como muitos o entendem apenas na dimensão do poder do Estado. (Ibidem. p. 84). Esta análise de poder deve ser entendida para além da dimensão do Estado, buscando uma inserção do poder na construção social, na vivência territorial de um determinado grupo em sua apropriação simbólica.

Não é nosso propósito estabelecer uma discussão sobre a dinâmica do poder até pela extensão e complexidade do assunto. Estamos apenas destacando este aspecto na nossa construção inicial pelo fato de o poder constituir-se como substrato fundamental na construção do território (HAESBAERT, 2005). Contudo, o território possui também sua dimensão simbólica, onde um determinado grupo, a partir de sua vivência territorial, acaba dotando um determinado espaço de significados. Esta dinâmica pode ser vista a partir dos espaços sagrados, da representação que elementos da natureza podem assumir para um determinado grupo. Esta construção simbólica, que também nos remete a uma dimensão de poder, está na base de todo território que, segundo Haesbaert (2005), possui uma dimensão simbólica e outra funcional.

Esta dimensão funcional, constituída de fato como uma característica econômica, encontra-se na construção do território como fator de base para a subsistência de um grupo. Na nossa análise sobre os múltiplos territórios dos Krenak, a concepção funcional acaba se integrando de forma muito intensa com a dimensão simbólica do território, principalmente no que se refere aos espaços sagrados, que muitas vezes englobam as duas dimensões. O rio Doce, por exemplo, ente sagrado para os Krenak, também assume uma posição funcional, como mantenedor da pesca que é integrada à subsistência do povo.

Assim, Haesbaert (2006), sintetiza as principais concepções sobre território dentre as quais os pontos mencionados referentes ao caráter funcional e simbólico do território nos permite compreender a territorialidade e a dinâmica da multiterritorialidade entre os Krenak.

Para uma melhor fundamentação do tema, buscamos ainda outros autores subsidiários, que nos fornecerão elementos para pensarmos o território. Dentre eles, destacam-se Raffestin (1993, original:1980), autor de referência para vários geógrafos brasileiros.

Raffestin, em sua obra ‘Por uma Geografia do Poder’, escrita originalmente em 1980 e publicada no Brasil apenas em 1993, destaca, segundo Haesbaert (2006), aspectos fundamentais para a compreensão do território, não só em sua análise funcional, mas também estabelecendo uma conexão simbólica do Poder. Partindo de uma análise mais funcional, Raffestin, estabelece a delimitação do território constituído a partir do trabalho ou a energia empreendida sobre o espaço, alicerçada na dinâmica do poder. “O território [...] é um espaço onde se projetou um trabalho [...] e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

É visível no pensamento deste autor a relação entre trabalho e poder como forma de recorte e delimitação do território. Em sua concepção, através do trabalho, os homens “produzem” o espaço. Sua delimitação (ou recorte) se dá a partir da apropriação ou posse desta matéria no momento em que o homem mantém o domínio de seus feitos sob várias formas. Esta forma de dominação do espaço é o embrião das relações de poder. “As ‘imagens’ territoriais revelam às relações de produção e conseqüentemente as relações de poder. [...] Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território” (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Diante deste contexto, a construção do território, se processa em todas as escalas, desde “micro territórios” como uma casa, uma rua até a constituição da superestrutura do Estado que fiscaliza, delimita, regula e se constitui como um macro território. Em todas estas ações existe uma parcela de energia empregada e uma dose de poder que delimita, regula, proporciona a apropriação do espaço transformando-o em território.

Esta dimensão do Poder, conforme destacado anteriormente, é algo muito extenso e que não teríamos como discuti-la com profundidade neste trabalho. No momento, nossa análise parte da construção teórica de poder descrita por Raffestin (1993). Esta análise se aproxima muito do pensamento de Foucault (1979) em “Microfísica do Poder”. Na análise do autor, o poder “rebelde por natureza” pode ser caracterizado de duas formas. Poder com ‘P’ maiúsculo representa o Poder do Estado, constituído através de seus aparelhos e elementos que submetem a população a um controle, um modelo de regulação social. Outra postulação define o poder com ‘p’ minúsculo, caracterizando o poder que se manifesta diariamente através das relações sociais. Segundo Raffestin (1993, p. 53) “o poder se manifesta por

ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam”. Em todas as relações sociais existe a marca do poder. E é esta característica fundamental que vai dimensionar o território. Toda conceituação de território passa pela análise do poder. Portanto, todo território é marcado, em maior ou menor grau por esta tônica.

Nesta análise, Raffestin fundamenta-se essencialmente na dimensão do poder para a construção do território. Partindo desta dimensão do poder, uma abordagem sobre o território com conotação importante para estabelecermos um vínculo com o objetivo central deste trabalho se baseia no trabalho de Marcelo Lopes de Souza (2001). Para ele

O território será um campo de forças uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders) (SOUZA, 2001, p. 86).

O território, para Souza, então se constitui através das delimitações exercidas no espaço através deste campo de forças marcado pelas características do poder. O mesmo autor estabelece que território não pode ser associado simplesmente com o Estado Nacional ou a idéia de território nacional. Os territórios existem e podem ser configurados como uma rua ou o conjunto dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN. (SOUZA, 2001, p. 81).

Assim, o que define o território são as relações de poder concentradas no processo de delimitação do espaço. Esta ação se dá, quase sempre em grupo, quando este estabelece a ação de poder sobre este território. São os “de dentro”, os “insiders”. Esta ação se desenvolve em uma concepção dialética em relação aos outros, os “de fora” ou os “outsiders”, em uma referência direta ao pensamento de Marcelo Lopes de Souza, citado anteriormente.

Esta discussão marcada pela dinâmica do poder, incluindo o poder em sua dimensão simbólica, que propomos analisar neste trabalho, é uma construção mais recente na geografia e que, em certo sentido, supera a dimensão do poder estabelecido em análises anteriores, como a do alemão Friedrich Ratzel, cujo foco central se restringe ao Estado. É a partir de Ratzel e de seu conceito de espaço que a Geografia brasileira irá discutir, na década de 70 e nas seguintes, a postulação do conceito de território. É uma concepção importante para a Geografia, porque foi formulada no final do Século XIX e teve uma forte influência no pensamento geográfico nos anos posteriores. Segundo Raffestin (1993) a obra de Ratzel possui uma consistência tão expressiva que alguns geógrafos ainda a utilizam. O principal

intuito de Ratzel era justificar a criação do Estado alemão, assim como Vidal de La Blache queria justificar as regiões francesas e proclamar o Estado francês.

Segundo Corrêa (1995), Ratzel é um dos primeiros a desenvolver uma linha de pensamento que enfatiza o conceito de espaço como base indispensável para a vida do homem. Contudo, o espaço (definido como espaço vital), estava associado ao conceito de território que, por sua vez, enquadrava-se unicamente na dimensão do Estado.

Trata-se do conceito de território e espaço vital, ambos com fortes raízes na ecologia. O primeiro vincula-se a apropriação de uma porção do espaço, por um determinado grupo, enquanto o segundo expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e dos recursos naturais. (CORRÊA, 1995, p. 18).

Para Ratzel, o território se baseia na apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo. O espaço, por sua vez, expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total da população e dos recursos naturais (CORRÊA, 1995, p. 18). Contudo, reconhece o território apenas na dimensão do Estado. Para ele, a preservação e ampliação do espaço vital constituem-se na própria razão de ser do Estado (ibidem, p. 18). Com esta concepção de pensamento é que se desenvolve a “Teoria do Espaço Vital” tão mencionada pelos historiadores, sobretudo nas análises do conflito bélico que provocou a Primeira Guerra Mundial entre 1914 – 1918.

Claude Raffestin (1993), desenvolve uma análise sobre o pensamento do geógrafo alemão enfatizando que para ele “tudo se desenvolve como se o Estado fosse o único núcleo de poder, como se todo o poder estivesse concentrado nele” (RAFFESTIN, 1993, p. 15). Para o autor, Ratzel, parte da idéia de que existe uma estreita ligação entre o solo e o Estado. Segundo ele, o elemento fundador do Estado foi o enraizamento, no solo, de comunidades que exploravam suas potencialidades territoriais. (ibidem, p. 13). Corroborando com as considerações de Raffestin, Lobato Corrêa (1995) afirma que no pensamento ratzeliano, então, o espaço é construído a partir da relação do homem com o solo (exploração dos recursos naturais) o qual, através da política, transforma-se em território. (CORRÊA, 1995, p. 18).

A construção teórica de Ratzel reflete de modo substancial, a mentalidade do Estado totalitário que ganhava pulso, sobretudo no final do século XVIII, e apresenta algumas características muito próximas das ações empreendidas pelo Estado português contra os botocudos. Com base no que foi definido pelos autores anteriormente, compreendemos que a percepção de espaço e território concebida por Ratzel, embora se aproxime da perspectiva

territorial do Império Português, não contempla o que desejamos neste trabalho, uma vez que condiciona a existência do espaço e do território exclusivamente ao Estado, reduzindo o conceito a uma via de mão única. Mas, de qualquer forma, a discussão nos faz refletir sobre uma dada elaboração sobre o conceito de espaço que, mesmo contestada na atualidade, ainda serve de pano de fundo para várias discussões.

Nesta proposta, onde buscamos uma concepção de múltiplos territórios, temos a necessidade de explorar, sobretudo a dimensão do espaço e da territorialidade para uma compreensão multiterritorial. Nas trilhas arenosas de tentar estabelecer uma conceituação mínima que fundamente nossa discussão, buscamos algumas concepções que julgamos importantes para nossa pesquisa e que complementem a linha conceitual de Haesbaert.

Nesta perspectiva, Lobato Corrêa (1995) destaca que na geografia tradicional o conceito de espaço não era tido como um conceito chave, sendo privilegiados os conceitos de paisagem e região. Esta linhagem de pensamento é muito presente nas concepções geográficas de cunho Positivista e Historicista que não privilegiam as ações dos homens em suas relações sociais que ocorrem, eventualmente, no espaço.

A concepção geográfica que vai ao encontro à análise que nos propomos realizar começa a ser moldada a partir da década de 1970 com o advento da chamada geografia crítica. Esta surge com fundamentos no materialismo histórico e na dialética. Promove-se, em linhas gerais, o que se considera no ambiente acadêmico uma espécie de revolução na ciência geográfica, com o rompimento de uma dada concepção designada geografia tradicional. A geografia crítica que se apresenta, propõe novas concepções sobre as categorias de análise do espaço (CORRÊA, 1995, p. 23).

O desenrolar desta nova era na geografia fez surgir nomes que são indispensáveis para a análise do espaço, do território e da territorialidade. Nesta dimensão, um conceito de espaço que vai de encontro aos objetivos propostos é aquela fundamentada por Milton Santos ao afirmar que o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistema de ações não consideradas isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 2004, p. 63).

Para Santos (2004), espaço é o habitado, um espaço socialmente construído no qual os homens, através do seu “estar no mundo”, produzem suas relações sociais, econômicas, políticas, introduzindo no espaço “marcas” que caracterizam a ação humana sobre ele. Corrobora para esta ideia o pensamento de Soja que diz ser o espaço produzido uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais inerentes ao estar vivo, exatamente da mesma

forma que a história humana representa uma transformação social do tempo (SOJA, 1993, p.101).

O espaço, como aqui apresentado, caracteriza-se pela ação humana que atribui um modo de ocupação e utilização, define valores, expressa propriedade sobre a natureza. Este processo de espacialização abarca as características culturais, sociais, históricas e econômicas (dentre outras) que são inerentes à construção social humana. Milton Santos ratifica que o espaço torna-se apropriação humana. Para ele, o simples fato de nomear um objeto já define (SANTOS, 2004, p. 67).

Neste caso, a cultura como objeto simbólico, tem fator característico na definição de um determinado espaço. Xavier, (2008, p. 31) em sua pesquisa sobre a arte de curar em Itaúnas/ES, destaca que o modo como o ser espacializa, como geografiza o mundo é feito de forma simbólica uma vez que coloca um sentido neste habitar. O ser espacializa o mundo e o faz de forma poética. Na expressão de sua espacialidade ele apresenta seu ethos, sua cultura, seu habitus. Isto implica dizer que a produção humana no espaço não se resume a sua produção material ou econômica simplesmente. O ser humano, no desenrolar de sua construção histórica, atribui a cada porção do espaço, um sentido simbólico, religioso, cultural, que ultrapassa os limites do espaço material e cria outra dimensão de valor na produção do espaço.

A espacialidade, que corresponde a este conjunto de ações desenvolvidas pelo ser como forma de organização do espaço e sua característica relacional com este objeto, definem, por sua vez, as características de valor que atribuímos ao espaço. Este valor atribuído pode ser entendido de múltiplas formas, conforme o contexto em que se inserem os diferentes grupos sociais. Reportando novamente a Milton Santos, podemos definir que, “O espaço, uno e múltiplo, por suas diversas parcelas e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, a cada fração da paisagem” (SANTOS, 2004, p. 104).

Este processo de espacialização é, em maior ou menor grau, marcado pela dinâmica do poder. Neste ponto, há construção do território o qual é definido pelo recorte de um espaço e o uso de determinada energia sobre este. Para uma definição de territorialidade exploramos novamente a obra de Raffestin (1993) na qual define a territorialidade como “um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade [...]. Os homens ‘vivem’ ao mesmo tempo, processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas” (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Podemos ousar dizer que a territorialidade está para além da dimensão do poder, pois compreende o conjunto de relações que se desencadeiam na complexidade do território. Aí estão inseridas todas as manifestações humanas que incluem o saber, o fazer, as disputas, os equilíbrios, os símbolos, as representações coletivas, políticas e sociais. Maria Aparecida Sá Xavier, destaca que a territorialidade pode ser considerada como

[...] Um dado subjetivo e relacional, que pode ser conhecido e reconhecido através de suas diversas formas e expressões como um patrimônio cultural. Este patrimônio se apresenta como material ou ideal no saber local. [...] podemos ainda completar que a territorialidade está para além de uma expressão de poder, uma estratégia e tática fortemente dependente de relações e posições de seus agentes (XAVIER, 2008, p. 34).

Retornando a construção de Haesbaert (2006), o autor trata o fenômeno da territorialidade como um conceito simbólico cultural, o que a nosso ver possui extremo significado para a análise da territorialidade que propomos. Segundo ele,

[...] mais do que território, a territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como a simples ‘qualidade de ser território’ é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território (HAESBAERT, 2006, p. 73-4).

Na análise do autor, a territorialidade, está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como dão significados ao lugar. Neste aspecto, a territorialidade também é marcada por uma dimensão de poder. Haesbaert (2005), analisando a obra de Robert Sack, destaca a territorialidade, como componente do poder, é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual experimentamos o mundo e o dotamos de significado.

Assim, podemos inferir que territorialidade, se configura sempre como uma relação baseada, entre outros atributos, em valores simbólicos e/ou culturais, nas relações e ações que os indivíduos desenvolvem no território. O estabelecimento de ações econômicas sobre o espaço (no caso dos antigos botocudos a caça, pesca e coleta), na ação de enterrar os mortos (ação concreta e simbólica), criando assim um referencial simbólico com o lugar em questão, são ações que constituem a territorialidade de um grupo em relação ao seu território.

Esta dimensão da territorialidade possui forte significado em nossa análise tendo em vista que, durante o exílio, os Krenak sempre retornam ao seu território de origem, motivados pelos espaços sagrados/simbólicos construídos no vale do rio Doce, como veremos a seguir. Nos depoimentos e nas justificativas para o retorno estão sempre as menções ao rio Doce (Watu), à floresta, aos mortos que foram enterrados no território Krenak.

A análise de Haesbaert se mostra bastante pertinente ao fim que destina o objeto de pesquisa, que é compreender a territorialidade, os processos de desterritorialização e reterritorialização e, sobretudo, a multiterritorialidade dos Krenak a partir do exílio. Estes são elementos que configuram, de forma mais intensa, a dimensão da territorialidade Krenak constituída no vale rio Doce a partir de uma relação intensa com a terra. Um verdadeiro “entrelaçamento” do sujeito com o território, conforme observa Marcos Aurélio Saquet (2010).

Saquet, analisando o território e a territorialidade na obra de Giuseppe Dematteis, destaca que

O território e a territorialidade são produtos do entrelaçamento dos sujeitos de cada lugar, destes com o ambiente e com indivíduos de outros lugares, efetivando *tramas transescalares* em diferentes níveis territoriais. O território é uma construção *coletiva* e multidimensional, com múltiplas territorialidades (poderes, comportamentos, ações), [...] (SAQUET, 2010, p. 118, grifos do autor).

Como nosso principal objetivo neste trabalho é compreender a construção da multiterritorialidade entre os Krenak, precisamos compreender como se deu a formação deste território desde o período que antecede à colonização européia, bem como as ações empreendidas durante os períodos colonial e monárquico para, a partir daí, estabelecer um vínculo com a dimensão multiterritorial desencadeada pelas ações dos órgãos governamentais no decorrer do último século.

No próximo ítem, iniciaremos a busca por alguns elementos que contribuam para a compreensão desta dinâmica territorial, levantando historicamente, alguns processos significativos para a construção do território Krenak. Começaremos analisando algumas características do modo de vida dos antigos botocudos, seus aspectos religiosos e organização social para, depois analisarmos o empreendimento da Guerra Justa contra os Botocudos como medida principal para o domínio do território do rio Doce.

1.2 BOTOCUDOS E KRENAK NO VALE DO RIO DOCE: CARACTERIZAÇÕES ELEMENTARES DE UM TERRITÓRIO MULTIFACETADO

Tendo destacado anteriormente alguns aspectos fundamentais dos conceitos de território, territorialidade e multiterritorialidade, nosso objetivo agora é contextualizar as abordagens geográficas, levantando os principais aspectos do modo de vida, religião, economia e territorialidade dos habitantes deste imenso espaço que compreendia desde o Sul da Bahia até o Espírito Santo; o que faremos tomando por pressupostos as obras de alguns importantes autores que trabalharam esta temática.

Numa breve análise sobre a antiga organização social dos botocudos buscamos fundamentos em trabalhos que abordam a temática dos povos do rio Doce em uma perspectiva que caracterize o modo de vida dos antigos botocudos, o pensamento do colonizador sobre estes grupos indígenas e a concepção cultural e o modo de vida dos Krenak atuais, como únicos representantes dos botocudos no vale do rio Doce. Tais elementos são fundamentais para a compreensão da formação territorial dos Krenak uma vez que nos informa sobre a relação homem/natureza e nos indica os critérios que permeiam as relações de poder inerentes ao grupo e deste para com aqueles que os cerca.

Um artigo do professor Haruf Espíndola (1983), publicado na revista “Águas do Rio Doce”, com o título “Tal como uma Babel o rio Doce foi povoado”, sintetiza muito bem a forma de ocupação do território conhecido como “Sertões do Leste”, que compreende os vales dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha. Estas terras eram cobertas pela floresta pluvial conhecida como Mata Atlântica. No seio da floresta, habitavam diversos grupos indígenas que são conhecidos tradicionalmente como botocudos.

Outros trabalhos também serão importantes na compreensão das representações territoriais dos Krenak, como é o caso da obra da antropóloga Maria Hilda Baqueiro Paraíso, da Universidade Federal da Bahia. Este trabalho, consiste em um Laudo Antropológico Pericial relativo à Carta de Ordem nº 89. 1782-0, do Supremo Tribunal Federal, no ano de 1989. É constituído por um estudo de cunho antropológico sobre os habitantes do rio Doce desde a antiga configuração territorial dos Botocudos até as diásporas vividas pelos Krenak em anos mais recentes. Este trabalho, realizado por solicitação da Justiça Federal, integrou o Processo de reintegração de posse das terras Krenak, o qual teve seu desfecho em 1997 com a criação da Reserva Indígena Krenak (CALDEIRA, 2009).

O laudo de Paraíso possui valor muito grande para a análise da construção do território Krenak, tendo em vista que sua composição visa justamente resgatar o valor desta terra para os índios desta etnia.

A mesma autora escreveu um capítulo no livro “História dos índios no Brasil”, Organizado por Manuela Carneiro da Cunha (1992), com o título “Os botocudos e sua trajetória histórica”, através do qual faz um histórico sobre o modo de vida dos antigos habitantes do rio Doce até a atual construção da Reserva Indígena Krenak. Os dois trabalhos de Maria Hilda Paraíso, aqui mencionados, são de extrema importância para a compreensão dos elementos antropológicos que constituem, fundamentalmente, a relação dos Krenak com as terras do rio Doce.

Esta construção antropológica é importante para nosso estudo tendo em vista a compreensão da dinâmica da construção do território Krenak no vale rio Doce a partir de vários elementos. Um deles nos remete a análise da construção do território a partir da perspectiva cultural, como nos aponta Haesbaert (2006), tangenciando o tipo ideal do território simbólico, desenvolvido pelo autor. A abordagem antropológica de Paraíso nos leva a perceber a possibilidade aproximação com as concepções culturais, assim como as de caráter geográfico, mais especificamente aquelas voltadas para a construção do território, da territorialidade e dos múltiplos territórios já discutidos por Haesbaert, no item anterior.

Numa perspectiva paralela, contribui para a compreensão social e cultural dos Krenak o trabalho da socióloga Izabel Misságia de Mattos, que focou em sua dissertação de Mestrado, intitulada: “Borúm, Bugre, Kraí – Constituição social da identidade e memória étnica Krenak”, defendida junto ao programa de sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 1996, o estudo da identidade étnica deste povo. O trabalho de Mattos (1996) possui uma contribuição incomensurável para a compreensão da identidade dos Krenak com seu território. Embora a autora não estabeleça uma discussão de cunho geográfico, os elementos que aponta em sua pesquisa sobre a identidade étnica Krenak, remetem constantemente ao entrelaçamento deste grupo indígena com o ambiente. Outra contribuição importante desta autora foi o livro, “Civilização e Revolta – Os botocudos e a catequese na província de Minas”, sobre a construção da identidade Krenak. Trata-se da sua Tese de Doutorado, publicada no ano de 2004, reconhecida como um importante instrumento para compreensão da implantação dos aldeamentos e do extermínio dos botocudos no território conhecido como Sertões do Leste.

Com o apoio do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), Geralda Chaves Soares, usando uma abordagem sócio-antropológica desenvolveu um trabalho de

cunho bastante didático e que se transformou em referência para os estudos sobre os Krenak: “Os borum do Watu – os índios do Rio Doce”, publicado em 1992. Apesar de simples, o livro carrega uma riqueza de informações históricas, antropológicas e sociais dos Krenak, contadas a partir de relatos, documentos e imagens que caracterizam um vasto horizonte sobre a vida deste povo. O aspecto crucial da obra de Soares é que seu trabalho traduz, de forma muito intensa, o discurso Krenak no período que antecede a criação da atual Reserva Indígena. Naquele momento, o discurso indígena vinculava-se diretamente ao direito às terras que, historicamente pertenceram aos Krenak e que, na ocasião da pesquisa de campo e publicação do livro citado, estavam em poder dos fazendeiros. A autora então enfatiza o discurso Krenak em detrimento do discurso dos fazendeiros. Neste sentido, seu trabalho se caracteriza como um importante veículo para a caracterização dos desejos, sonhos e angústias do povo Krenak em relação ao seu território.

Uma publicação recente que possui fundamental valor na percepção do discurso Krenak é o Vídeo-livro publicado pelo Professor Itamar Krenak em parceria com o Programa de Extensão Culturas Indígenas, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, intitulado “Vatu Hoom” (o rio que fala, em uma tradução literal). Itamar de Souza Ferreira Krenak é professor em uma das escolas existentes na Reserva Indígena Krenak e aluno de Graduação no Curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas da UFMG. Além disso, é professor em uma das escolas de Ensino Fundamental existente na Reserva indígena. No desenvolvimento de sua ação docente realiza um trabalho intenso de valorização da cultura Krenak, integrando elementos da vida deste povo no cotidiano da sala de aula.

Voltando ao livro “Vatu Hoom”, este se baseia-se em experiências e relatos dos membros mais antigos da aldeia, contando suas histórias de vida, os relatos dos desterrados, as experiências do retorno e a relação do povo Krenak com seu território. O livro é mostrado como uma importante fonte de pesquisa, uma vez que apresenta o discurso Krenak, sua visão sobre uso dos recursos hídricos, a preservação das nascentes e, sobretudo, o desejo de ampliação das terras indígenas.

Existem ainda outros trabalhos de fundamental importância, que são as obras de naturalistas como a do príncipe Maximiliano Von Wied, “Viagem ao Brasil”, datado do início do Século XX, com relatos surpreendentes da viagem do naturalista alemão ao Brasil. Este material é peça importante para a análise etnográfica da antiga organização espacial dos botocudos. Na mesma linha, encontram-se os escritos de Saint’Hilaire que percorreu diversas províncias do Brasil, dentre elas as províncias de Minas Gerais e Espírito Santo, no início do século XIX, usando como principal meio de transporte a navegação pelo rio Doce. Dois livros

do naturalista francês são usados neste trabalho: “Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce” e “Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais”. Os escritos fazem parte de uma coletânea de obras do naturalista francês que relatou, no início do século XIX, dentro de suas análises e observações etnográficas, aspectos do modo de vida dos antigos botocudos e, principalmente, fornece relatos sobre o modo como os colonizadores viam os botocudos.

Por fim, situamos o historiador Haruf Salmen Espíndola, já citado no início deste item, com a obra “Sertão do Rio Doce” além de alguns artigos deste autor sobre a ocupação do vale do rio Doce, que tomaremos como importante referência para este trabalho, assim como o seria para qualquer linha de pesquisa sobre a ocupação do território em questão.

Existem ainda relatos raros, como por exemplo, os textos de Manizer ainda não traduzidos para português, ou textos de difícil acesso como os de Curt Numendajú que, além de serem fontes raras, são difíceis de ser encontrados no original. Fragmentos destas obras são encontrados em citações de alguns autores mencionados.

Após a menção aos autores que serão base para nossa análise da organização social dos antigos botocudos, faremos um esclarecimento sobre o uso dos termos “Botocudo”, “Borum” e “Krenak” que são empregados em vários pontos deste trabalho.

Referindo-se ao termo “Botocudo” este diz respeito ao uso de adornos labiais e auriculares pelos antigos nativos dos vales do rio Doce, Mucuri e Jequitinhonha. O termo botocudo, cunhado pelos portugueses, em uma alusão ao “batoque” que era a rolha utilizada para tampar os barris (ESPÍNDOLA, 2005), carrega em si uma concepção altamente pejorativa na sua classificação sobre esta população nativa. Segundo o príncipe Maximiliano Von Wied, que percorreu o rio Doce no decorrer do Século XVII, o termo Botocudo não era aceito de forma satisfatória pelos nativos. “[...] eles mesmos a si chamam de ‘engeräkung’ e tem grande aversão a que os chamem de ‘botocudos’ (WIED, Apud. MATTOS, 2004, p. 42).

Este termo, assim como o uso da palavra “índio” para classificar os povos da América, faz parte do repertório existente apenas no imaginário europeu, trazendo a Índia para a América, mas que não possui nenhuma relação com a cultura dos povos destas terras. Uma classificação “aceitável” do ponto de vista pragmático e até bastante usual na literatura como forma de caracterização deste povo é o termo “Borum”. Este termo constitui uma categoria capaz de englobar os povos indígenas de diversas filiações que habitavam os chamados “Sertões do Leste” (MATTOS, 2004, p. 41).

Soares (1992) utiliza o termo no título de seu trabalho “Os Borum do Watu” (Os índios do Rio Doce) em uma à dimensão do termo Borum como classificatória para todos os índios, definidos pelos europeus como botocudos. A dissertação de Mestrado de Luana

Lazzeri Arantes, destaca a belicosidade destes índios foi intitulada “Diferenças indissolúveis – um estudo sobre a sociabilidade Borum”¹ e utiliza o termo “Borum” para classificação dos índios do rio Doce. Isto estabelece que o uso do termo “Botocudo” não se faz hegemônico entre os trabalhos acadêmicos.

Além dos trabalhos de cunho acadêmico, a terminologia “Borum” também é muito presente no cotidiano da aldeia, principalmente, no desenvolvimento das atividades escolares pelos professores indígenas. No decorrer do trabalho de campo, em visita a uma das três escolas existentes na aldeia, ficou evidente que o termo Borum é utilizado nos trabalhos escolares para classificar o índio, em oposição ao termo Kraí que significa “Branco ou o não índio”. A dimensão do termo Borum (índio) e Kraí (branco) se faz presente também nas expressões corriqueiras dos Krenak. Esta expressão foi utilizada por uma senhora Krenak no dia em que estivemos em sua casa para uma entrevista. No decorrer da conversa uma criança entrou correndo na varanda e começou a fazer perguntas à avó que conversava conosco. A expressão utilizada pela senhora foi categórica: “Fique quieto, menino, estou conversando com Kraí”. A naturalidade com que o termo foi usado remete a sua constante utilização pelos membros do grupo.

Contudo, não há como deixar de levar em consideração o fato de as classificações étnicas sempre carregarem em si uma dose de ideologia. Em relação ao termo Kraí, o etnógrafo russo Manizer, quando esteve no Vale do rio Doce em 1915, observou que as mães assustavam as crianças com assombrações, onças e também com os Kraí, para impedir que se afastassem de casa (MATTOS, 2004, p. 41).

Apesar de todos os aspectos mencionados, várias referências bibliográficas citadas neste trabalho, como é o caso da obra de Maximiliano de Wied Neuwied (1940). Saint-Hilaire (1974; 1975), Paraíso (1989; 2002), Mattos (1996; 2004) e Espíndola (2005) utilizam a nomenclatura “Botocudo” como classificação dos grupos nativos que habitavam as terras dos vales do rio Doce, Mucuri e Jequitinhonha.

Atualmente, o termo botocudo não carrega mais o sentido pejorativo de outros tempos. Assim, optamos por utilizar este termo neste primeiro momento em que destacamos algumas características da antiga organização social dos integrantes deste grupo. Nossa opção por insistir no uso deste termo se baseia principalmente no fato da maior parte da literatura usada ter como referência o termo botocudo. As próprias citações destes autores remetem ao uso do

¹ Dissertação apresentada por Luana Lazzeri Arantes ao Departamento de Antropologia social da Universidade de Brasília em 2006 sob orientação do Prof. Dr. Roque de Barros Laraia.

termo. Nestas circunstâncias, usar o etnônimo “Borum”, por exemplo, ficaria desconexo das citações realizadas.

Já nos capítulos finais, quando tratarmos dos aspectos relativos às concepções territoriais dos últimos botocudos do rio Doce, que habitam a reserva indígena existente no município de Resplendor/MG, será empregado o termo Krenak por se tratar da especificação usual entre os membros do grupo atualmente. Estas considerações sobre as implicações das nomenclaturas refletem nossa preocupação em expressar a terminologia que possa situar os momentos específicos da história do grupo e não causar uma “mistura de termos” sendo ora Krenak, ora Botocudo ou Borum. Após esta análise inicial sobre os termos, passamos a destacar os aspectos sociais, culturais e econômicos que configuraram a existência de um território habitado pelos antigos botocudos. Assim, iniciaremos pela questão linguística.

Sobre a classificação linguística, as populações indígenas dos territórios do sul da Bahia (vale do Salitre), Minas Gerais (vale dos rios Jequitinhonha, São Mateus, Mucuri e Doce) e Espírito Santo (vale do Doce até Itapemirim), podem ser classificadas como pertencentes às seguintes famílias: Botocudo, Maxacali, Puri, Malali e Pataxó. Estas famílias são pertencentes ao tronco Macro-Jê e dentre elas os botocudos formam as nações dominantes (ESPÍNDOLA, 2006).

Os botocudos formavam vários grupos dentre os quais podemos destacar os Jiporacs, Naknenuks, Takrukkaks, Etwets, Krenak, dentre outros (BAETA, 2009, p. 27). Entretanto, o termo botocudo só passou a ser utilizado a partir do século XVIII, sendo introduzido pelos portugueses. Segundo Paraíso (2002), no início do século XVI, nos primeiros contatos entre os colonizadores e os nativos das terras que viriam a se tornar o Brasil, estes eram chamados de *Aimoré* ou *Tapuia* e, somente no século XVII, são identificados crescentemente como Gren, Gueren ou Kren e conseqüentemente, botocudos. Para a autora, aos poucos foram ocorrendo mudanças de forma gradual na terminologia de conceituação destes grupos. Assim, começaram a surgir na literatura as denominações Gutkrak, Miña-Jirum, Nakrehé, Naknanuk, Pojixá, Krenak, Etwet e tantas outras. Tais denominações predominaram até o fim do século passado e, principalmente no século XX, quando o número de grupos sobreviventes reduziu-se drasticamente (PARAÍSO, 2002, p. 428).

Esta versão, que aborda os botocudos como sendo descendentes dos antigos Aimorés, embora seja muito encontrada na história de Minas Gerais, não é unanimidade no meio acadêmico. Izabel Mattos, com fundamentos nos escritos do príncipe Maximiliano Wied Neuwied e de Curt Numendaju, descarta a versão de que os botocudos sejam os mesmos Aimorés do início do Século XVI. A autora destaca que os botocudos só passaram a ser

classificados assim no século XIX, quando este grupo deixou de representar uma ameaça à sociedade nacional (MATTOS, 1996, p. 57).

Independentemente das divergências acadêmicas que se constituem ao longo das pesquisas, nosso primeiro objetivo é destacar as concepções de organização territorial empreendida pelos botocudos como forma de contextualizar esta análise dentro do objetivo proposto por este trabalho que é a compreensão da dinâmica da construção territorial e das territorialidades dos povos nativos do rio Doce. Chamamos a atenção, nesta análise, para o fato de os autores utilizarem o termo território para designar a circunscrição geográfica (espaço físico) ou uma dada espacialidade vivenciada pelas populações indígenas. Nesse sentido, complementaremos eventualmente tais definições com os autores já mencionados no primeiro item desta parte.

Segundo Espíndola (2005), os relatórios das Divisões Militares do Rio Doce apontam para as divisões territoriais estabelecidas entre as principais nações de botocudos. Na parte meridional do vale do rio Doce habitavam os Graknun (também conhecidos como Kraknum), Nakarene (Nakrehé), Pejaurum (Kejaurin) e os Etwét. Na parte Setentrional, sentido norte-sul, estavam os territórios de caça e coleta dos Naknenuck, Jiporok, Kumakã, entre outros. O sul da Bahia (nos vales do Salitre e do Prado) era habitado pelos Guerém.

Desta forma, cada nação ocupava territórios delimitados, com espaços vazios de separação entre eles, nos quais outras tribos se estabeleciam, principalmente os de língua Maxacali. As nações mais numerosas e com territórios mais extensos eram os Naknenuck, Jiporok e Nkrehé. Este último dominava a margem sul do rio Doce, locomovendo-se no sentido Leste-Oeste (ESPÍNDOLA, 2006).

As considerações sobre a delimitação do território entre os botocudos se fazem fundamentalmente com base na organização social de cada grupo e no poder que estabeleciam no uso de um determinado espaço, transformando-o em território. Neste sentido, o termo território assume uma concepção funcional combinada com uma expressiva carga simbólica (HAESBAERT, 2006), onde a vivência do grupo em articulação com o território se fundamenta no poder estabelecido a partir do modo de vida de cada grupo (Naknenuck, Jiporok, Nkrehé, dentre outros).

Este processo de territorialização muito se assemelha ao padrão estabelecido por Lopes de Souza (2001), citado no início deste capítulo, o qual define o território como um “campo de forças” onde as relações de poder entre os “insiders”, ou seja, os “de dentro”, que compõem a coletividade, se contrapõem aos “outsiders”, os outros, os de fora. No caso em tela, cada grupo botocudo possuía uma relação muito profunda com o território, cujas

delimitações geográficas de cada grupo eram conhecidas e respeitadas pelos grupos rivais (SOUZA, 2001, p. 86).

Sobre este aspecto, Manizer, durante o período em que teve contato com os botocudos do rio Doce, em especial os Krenak, relatou aspectos que remetem a utilização do território de forma bem estabelecida entre os diversos grupos. A delimitação do território para o etnógrafo russo remete a uma característica bastante funcional no seu uso para as atividades de subsistência como a caça e a pesca.

Os Krenak vivem em um território que eles encaram como sua propriedade inviolável. O direito natural é muito desenvolvido entre eles e seus territórios são separados daqueles de outros grupos vizinhos por limites naturais, colinas ou montanhas, que eles respeitam em suas caçadas (ao ponto mesmo de não aceitar, quando localizados no posto de pancas, os produtos de caça morta a tiros em territórios que eles não consideram seus) (MANIZER apud MATTOS, 1996, p. 60).

No texto, fica evidente uma relação inviolável com o território constituído por aquele grupo. O fato de os Krenak, naquela ocasião, não aceitarem sequer a caça abatida fora de seu território, mostra que havia fronteiras muito bem definidas entre os diversos grupos botocudos que habitavam o vale do rio Doce. As fronteiras eram delimitadas na prática cotidiana dos indivíduos e do grupo, de uma forma geral. Esse é um elemento importante para nos aproximarmos da compreensão que os Krenak têm do próprio território, o que nos servirá de referência para futuras considerações.

Estes territórios, possivelmente, eram estabelecidos não só entre grupos rivais (Maxacali e Krenak, por exemplo), mas também entre os subgrupos de botocudos. Apesar da delimitação territorial estabelecida, cada subgrupo possuía um modo de vida, organização social, religiosa e econômica que guardavam certa semelhança. Estes também são pontos importantes na análise territorial destes povos, uma vez que são fatores de referências simbólicas (como no caso, a religião), de domínio e apropriação do território (caça e coleta) e do modo de organização social que, conseqüentemente, definem a organização espacial e territorial do grupo, remetendo aos aspectos levantados por Haesbaert (2006), quanto aos tipos ideais do território simbólico e do funcional, além de nos remeter a considerações sobre a noção de multiterritorialidade.

Em outras palavras, o território dos antigos botocudos se constituía dentro de um caráter funcional, estabelecendo a caça, a pesca a coleta, enfim, o modo de subsistência de cada grupo. Por outro lado, esta mesma funcionalidade acabava assumindo um postulado extremamente simbólico, onde os rios, as montanhas, a floresta serviam de referência para o

estabelecimento dos limites territoriais de cada subgrupo, conforme mencionado. Esta relação (simbólica e funcional) está no cerne de toda dinâmica territorial que pretendemos abarcar. Neste aspecto, a construção dos territórios e da territorialidade destes povos muito se assemelha com o que foi destacado por Saquet (2010) na primeira parte deste trabalho ao dizer que há um entrelaçamento do sujeito com o lugar. Em outras palavras, o território é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades envolvendo poderes, comportamentos e ações (SAQUET, 2010, p. 118).

No estabelecimento desta concepção territorial, os botocudos se organizavam em pequenos grupos que possuíam uma média de 60 a 200 indivíduos. Entre estes grupos havia pequenas variações dialetais, embora o tronco linguístico fosse o mesmo. As divergências políticas eram muitas. Estas, muitas vezes, os levavam a guerrear entre si (MATTOS, 1996; PARAÍSO, 2002; CALDEIRA, 2009).

Espíndola (2005) destaca outra forma de contabilizar os membros de um subgrupo botocudo. Segundo o autor, os diversos grupos estavam divididos em tribos de cerca de 50 a 60 arcos, que significavam os homens em condições de batalha (ESPINDOLA, 2005, p. 136).

O termo “arcos”, usado na citação, o qual nos remete ao número de guerreiros daquele grupo específico, era o modo usado pelos portugueses para contá-los, não levando em conta o número de mulheres e crianças. Com base neste método de contabilidade da população de cada grupo, é certo que o número total de membros chegasse ao número máximo estabelecido por outros autores que chega a 200 indivíduos. Este número reduzido de integrantes em cada grupo facilitava seu deslocamento de um ponto a outro do território ocupado e contribuía para manterem-se ocultos na floresta.

O modelo de vida seminômade acabava levando os botocudos a desenvolverem moradias muito frágeis, de pouca duração. Mesmo assim, havia dois tipos de habitação: um formado por estacas fincadas em círculo e cobertas com folha e galhos. Este modelo tinha um caráter mais duradouro, em contraposição a outro de caráter mais temporário formado apenas por galhos de palmeira ariri enterrados no chão e amarrados em cima, formando uma arcada (ESPINDOLA, 2005; PARAÍSO, 2002).

O fato de serem considerados nômades ou seminômades, não significa que vivessem de forma errante. Este deslocamento era feito em um espaço definido e estava vinculado às exigências das atividades econômicas (PARAÍSO, 1989, p. 15).

No que se refere às atividades de subsistência, os botocudos possuíam uma agricultura de pouca expressão. As principais atividades estavam ligadas a caça, pesca e coleta. Sendo que a realização contínua destas ações levava ao esgotamento dos recursos nos espaços

ocupados, forçando os grupos a realizarem deslocamentos para outras áreas. Outro fator que levava os botocudos a se deslocarem está ligado ao fato de que a caça e a coleta, muitas vezes, dependem das estações do ano, fazendo com que o grupo migre, durante períodos específicos em busca de alimentos. Estes períodos podem se prolongar ou reduzir de acordo com as variações climáticas ou de disponibilidade dos alimentos procurados (PARAÍSO, 1989, p. 16).

A caça representava a principal atividade do grupo, sendo que os territórios eram delimitados em sua função e por determinação do chefe do grupo. Juntamente com a caça, a pesca também era responsabilidade masculina, ficando a atividade de coleta para as mulheres (PARAÍSO, 2002, p. 423).

Esta divisão das funções entre homens e mulheres não foge à regra do que era praticado pela maioria dos grupos indígenas no Brasil. Segundo Ribeiro (1997), em uma análise geral sobre a questão indígena no Brasil, destaca que as roças eram plantadas pelas mulheres, enquanto os homens se dedicavam à caça e à pesca (RIBEIRO, 1997, p. 34).

Conforme mencionado anteriormente, os grupos botocudos eram compostos por números reduzidos de indivíduos. Tal fato contribuía para os deslocamentos de seus membros dentro dos territórios estabelecidos. A cisão do grupo, dando origem a uma nova formação, era algo muito comum entre os botocudos. Esta subdivisão entre os grupos ocorria regularmente e sempre em razão do crescimento do número de famílias ou de conflitos internos. Cada novo subgrupo formado instituíam seu nome, usando como referência acidentes geográficos ou o nome do cacique que liderava a dissidência (PARAÍSO, 2002, p. 428; ESPÍNDOLA, 2005, p.137).

No nosso entendimento, este modelo de organização social produz uma territorialidade bastante peculiar. Como os grupos estão em constante movimento, tanto no sentido do “ir e vir” em virtude do nomadismo, como no sentido das dissidências grupais, o processo de territorialização torna-se muito dinâmico, com significações muito fortes e uma necessidade de manutenção dos territórios constituídos, visando a não ocupação dos mesmos por outros grupos. Este processo de territorialização, certamente, não passa apenas pelo caráter econômico (como o fato do espaço utilizado para a caça delimitar o território do grupo), ou nos dizeres de Haesbaert, dentro do tipo funcional de território. Outros fatores simbólicos foram fundamentais na constituição territorial dos antigos botocudos. Os rios, córregos, as montanhas, pontos específicos da floresta, como uma árvore ou uma gruta ganhavam significados incorporados à percepção do território que até hoje possuem significados entre os Krenak. O Rio Doce, por exemplo, conhecido na língua Krenak como Watu, é um ente

sagrado para este povo. Sobre o processo de territorialização entre os povos primitivos² Saquet (2010) destaca:

[...] a ligação entre os *povos* primitivos e o lugar que eles ocupam se torna extremamente próxima, não apenas por causa da familiaridade e dependência, mas também porque as pessoas compreendem os lugares *orgânica* e *espiritualmente*, de maneira conectada. O domínio geográfico pode ser da área inteira que eles ocupam ou somente de lugares especiais e localizados. Há um apego à terra nativa, com amor e reverência. Os riachos, montanhas e as fontes naturais são *obras ancestrais* de quem ele mesmo, o homem primitivo é descendente. O lugar é sua vida (SAQUET, 2010, p. 84, grifos do autor).

Esta relação passa, não só pelo crivo espiritual ou orgânico como diz o autor, mas sobre todas as expressões da vida cotidiana. Assim, o mesmo autor, ampliando esta concepção destaca que [...] é fundamental não se separar a (i) materialidade da vida que se revela ao nosso olhar e compreensão, através da relação economia-política-cultura-natureza (E-P-C-N) no processo de territorialização, e se traduz em objetos e relações cotidianamente. Vivemos essa materialidade, como objetivações e subjetivações indissociáveis (SAQUET, 2010, p. 21).

O processo de territorialização, presente em todas as atividades cotidianas do ser humano, encontra nas questões apresentadas por Saquet (E-P-C-N) uma fundamentação na organização de todas as sociedades. Tal fato, como visto, foi verificado entre os botocudos. Estes são fatores interligados e não podem ser pensados separadamente. É preciso entender que a própria ação de produção de subsistência dos povos indígenas acaba produzindo uma relação simbólica, de cunho religioso, com os lugares onde se pratica tal atividade.

Remontando ao destaque anterior, que os homens eram responsáveis pela caça e pesca, enquanto as mulheres respondiam pela coleta e as atividades agrícolas, podem levantar outros elementos importantes para nossa compreensão. Neste sentido, a dimensão do território funcional necessário à sobrevivência do grupo era definida pelos homens. Por outro lado, as mulheres, encarregadas da coleta, não se viam isoladas deste processo, tendo em vista que possuíam uma profunda relação com o território no desenvolvimento de suas atividades (HAESBAERT, 2006).

Contudo, não podemos considerar que a relação estabelecida entre um povo e o espaço passe apenas pela ação econômica ou do trabalho, como definiu Raffestin anteriormente ao expressar que “O território [...] é um espaço onde se projetou um trabalho” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). A construção do território vai além desse aspecto puramente material. Existe

² O termo *primitivo* citado pelo autor, não pode ser entendido aqui como sinônimo de *atrasado* mas como o *primeiro*. O dicionário Aurélio traz como seu primeiro significado para “Primitivo” o termo “De primeira origem. Dos primeiros tempos”.

também uma relação simbólica, marcada pelos significados deste espaço para o povo ou grupo que o domina.

Assim, para os povos nativos, um rio ou uma floresta pode assumir um significado que vai para além do seu valor de “produção”, de recurso econômico, mas passa a possuir um caráter sagrado, mítico, conforme a vivência e as tradições deste povo. Neste sentido, o sagrado possui uma relação muito forte na construção do território. Segundo Rosendahl (1996), o sagrado sugere sempre um sentido de ordem, totalidade, de força. O homem religioso, desta maneira, se exprime através de formas simbólicas que o relacionam com o espaço. O homem consagra o espaço porque ele sente necessidade de viver num mundo sagrado, de mover-se num espaço sagrado. Para a autora, sagrado, por si só, é um conceito religioso. Espaços sagrados são espaços qualitativamente fortes, onde o sagrado se manifestou. Para o homem religioso, esta manifestação pode estar contida num objeto, numa pessoa, em inúmeros lugares. Para o homem religioso, a natureza não é exclusivamente natural, está sempre carregada de um valor sagrado (ROSENDAHL, 2002, p. 64).

Desta forma, podemos destacar que a construção do território pelos antigos botocudos possui uma dimensão e uma relação muito forte com estes elementos, fato que se situa em vários pontos posteriores deste trabalho onde elementos como o rio Doce, a pedra dos Sete Salões³ e o próprio território físico são entendidos em um sentido religioso. No esforço de compreender esta dimensão do sagrado entre os antigos botocudos, destacamos algumas características fundamentais dos aspectos religiosos deste povo que possuía uma cosmologia muito rica e que, ainda hoje, mantém vários destes elementos presentes em sua cultura.

Paraíso (2002), destaca que os botocudos acreditavam na existência de quatro tipos de espíritos: os da esfera superior, os da esfera da natureza, os que viviam sob a forma de almas no interior dos corpos e os do mundo subterrâneo (PARAÍSO, 2002, p. 425). O Marét-Khamaknian é o mais velho, o herói e civilizador. Vivia no céu, era alto, cabeça branca, cabelos ruivos e possuía um pênis tão grande que atingia até a garganta das mulheres. Esta entidade superior, responsável por todo conhecimento dos botocudos, era tido como um ser bondoso e que atendia aos pedidos realizados. Contudo, poderia ser maldoso, castigando com chuvas e tempestades ou “Matando com uma flecha invisível no coração” (PARAÍSO, 2002).

³ A pedra dos Sete Salões é considerada território sagrado para os Krenak. Acredita-se que as pinturas rupestres existentes nas paredes de Pedra foram realizadas por seres sobrenaturais. A pedra era o local onde os antigos iam “para fazer religião”. Sobre este assunto conferir: BAETA, Alenice Motta; MATTOS, Isabel Missagia de. *A serra da onça e os índios do Rio Doce: Uma perspectiva etnoarqueológica e patrimonial*. *Habitus*. Goiânia, V. 5, n.1, p. 39-62, Jan/Jun – 2007.

Havia também um espírito do mal, Nantshone. Espíndola faz uma descrição do temor existente entre os diversos grupos botocudos sobre tal entidade religiosa:

Os diversos grupos acreditavam na vida após a morte e no diabo, o Nantshone, que teria direito sobre a alma dos que não fossem sepultados rapidamente. [...]. Os bons guerreiros, caçadores hábeis e amantes das suas mulheres e filhos receberiam a recompensa depois da morte. Seriam enviados a uma terra cheia de mata virgem, abundante de frutas caça e belos rios fartos de peixes. As pessoas covardes e preguiçosas, porém, iriam para uma terra árida, sem matas sem frutos e sem caça, com rios sujos e sem peixes, e um sol abrasador [...]. Os Botocudo amortalhavam o defunto com fortes fibras de embira, com uma carapuça cobriam-lhe a cabeça e penduravam-lhe a faca ao pescoço com tiras. O morto ficava preso a um tronco de árvore por cordas e sob a guarda dos mais valentes guerreiros, para evitar que Nantshone viesse apanhá-lo, enquanto estava sendo aberta a sepultura (ESPÍNDOLA, 2005, p. 141).

Paraíso (2002) destaca ainda a existência de Nanitiong, um espírito da esfera superior que aparecia no sonho das mulheres engravidando-as. Para evitar este tipo de gravidez, as mulheres procuravam dormir próximo à luz das fogueiras. Os filhos que, porventura nascessem desta situação eram chamados “Nanitiong-krouk”. Se alguém visse um Nanitiong enquanto acordado estava condenado à morte (PARAÍSO, 2002, p. 425). Acreditavam que os humanos adquiriam sete almas ao longo da vida. A primeira, a partir dos quatro anos de idade. A alma principal poderia deixar o corpo para viver outras experiências, as quais o indivíduo percebia através dos sonhos. A doença era causada quando a alma se perdia em sua viagem. Antes de a pessoa morrer, sua alma principal morria dentro de seu corpo, sendo que outras seis a acompanhavam, voando e chorando, até o túmulo. Estas almas, embora invisíveis, precisavam ser alimentadas e uma fogueira devia ser acesa. Caso contrário, poderiam se transformar em onças que ameaçavam a aldeia. Este era um período transitório até que bons espíritos do mundo superior a buscassem de onde não mais voltaria (PARAÍSO, 2002).

Esta dimensão religiosa se manifesta de algum modo entre os Krenak atualmente. Em uma visita à comunidade indígena, durante o trabalho de campo, uma senhora afirmou que os espíritos de muitos índios habitavam a pedra dos Sete Salões em forma de onça. Sobre esta dimensão religiosa entre os Krenak, Paraíso (1989) cita um relato sobre os enterros realizados entre este grupo. Segundo Estigarribia⁴, “os Krenak, não fugindo aos padrões tradicionais de seu grupo, enterravam seus mortos com alimentos ao lado e em cima da cova, que era coberta com um ranchinho, acendiam uma pequena fogueira para aquecer o cadáver” (PARAÍSO, 1989, p. 27).

⁴ Antônio Vianna Martins Estigarribia teve forte atuação no extinto Serviço de Proteção ao Índio – SPI, tendo sido Diretor deste órgão em 1936.

A religião, em todas as sociedades, possui um lugar de destaque dentro de seu universo cultural. A sociologia, a antropologia, a história e a geografia se encontram com a religião no momento em que analisam os reflexos do fenômeno religioso na vida social. Não pretendemos aqui aprofundar na temática religiosa, mas apenas dar uma noção sobre a religião no intuito de analisar a influência de seus elementos na constituição da territorialidade ou da multiterritorialidade. Para tal, precisamos, inicialmente, estabelecer o que consideraremos religião, a partir da formulação de Geertz:

Religião é um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatalidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas (GEERTZ, 1989, p. 67).

Geertz inicia suas considerações descrevendo a religião como um “sistema de símbolos”. Para ele, um símbolo assume diversos significados. Pode ser usado em termos convencionais, como uma bandeira vermelha que simboliza perigo, ou uma branca simbolizando rendição. Um símbolo pode ser uma cruz que é um símbolo falado, visualizado, modelado com as mãos quando a pessoa se benze (GEERTZ, 1989, p. 68).

Outra definição muito rica sobre o sentido dos símbolos pode ser encontrada em Yi-Fu Tuan (1980) que destaca: “Um símbolo é um repositório de significados. Os significados emergem das experiências mais profundas que se acumularam através do tempo. As experiências profundas têm muitas vezes um caráter sagrado, extra-terreno, mesmo quando elas se originam na biologia humana” (TUAN, 1980, p. 166).

Esta discussão sobre os aspectos religiosos nos remete a concepções antropológicas as quais não pretendemos aprofundar. Apenas estabelecemos, minimamente, como estas relações simbólico-religiosas contribuíram para o processo de territorialização e formação de territorialidades entre os antigos botocudos. Conforme estabelecido por Geertz, a religião possui um conjunto de símbolos capaz de “formular conceitos de uma ordem de existência geral” ou seja, a religião, em seu caráter simbólico, tem o poder de ordenar, dar sentido a fatos ou coisas, de forma sistemática. Para Tuan (1980), os símbolos possuem significados que emergem das experiências. Estas se acumulam ao longo do tempo na realidade humana (TUAN, 1980, p. 168).

No caso em análise, buscamos compreender como estes símbolos foram construídos no imaginário dos habitantes do vale rio Doce, proporcionando o desenvolvimento de uma

territorialidade muito forte, construída a partir da vivência social dos indivíduos deste grupo com os elementos presentes em seu território.

Nos relatos anteriores, apresentados por Espíndola (2005), sobre o “inferno” botocudo este é destacado, não como labaredas de fogo como na tradição cristã, mas como um local sem mata, sem caça ou pesca, com rios sujos e um sol abrasador para onde iriam os preguiçosos. O contrário disso é a visão do paraíso mostrada como um lugar onde a caça aparece fácil e há abundância de pesca e matas virgens com fartura de alimentos para onde iriam os guerreiros valentes e bons amantes das mulheres (ESPÍNDOLA, 2005).

Esta concepção cosmológica desperta a sacralidade da floresta, dos rios e outros meios naturais, levando-os a se transformarem no próprio paraíso. Este controle do território está ligado diretamente a uma dimensão simbólica ou cultural que vai para além dos valores econômicos, comumente estabelecidos nas análises territoriais, refletindo a pertinência de uma abordagem interdisciplinar, como a proposta por esta pesquisa e pelo programa em Gestão Integrada do Território.

Retomando o pensamento de Zeny Rosendahl (2002), ela estabelece que “os povos tem atribuído sacralidade a diferentes objetos como árvores sagradas, pedras, grutas com poderes milagrosos, ou fontes que curam” (ROSENDAHL, 2002, p. 68). Neste aspecto, é importante evidenciar que a construção do território pelos antigos Botocudos não estava vinculado apenas a sua função de subsistência, mas possuía outros elementos que se tornaram essenciais para a construção da identidade deste povo com seu território.

Haesbaert (2007), analisando as perspectivas simbólicas do território faz o seguinte comentário:

Tomemos o exemplo de uma sociedade indígena. Facilmente podemos afirmar que ela constrói seu território como área controlada para usufruto de seus recursos, especialmente os recursos naturais (algo bastante genérico e, portanto, variável entre os diferentes grupos). Mas os referentes espaciais, aí, também fazem parte da vida dos índios como elementos indissociáveis, na criação e recriação de mitos e símbolos, podendo mesmo ser responsáveis pela própria definição do grupo enquanto tal (HAESBAERT, 2007, p. 69).

Assim, os mitos e símbolos religiosos estão intrinsecamente ligados à concepção territorial dos povos. Para Tuan (1980), os jardins dos mosteiros medievais com sua fonte central nos remetem a geografia do Éden. As Catedrais Medievais simbolizavam mais que um Templo religioso. Eram a própria expressão do poder divino. No mesmo viés, se encontravam os santuários gregos na antiguidade. Na China, era costume considerar como Parques Naturais os terrenos no entorno dos túmulos dos imperadores sagrados, nos quais todos os vivos partilhavam do caráter sagrado do espírito do morto.

Reportando-nos ao modelo de sepultamento dos mortos pelos botocudos, é muito evidente a relação entre o mundo dos vivos e o dos mortos. O ato de acender uma fogueira, alimentar os espíritos para que não se transformassem em onças e ameaçassem a aldeia apresentam uma relação simbólica com o túmulo que, conseqüentemente, estabelecem uma delimitação territorial.

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos dele. Além disso, os viventes não são os únicos a ocupar um território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer (BONNEMAISON e CAMBRÉZY apud. HAESBAERT, 2007, p. 73).

A vida e a morte se encontram no território. Este imbricado de relações sociais, econômicas e simbólicas se constitui a partir do “vivido territorial” de um povo. Assim, neste primeiro momento, buscamos apresentar alguns aspectos que são fundamentais na construção da territorialidade dos antigos botocudos. Nosso primeiro desafio é demonstrar que este povo possuía um território delimitado e demarcado que servia às suas funções de subsistência e fazia parte do horizonte cosmológico dos nativos do rio Doce.

No próximo item, buscaremos compreender o conflito territorial estabelecido nas terras conhecidas como “Sertões do Leste”, sobretudo após a declaração de guerra ofensiva aos botocudos e a criação das Divisões Militares em maio de 1808, pelo Príncipe Regente, como forma de ocupação e domínio dos territórios mencionados. Por outro lado, havia no pensamento do colonizador a ideia de que os botocudos eram selvagens, ferozes e antropófagos. O próprio documento oficial de 13 de maio de 1808 enfatiza esta mentalidade. Assim, iremos discutir alguns aspectos da construção deste “Mito da antropofagia entre os botocudos” e o processo de extermínio de boa parte dos indígenas do vale do rio Doce, destacando que a ação militar não foi a única a se configurar como efetiva dentro do processo civilizatório. O aldeamento também fez parte desta política de domínio territorial.

1.3 A OFENSIVA AOS BOTOCUDOS: O TERRITÓRIO CONSTRUÍDO PELO ESTADO

“Permita-me V. exma. refletir que de tigres só nascem tigres; de leões, leões se geram; e dos cruéis Botocudos (que devoram e bebem o sangue humano) só pode resultar prole semelhante”

(Francisco José de Santa Apolônia, Vice-Governador da Província de Minas Gerais, 1827)

A citação inicial reflete o pensamento existente na Província de Minas Gerais em relação aos ‘cruéis botocudos’, durante o século XIX, pelo menos por parte daqueles que administravam a província. Neste sentido, os botocudos são entendidos como um empecilho para a ocupação demográfica do rio Doce e, a partir desse entendimento, deveriam ser eliminados (ESPINDOLA, 2005, p. 103).

Este desejo de eliminação dos botocudos começou a ser concretizado com a edição da Carta Régia de 13 de maio de 1808, que instituiu guerra ofensiva aos botocudos. A Carta promulgada pelo Príncipe Regente D. João, que acabava de chegar ao Brasil, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, pode ser considerada um marco no processo de conquista do território do vale do rio Doce.

Contudo, a edição desta carta caracteriza apenas um aspecto da política indigenista da Metrópole em relação aos nativos na América Portuguesa. Esta política foi marcada por uma infinidade de atos que compreendiam Cartas Régias, Leis, Alvarás em forma de lei e Provisões Régias que, assinados pelo rei português, assumiam um caráter de legalidade em sua execução (PERRONE-MOISÉS, 2002, p. 116).

No que tange a política de conquista do vale do rio Doce, foi utilizada a guerra justa e o aldeamento. Visando o extermínio dos botocudos, a Guerra Ofensiva tomou maior dimensão no processo de ocupação. Este vale, durante as primeiras décadas do século XIX, foi considerado uma “barreira verde” necessária para o isolamento da região mineradora da ação de contrabandistas que pudessem transportar o ouro pelo rio Doce até a Província do Espírito Santo (ESPINDOLA, 2005; AGUIAR, 2007). No ano de 1773, uma Ordem do Real Erário determina que o governo da capitania de Minas Gerais tome as providências para que

ninguém passe pelo rio Doce e Cuieté, em direção ao litoral, para evitar os extravios de ouro e diamante (ESPÍNDOLA, 2005, p. 56).

Esta proibição criou um ambiente de “refúgio” para os povos nativos que habitavam a floresta atlântica no vale do Doce, possibilitando sua permanência neste território sem maiores interferências da política de colonização portuguesa, pelo menos até o início do século XIX, quando foi declarada Guerra Ofensiva aos botocudos por meio da Carta Régia de 1808. Na Carta, D. João declara,

Deveis considerar como principiada contra estes índios antropófagos uma guerra ofensiva que continuareis sempre em todos os anos nas estações secas e que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos senhorear de suas habitações e de os capacitar da superioridade de minhas reais armas de maneira tal que movidos do justo terror das mesmas peçam a paz e, sujeitando-se ao doce jugo das leis e prometendo viver em sociedade, possam vir a ser vassalos úteis (SOARES, 1992, p.50-52).

O documento, em primeira análise, caracteriza o índio como antropófago. É importante destacar esta menção, feita por D. João logo após sua chegada ao Brasil, porque reflete bem a ideologia já estabelecida na mentalidade dos colonizadores em relação aos botocudos. Neste sentido, a declaração feita oficialmente pelo governo português é apenas uma formalização de um pensamento já existente na colônia, conforme retratam os textos, sobretudo do naturalista Saint-Hilaire, mencionados mais adiante.

Sobre a justificativa para a implantação de uma guerra desta natureza, Beatriz Perrone-Moisés (2002), destaca que a guerra justa tinha como causas legítimas a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da fé, a prática de hostilidades contra vassalos e aliados dos portugueses e a quebra de pactos celebrados (PERRONE-MOISÉS, 2002, p. 123-124).

Embora todos estes motivos mencionados pela autora sejam importantes para nossa análise, dois deles aparecem na nossa discussão sobre a ocupação do território do rio Doce: a salvação das almas e a antropofagia.

O fato de a antropofagia ser justificativa para uma guerra ofensiva é importante para nossa análise tendo em vista que, para que fosse decretado o extermínio dos botocudos, fazia-se necessária esta produção do “Mito da antropofagia entre os botocudos”. Esta justificativa para a realização de ação militar contra os índios, possui reflexos ainda hoje. Durante a realização do trabalho de campo, ouvimos de um fazendeiro da região a seguinte expressão: “Dizem que estes bugres comiam carne de gente antigamente”. A expressão “bugre”, citada no depoimento, possui um caráter totalmente depreciativo e expressa o intuito de comparar os

povos indígenas com animais (MATTOS, 1996, p. 189). Por outro lado há, ainda hoje, a crença de que os índios do rio Doce foram realmente antropófagos.

Esta construção ideológica da antropofagia entre os botocudos é fruto de um longo processo. Prova disto é o fato de que os botocudos foram constantemente citados como antropófagos em documentos e relatos de naturalistas que passaram pelo rio Doce. Estes relatos eram construídos a partir da realidade que estes viajantes encontravam pelos lugares onde passavam.

O naturalista Francês Auguste de Saint-Hilaire, em sua visita ao rio Doce, faz uma narrativa de um episódio que ouviu de três escravos que o acompanhavam durante sua estada na Capitania do Espírito Santo. Segundo o relato,

Os selvagens atacaram, há um par de anos, os vaqueiros de Muribeca e se apoderaram de um negrinho de 10 a 12 anos de idade. Sabendo o que se passava, o chefe da fazenda mandou imediatamente, no encalço dos indígenas cinco escravos bem armados, entre os quais estavam esses meus dois negros.

Os escravos surpreenderam os selvagens sentados ao redor de uma fogueira e, atacando-os a tiros de espingarda, mataram muitos. Depois, aproximando-se do fogo, encontraram o corpo do negrinho, do qual os índios haviam arrancado pedaços que já estavam assados em partes. Cortaram para mostrá-la a seu chefe, a cabeça de um dos índios que morreram no lugar e enterraram o resto do negrinho (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 20).

Mais adiante, no mesmo texto, o naturalista relata outra história contada a ele sobre a antropofagia dos botocudos.

[...] militares fizeram questão de mostrar-me uma casa cujos habitantes haviam sido mortos pelos selvagens. Quando se deram estes acontecimentos, um indivíduo, que foi extremamente feliz por escapar, refugiou-se no posto Boa Vista. No mesmo instante, foi mandado um destacamento no encalço dos indígenas; foram eles alcançados e muitos mortos pelos portugueses. Encontraram-se os corpos dos colonos chacinados; os selvagens não lhes haviam desarticulado os membros, mas tiram-lhes as carnes e só lhes deixaram a cabeça intacta. Estes fatos, dos quais um dos meus soldados disse-me ter sido testemunha ocular, e aqueles que me haviam narrado os escravos de Muribeca, tendiam a provar a realidade da antropofagia; mas creio aconselhável não aceitar plenamente essas narrativas de homens incultos, animados pelo ódio e suscetíveis de criar fantasias em torno de suas ações. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 21-22).

Os dois relatos de Saint-Hilaire apontam uma única direção: histórias que destacam a violência com que os botocudos tratam a sociedade e a prática da antropofagia entre estes índios. Contudo, o naturalista não se deixa convencer pelos simples relatos carregados de ódio dos luso-brasileiros que se colocavam como vítimas da ação destes índios. O naturalista é enfático em destacar seu ceticismo em relação às narrativas sobre a antropofagia entre os botocudos.

O naturalista alemão Maximiliano de Wied Neuwied, que esteve no Brasil na primeira metade do século XIX, destaca em sua obra “Viagem ao Brasil” os momentos em que passou pelo rio Doce e faz relatos contundentes sobre o que ouviu das características antropofágicas e violentas dos botocudos. Em um relato sobre ataques destes índios a um oficial militar na Capitania do Espírito Santo destaca que,

A tribo dos ‘Botocudos’ (assim chamada pelos europeus) vagueia nas florestas, à beira do rio Doce, até às nascentes deste na Capitania de Minas Gerais. Estes selvagens se distinguem pelo costume de comer carne humana e pelo espírito guerreiro: tem oferecido, até agora, obstinada resistência aos portugueses. Si algumas vezes se mostraram amigáveis em certo lugar, cometeram excessos de hostilidade em outro; daí nunca ter havido um entendimento duradouro com êles⁵. (NEUWIED, 1940, p. 150).

Os relatos do príncipe Maximiliano possuem o mesmo perfil dos relatos de Saint-Hilaire. Demonstam o cotidiano dos colonizadores que enxergavam nos nativos um empecilho para a colonização do território do rio Doce. Esta concepção justificava a intencionalidade em exterminar os Botocudos do vale deste rio. Maximiliano também faz um relato sobre ataques contra os botocudos realizados na Capitania do Espírito Santo pelo conde de Linhares. Este relato nos leva a concluir que a ideologia que pregava o extermínio dos botocudos se perpetuava por toda extensão do vale do rio Doce. Segundo o príncipe,

[...] o último ministro de estado, conde Linhares, declarou-lhes guerra formal, [...] Desde então não se deu trégua aos ‘Botocudos’ que passaram a ser exterminados onde quer que se encontrassem, sem olhar idade ou sexo; e só de vez em quando, em determinadas ocasiões, crianças muito pequenas foram poupadas e criadas. (NEUWIED, 1940, p. 150).

Os ataques aos botocudos aparecem com frequência nos relatos dos dois naturalistas citados. Isto nos leva a crer que a Carta Régia de 1808, veio apenas formalizar uma guerra que já estava estabelecida pelos colonos luso-brasileiros. Estes, para justificar a ofensiva, desenvolveram um “mito da antropofagia entre os botocudos”. Embora não tenhamos encontrado este termo na literatura específica sobre os botocudos, podemos considerar sua aplicabilidade, visto que não há qualquer comprovação de ato antropofágico destes índios.

Tanto Saint-Hilaire quanto Maximiliano de Wied Neuwied, que estiveram no Brasil na primeira metade do século XIX, apresentam narrativas sobre a antropofagia entre estes índios, mas não indicam qualquer prova concreta sobre o canibalismo citado pelos habitantes da províncias de Minas e Espírito Santo. Muito pelo contrário, atestam de forma enfática sua

⁵ Transcrição feita conforme o texto original.

desconfiança em relação aos relatos sobre a antropofagia dos nativos. Sobre esta questão, Espíndola (2005) apresenta o encontro de Guido Thomaz Malière, quando esteve à frente das Divisões Militares do rio Doce, com um grupo de botocudos que jamais havia se deparado com os não-índios. Ao contrário da concepção popular de antropófagos, este grupo se comportou com extrema amabilidade e pacifismo, fazendo amizade com os índios aldeados e com soldados. “Eles [os botocudos] possuem o estigma de serem antropófagos, porém não há qualquer referência de que essa prática tenha sido testemunhada ou confirmada por cronistas, militares, missionários, diretores de índios, viajantes estrangeiros, entre outros” (ESPÍNDOLA, 2005, p. 139).

O texto de Espíndola (2005) aponta para o fato de que os botocudos não possuíam hábitos antropofágicos. O que havia era uma intencionalidade dos colonizadores em considerá-los assim. Essa ideologia que pregava estas práticas tinha como objetivo encontrar uma justificativa para o seu extermínio. O discurso do Vice-Governador da Província de Minas Gerais em 1827, apresentado no início deste capítulo caracteriza bem essa situação.

Retomando o trabalho de Beatriz Perrone-Moisés (2002), que destaca algumas justificativas para a realização de uma guerra justa, sendo a principal motivação para o início desta a hostilidade dos nativos em relação aos europeus. Neste sentido, a autora destaca que a preexistência de hostilidades por parte do inimigo será, sempre, a principal justificativa de guerra. Hostilidades são invocadas por todos os documentos que destacam a guerra contra os índios (PERRONE-MOISÉS, 2002, p. 125).

A idéia central do ataque aos nativos partia do princípio de que, uma vez livres dos “ferozes botocudos” seriam abertas as possibilidades de ocupação do território e a utilização do rio Doce para navegação, possibilitando o desenvolvimento econômico do vale do rio Doce.

Espíndola (2005) ressalta que no discurso oficial dos memorialistas, a cada menção do termo “Botocudo” seguiam qualitativos como “sedentos de sangue humano”, “bárbaros antropofágicos”, “ferozes monstros”, dentre outros. Neste aspecto, a ocupação do vale do rio Doce ocorreu dentro de um processo bem planejado para sua ocupação. Primeiro, a ideologia da antropofagia entre os botocudos, justificando uma guerra ofensiva. Depois, o empreendimento das atividades ofensivas, visando “desobstruir” o rio Doce dos “antropófagos” botocudos. Estas ações são legitimadas pelo ato do próprio rei que decreta guerra ofensiva até que os botocudos se transformassem em “vassalos úteis” e se submetessem ao “doce jugo das leis”.

Neste aspecto, a Carta Régia de 13 de maio de 1808 sintetiza o intuito português em estabelecer o domínio pleno sobre as terras do vale rio Doce. A Carta expressa a dimensão da colonização portuguesa. Seu texto remete à utilização de armas para subjugar os indígenas levando-os à obediência aos ditames da Coroa portuguesa e, expressamente, dominar as terras ocupadas pelos índios. Para a concretização do previsto no documento, o governo imperial estabelece, inicialmente, a divisão do território do vale rio Doce em seis partes chamadas “Divisões Militares”⁶. O objetivo era efetivar a conquista através da eliminação dos indígenas e o estabelecimento da navegação do Rio Doce.

Cada Divisão Militar possuía um comandante que era responsável pela administração total de sua Divisão, sendo facultado aos comandantes o posto de Alferes agregado do regimento da Cavalaria de Minas. Os soldados das Divisões Militares recebiam o mesmo soldo de um infante, sendo que se o recrutado fosse indígena receberia a metade do valor (AGUIAR, 2007, p. 05).

Segue abaixo um quadro estabelecendo a área de abrangência das Divisões Militares e um mapa que caracteriza a extensão geográfica de cada uma e, logo a seguir, o Mapa com a representação geográfica das divisões militares na Província de Minas Gerais:

Número da Divisão	Comandante responsável	Área sobre a qual tinham responsabilidades e incumbências a que estavam obrigadas.
1 ^a	Luiz Carlos de Souza Ozório	Desde a foz do rio Piracicaba até a barra do rio Suassuí pequeno. Responsável pela navegação do rio Doce e pelo apoio ao tráfego fluvial de comerciantes
2 ^a	João do Monte Fonseca	Área dos rios Pomba, Muriaé e cabeceiras do rio Casca. Encarregada da criação e manutenção de aldeamentos indígenas. Incumbida da segurança das populações de colonos e índios aldeados, bem como da resolução de seus litígios.
3 ^a	José Caetano da Fonseca (substituído no dia 22 de janeiro de 1820 por Camilo de Lellis França)	Vales dos rios Casca, Matipó e Cabeceiras do Manhuaçu. Encarregada do aldeamento dos índios e da segurança das populações de colonos. Incumbida da segurança das populações de colonos e índios, bem como da resolução de seus litígios.
4 ^a	Lizardo José da Fonseca	Bacias dos rios Casca e Piracicaba. Era encarregada de promover a navegação entre

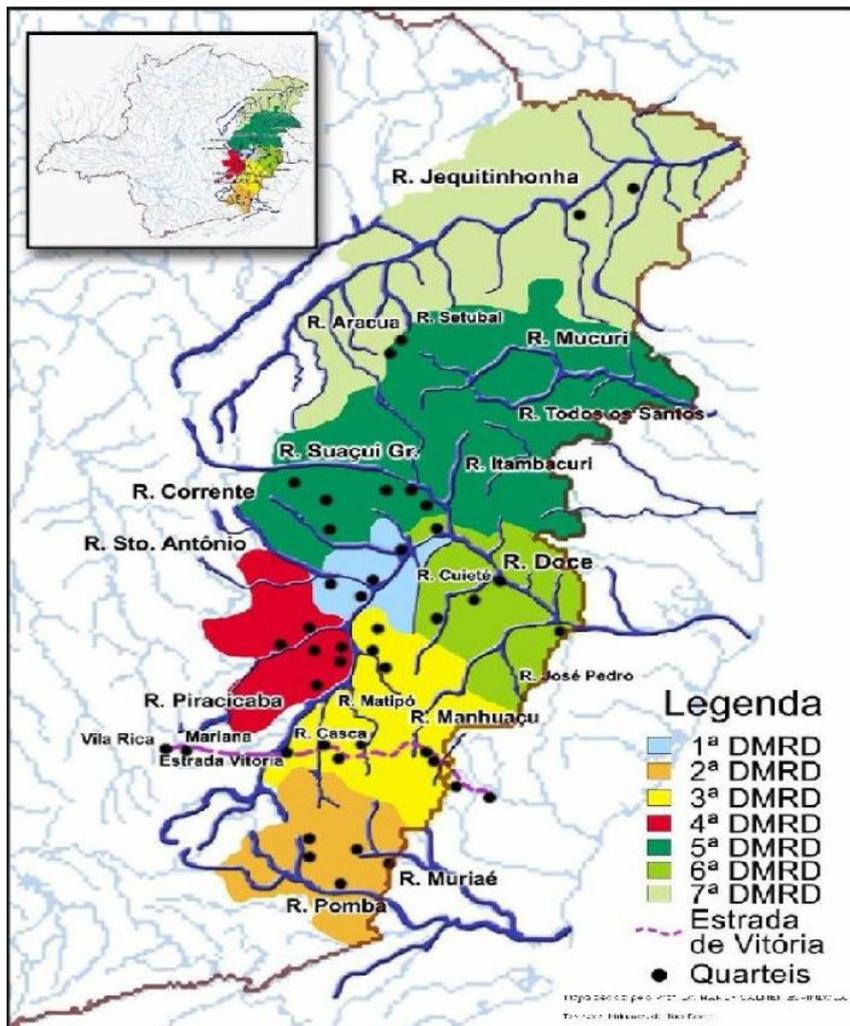
⁶ Logo após a decretação da Carta Régia foi estabelecida a Sétima Divisão que compreendia o vale do rio Jequitinhonha e seus afluentes. Uma oitava Divisão Militar chegou a ser criada em 1820, mas nunca se efetivou. Sobre o assunto conferir AGUIAR, José Otávio. Os Ecos autoritários da Maselhesa: Guido Tomaz Malière e a colonização do Rio Doce (Minas Gerais). Fênix – **Revista de História e Estudos Culturais**. Julho/Agosto/Setembro de 2007. Vol. 4 Ano IV nº 03.

		estes dois rios, ocupando com colonos suas margens esquerda e direita. Seu controle deveria se estender também às florestas que então recobriam os vales dos rios Santo Antônio e Piracicaba, bem como toda a região dos rios Onça Grande e Onça Pequeno e ainda o microvale do ribeirão Monbaça.
5 ^a	Januário Vieira Braga (faleceu em abril de 1818 e só foi substituído em dezembro de 1820, por Bernardo da Silva Brandão.	Parte norte do rio Doce, bacias dos rios Suassuí Pequeno, todo o rio Corrente e a parte sul do rio Mucuri.
6 ^a	Antônio Cláudio Ferreira Torres (substituído em data incerta por Joaquim Roriz de Vasconcellos).	Do rio Suassuí Pequeno até a cachoeira das escadinhas. Situada no centro da região do antigo “leste selvagem”, esta circunscrição militar limitava-se por todos os lados apenas com as áreas de abrangência das outras divisões. Cabia-lhe o comando do importante presídio do Cuieté, para onde foram degredados muitos infratores da lei provindos dos principais centros mineradores.
7 ^a	Julião Fernandes Leão	Região do vale do rio Jequitinhonha e seus afluentes. Esta divisão foi criada logo em seguida à Carta Régia de Guerra aos índios Botocudos. Sua Sede localizava-se no arraial de São Miguel, localizado à margem direita do rio Jequitinhonha.

Quadro 1 - Área de abrangência geográfica e distribuição de responsabilidades, diretor responsável e incumbências das Divisões Militares do Rio Doce no ano de 1818.

Fonte: AGUIAR, José Otávio. 2007, p. 05.

Divisões Militares do Rio Doce



Mapa 2 – Área de abrangência das Divisões Militares.
 Fonte: ESPINDOLA, 2005, p.138.

O estabelecimento das Divisões Militares pode ser caracterizado como um marco estratégico na conquista do território conhecido como “Sertões do Leste”. A divisão deste território em faixas de terra visava a agilidade no propósito de extermínio indígena e ocupação demográfica do vale. O Estado, como afirmação de poder, busca constantemente a dominação das terras ocupadas por nativos que eram considerados ferozes e antropófagos. Iná Elias de Castro, em seu trabalho “Geografia e Política” relata a expressão de Joseph Conrad sobre as conquistas imperiais, diz ele: – sejam na Roma antiga, na China dinástica ou nos países capitalistas – invariavelmente envolveram a expansão geográfica de Estados sobre

outros territórios: a extensão de suas aquisições territoriais foi uma áspera e pronta medida de seu poder local (CONRAD apud CASTRO, 2009, p. 56).

No caso em tela, o Estado Português buscava dominar um território ocupado por indígenas que, na visão do império português, impediam o povoamento do vale do rio Doce e o crescimento econômico da província de Minas Gerais naquele momento. Daí a necessidade do empreendimento de uma guerra para exterminar estes índios (MATTOS, 1996, p. 69-70).

Este aspecto da ação do Governo português, estabelecendo o domínio do território do rio Doce através da implantação da Guerra justa e das Divisões Militares, é importante para a compreensão do nosso assunto, uma vez que se trata da ação do Estado buscando o domínio pleno do território.

Haesbaert (2006) salienta que o território possui sempre uma dimensão simbólica e cultural. Inicialmente, quando nos referimos à construção territorial dos botocudos apontamos para uma dimensão de perspectiva mais simbólica, onde elementos como o rio, a floresta e as montanhas possuíam um caráter cosmológico, mas que ao mesmo tempo eram a base da subsistência de grupos extremamente ligados à natureza.

Neste caso, o Estado busca a substituição das populações nativas para promover a ocupação demográfica que transformasse o vale rio Doce em um território que proporcionasse uma fonte de recursos econômicos. Para isto, o Estado utiliza a delimitação e o controle rígido através da força militar para atingir este objetivo (HAESBAERT, 2006, p. 40). Assim, a funcionalidade do território, na concepção do Estado português deveria se sobressair ao caráter simbólico, analisada anteriormente.

Neste sentido, o extermínio dos botocudos que habitavam o território do rio Doce para que se estabelecesse a ocupação demográfica deste território, intermediada pelo Estado, representa, na prática, a geopolítica de um Estado Absolutista que buscava plena autonomia e soberania, não permitindo, formalmente, que sua autoridade estivesse dependente ou contraposta por nenhuma outra (CASTRO, 2005, p.112).

Nesta perspectiva, as organizações dos grupos botocudos, embora fossem comunidades tribais, constituíam um empecilho ao desenvolvimento econômico deste território nos moldes do Estado europeu, sendo assim imprescindível sua submissão ou extermínio, “sujeitando-se ao doce jugo das leis e prometendo viver em sociedade” como atesta a Carta Régia de 13 de maio de 1808.

Maria Hilda Paraíso divide esta ação do Estado português em quatro pontos distintos, considerados “princípios orientadores básicos” da Carta Régia em relação aos territórios a serem conquistados. Segundo a autora, o Príncipe Regente pretendia:

- a) Tratar o problema pela força das armas sem determinar período de duração, pois o objetivo explicitado era o de torná-los ‘vassalos úteis’;
- b) Garantir o direito aos combatentes ou financiadores de obter trabalhadores indígenas através do aprisionamento de qualquer botocudo, por um período mínimo de dez anos, podendo alargar-se enquanto ‘durar sua ferocidade’;
- c) Transformar os antigos territórios indígenas em lotes sesmarias, a serem distribuídos entre os novos colonos;
- d) Marcar a data de início do período de cativo, pela ação dos missionários ou outros religiosos através do ato de batismo (PARAÍSO, 1985 p. 10).

Na prática, o que a Carta Régia determina é uma ação ordenada visando, por meios belicosos e pela catequese, a dominação dos povos e dos territórios indígenas, buscando a utilização da mão de obra indígena pela Coroa e, acima de tudo, promovendo a ocupação demográfica do território outrora ocupado pelos nativos. Esta ação marca um rompimento definitivo com a política pombalina que previa a inserção do índio na sociedade por meios pacíficos. O texto é muito claro ao enfatizar que a guerra ofensiva não seria encerrada até que os botocudos tivessem se curvado ao potencial bélico português e se tornassem “vassalos úteis”.

A outra face da dominação apresentada na Carta é a catequese. Sob o signo da cruz, buscou-se integrar os nativos na sociedade nacional. Os aldeamentos, desta forma, se configuram como elementos importantes dentro do processo colonizador, representando a política colonial por excelência. Desde a chegada dos primeiros jesuítas, na primeira metade do século XVI, o interesse primordial das ordens religiosas foi transformar os nativos em cristãos. Para a Metrópole, o que importava era estabelecer o controle sobre a população nativa. Nesta perspectiva o aldeamento transforma-se na realização do projeto colonial, pois garante a conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico da colônia (PERRONE-MOISÉS, 2002, p. 120).

Assim, a cruz e a espada se unem com um mesmo objetivo: estabelecer a dominação territorial, a conquista da alma do nativo e o estabelecimento do poder no novo continente (PERRONE-MOISÉS, 2002, p. 120-123).

No caso específico do vale do rio Doce a política da cruz e da espada se configurou com base em dois documentos distintos. O primeiro, já citado, a Carta Régia de 13 de maio que estabelecia a Guerra Ofensiva aos botocudos e apresentava algumas orientações para a implantação da catequese. O segundo documento editado foi a Carta Régia de 02 de dezembro de 1808 que estabelecia regras mais precisas sobre a criação dos aldeamentos, a educação religiosa, além de regular a concessão de sesmarias nos territórios vinculados às Divisões Militares (MATTOS, 2004, p. 235; ESPÍNDOLA, 2005, p.125).

Segundo Espíndola (2005) a questão central da política de colonização naquele momento estabelecia a servidão como forma de ocupar a região com base em qualquer um dos casos. Ou seja, tanto por meio do aprisionamento (Carta Régia de 13 de maio) quando da submissão pacífica dos índios (Carta Régia de 2 de dezembro; ESPÍNDOLA, 2005, p. 128). Sobre as investidas para a implantação de aldeamentos nos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha, Mattos (2004) destaca que, dos seis Aldeamentos Centrais projetados sob o Regulamento da Catequese e Civilização, nos vales do rio Mucuri, Doce, Manhuaçu, Jequitinhonha, Rio Pardo e Rio Grande, apenas os três primeiros chegaram a ser implementados, sob alegações de escassez, ora de religiosos, ora de recursos necessários à administração (MATTOS, 2004, p. 227).

Especificamente no vale do rio Doce foi implantado um aldeamento no ribeirão do Etueto, afluente do rio Manhuaçu, onde hoje se situa o Distrito de Aldeamento, no município de Santa Rita do Ituêto, divisa com o Resplendor/MG (MATTOS, 2004, p. 229). Especificamente neste contexto mais recortado, podemos inferir que a concretização do processo de conquista do “Sertão do Rio Doce” com base nos dois documentos foi pensada e construída com o intuito de exterminar o modo de vida dos antigos botocudos e proporcionar a ocupação demográfica na região.

O “Mito da antropofagia”, destacado anteriormente, mostrou-se realmente um elemento de peso nas mãos daqueles que pretendiam a exploração do vale do rio Doce, principalmente através da busca por riquezas minerais e exploração da navegação no rio Doce. Nesta política de dominação, não houve possibilidades de as populações nativas continuarem existindo com sua cultura e valores próprios, tampouco foi aceita a organização tribal existente. Os índios não foram vistos como coletividade, mas como mão-de-obra a ser utilizada, assim sendo incorporados à sociedade colonial ou simplesmente eliminados. (MATTOS, 2004, p. 118; ESPÍNDOLA, 2005, p. 131).

Com base nesta concepção, a maior parte dos povos nativos do rio Doce foi alvo do extermínio militar ou foram incorporados à sociedade, imersos num processo histórico que perpassou todo o século XIX.

Entretanto, apesar da ação militar e da catequese, o principal fato que provocou a ocupação demográfica do vale rio Doce foi a implantação da Estrada de Ferro Vitória-Minas, já no início do século XX, quando os pequenos povoados crescem em seu aspecto populacional e o território, às margens do rio Doce, assume um perfil economicamente produtivo do ponto de vista do modelo capitalista de produção. Estes aspectos fazem parte da discussão que será estabelecida na próxima parte do nosso trabalho.

2 NEM DESTERRITORIALIZAÇÃO E NEM RETERRITORIALIZAÇÃO: POR UMA MULTITERRITORIALIZAÇÃO DOS KRENAK NO VALE DO RIO DOCE.

Vimos, no decorrer da primeira parte do trabalho, as conceituações teóricas sobre o território e como os botocudos se estabeleceram territorialmente no vale do rio Doce. A partir de agora, nosso intuito é analisar as principais características das transformações ocorridas no modo de vida dos botocudos que habitavam as terras onde atualmente é situado o município de Resplendor.

Neste aspecto, a implantação da Estrada de Ferro Vitória-Minas e as ações do extinto Serviço de Proteção ao Índio, foram fundamentais para a alteração na ocupação do território do vale do rio Doce, bem como as transferências forçadas impostas aos Krenak.

Estes exílios acabam por produzir uma dimensão territorial que nunca se desloca totalmente das terras do rio Doce. Este fator pode ser visto com mais veemência na constituição do território Krenak em Vanuíre, no interior de São Paulo, entre os Kaingang.

Estes aspectos formam a diretriz fundamental da segunda parte do nosso trabalho, para compreensão das principais nuances da constituição da atual Reserva indígena Krenak no município de Resplendor e as lutas atuais para a ampliação deste território.

2.1 A IMPLANTAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO E AS TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO – O ESTADO E OS KRENAK NA MODERNIDADE

Nosso intuito neste item é discutir alguns aspectos relativos a implantação da Estrada de Ferro Vitória-Minas, passando rapidamente pelos investimentos britânicos realizados no Brasil após o surto das locomotivas na Inglaterra. Nossa proposta é contextualizar este momento histórico com a concretização do ideal de crescimento econômico e populacional no vale do rio Doce que se deu, de forma intensa, somente após a implantação da Estrada de Ferro, como veremos adiante.

Neste contexto, as ferrovias se tornaram o principal símbolo do desenvolvimento econômico em um momento de grandes transformações econômicas, principalmente no continente europeu. Num breve retrospecto, é importante termos em mente que, desde o século XVIII, a Europa foi marcada pela Revolução Francesa e Industrial. A ‘dupla revolução’ provocou profundas mudanças na política e na economia no século XIX, confirmando os britânicos como uma potência, levando-os a configurar um grande poderio através da navegação e das conquistas de novas colônias. O país era rico em carvão e ferro, indispensáveis à indústria. Havia ainda a influência Calvinista que estimulava as atividades comerciais e lucrativas (DECA E MENEGUELLO, 1999, p. 26).

No campo tecnológico, os ingleses desenvolveram grandes avanços na produção de máquinas que alteravam o modo de produção manual (manufatura) para a produção industrial (maquinofatura). Além disso, a invenção do navio a vapor e das locomotivas, revolucionou o mundo dos transportes e da comunicação.

É indiscutível que o surgimento do transporte férreo provocou profundas mudanças no desenvolvimento industrial. Por um lado, a produção de ferro para a construção das estradas, das máquinas e vagões das locomotivas intensificou a produção deste metal nas minas inglesas, por outro lado, o uso das locomotivas como meio de transporte facilitou o escoamento da produção intensificando ainda mais a produção fabril naquele país.

Segundo Hobsbawm (2008), “Nenhuma outra inovação da Revolução Industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia”. Esta afirmação do historiador inglês nos remete a construção do imaginário de que o progresso e o desenvolvimento estavam aliados diretamente ao desenvolvimento dos trilhos. O autor continua dizendo que “mal tinham as ferrovias provado ser lucrativas na Inglaterra e planos para sua construção já eram feitos na maioria dos países do mundo ocidental” (HOBSBAWM, 2008, p. 72).

Conforme atesta Hobsbawm, o surgimento das ferrovias provocou muitas mudanças na sociedade inglesa e, conseqüentemente, nos países que possuíam relações econômicas e/ou política com os britânicos. Neste aspecto, a construção de estradas de ferro e de locomotivas, representava mais que a simples obra de construção de uma via de acesso. Esta modalidade de transporte era vista como um símbolo da modernidade.

No Brasil, o discurso oficial entendia a implantação das ferrovias como um meio para se chegar ao desenvolvimento econômico de forma rápida, atingindo o ápice do capitalismo através dos trilhos. Lima, (2009), destaca que, durante o Período Regencial, o desenvolvimento econômico e cultural era aspecto central na agenda política. Neste intuito, a importação de tecnologia ferroviária, visando ‘queimar etapas’ no processo de industrialização, parecia ser o motor do progresso no caso brasileiro (LIMA, 2009, p. 16). Este discurso mostra a mentalidade que se configura em torno das ferrovias, no início do século XX. Qualquer país que almejasse se tornar um país desenvolvido industrialmente, a exemplo da Inglaterra, o caminho deveria ser percorrido através dos trilhos.

As primeiras ferrovias chegam ao Brasil ainda no Império Português, durante o governo de D. João. Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, foi o responsável pela implantação da primeira Estrada de Ferro no Brasil, inaugurada em abril de 1854 (LIMA, 2009, p. 44).

Em seu período colonial e, posteriormente, no período imperial, o país manteve-se alinhado com a política econômica estabelecida pelos ingleses. O capital inglês era colocado à disposição das forças produtivas brasileiras vinculadas a empreendimentos subsidiários ao comércio externo, ferrovias e empresas de navegação (TENÓRIO, 1996, p. 21).

A segunda metade do século XIX é marcada pela interferência do poderio econômico das empresas inglesas investindo em diversos setores da economia brasileira. Para se ter uma ideia da influência do capital britânico no país, das 137 firmas instaladas no Brasil nesta época, 111 eram inglesas. Os principais investimentos estavam ligados à mineração e estradas de ferro (TENÓRIO, 1996, p. 25).

A influência deste ciclo de investimentos britânicos no Brasil acaba atingindo o vale do rio Doce. A primeira tentativa de implantação do capital inglês neste território se deu com a formação da Companhia do Rio Doce, formada em Londres, em agosto de 1832 por João Diogo Sturz, envolvendo capital de sócios brasileiros e estrangeiros. O objetivo da Companhia era desenvolver a navegação entre o Rio de Janeiro e a Foz do Rio Doce, utilizando para isso a navegação neste rio. Apesar de inúmeros benefícios concedidos à Companhia, esta acaba desistindo de desenvolver as atividades de navegação após 1939. A

única realização de grande vulto referente à navegação no vale do rio Doce, nesta ocasião, foi o transporte das máquinas para a fábrica de ferro do jovem francês Jean Antoine Felix Dissandes de Monlevade, situada em São Miguel do Piracicaba (ESPÍNDOLA, 2005, p. 363-71).

O capital inglês acabou não produzindo os resultados esperados no que se refere à navegação no rio Doce, porém, a febre das locomotivas acabou influenciando investidores nacionais que vislumbraram a possibilidade de implantação de uma estrada férrea neste território.

Formada por capitalistas brasileiros, a Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas inicia sua formação, ainda em 1902, com o objetivo de empreender a construção de uma estrada de ferro ligando Vitória no Espírito Santo a Diamantina, em Minas Gerais. A principal motivação econômica era o escoamento da produção agrícola do vale do rio Doce.

Entretanto, os planos iniciais da ferrovia começaram a mudar a partir de 1908 quando os engenheiros ingleses Murray Gotto, Dawson e Normanton tomam conhecimento de enormes jazidas de minério de ferro em Itabira – Minas Gerais. Fato que é confirmado no ano seguinte por ocasião da realização do Congresso Internacional de Geologia em Estocolmo onde é apresentado um relatório sobre a mineração no estado de Minas Gerais (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992; ESPÍNDOLA, 2000). Estes engenheiros ingleses organizam a empresa “Brazilian Hematite Syndicate” com o intuito de explorar o minério de ferro em Minas Gerais e transportá-lo pelas vias da Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992).

A Brazilian Hematite Syndicate, ainda em 1909 adquiriu 42 mil ações da ferrovia Vitória a Minas e pleiteou junto ao governo a alteração do traçado inicial (Vitória – Diamantina) para Itabira, visando a exploração do minério de ferro naquele território. A partir daí, o crescimento da empresa de capital britânico foi surpreendente. Em 1910, adquiriu efetivamente as jazidas de minério de ferro em Itabira as quais possuíam uma extensão de 76,8 milhões de metros quadrados e abrigavam mais de um bilhão de toneladas de minério de ferro. No mesmo ano, a Brazilian Hematite aumentou para mais de 73% sua participação na Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas e firmou acordo com o Porto de Vitória para a exportação do minério de ferro. Já no ano seguinte (1911), a Brazilian Hematite foi transformada na empresa “Itabira Iron Ore Company” que possuía Sede em Londres e era representada no Brasil pelo norte-americano Percival Farquhar. Oito anos depois, Farquhar adquire as ações da Itabira Iron e passa de representante a proprietário da mineradora (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992, p. 26).

Na década de 1940, o governo de Getúlio Vargas transforma a Companhia de capital privado em uma empresa estatal, a partir da edição do Decreto-Lei 4.352 de 1º de junho de 1942. A partir daí, surge a Companhia Vale do Rio Doce, a qual, após um processo de privatização no final da década de 1990, transforma-se novamente em uma empresa de capital privado.

Não temos o intuito, com este pequeno relatório sobre o surgimento da Estrada de Ferro Vitória-Minas e da mineradora Vale, de estabelecer um histórico sobre a ferrovia no vale do rio Doce, mas apenas destacar a influência desta companhia no processo de ocupação deste território e como este fato contribuiu para o extermínio quase total dos povos nativos que ainda habitavam o vale deste rio. Mas, antes é importante destacar que a declaração de Guerra Justa, o estabelecimento das Divisões Militares e mesmo o aldeamento, descrito no item anterior, não produziram o efeito esperado pelo império português. A tão sonhada navegação pelo rio Doce, ampliando o incipiente comércio entre Minas Gerais e Espírito Santo, não se concretizou. A ocupação demográfica, neste sentido, não alcançou o estabelecimento almejado.

Segundo Espíndola,

Na zona do rio Doce, a ocupação ficou restrita ao núcleo isolado de Cuieté e aos trechos entre Vila do Príncipe e Peçanha e entre Barra Longa e São Miguel do Piracicaba, pois o sertão continuava dominado pelas tribos de índios Botocudo. As condições para o povoamento somente começaram a ser efetivadas depois de 1822, mas os avanços foram mínimos até o final do século 19 (ESPÍNDOLA, 2005, p. 285).

Conforme destacado na citação, os botocudos ainda possuíam hegemonia sobre a maior parte do vale rio Doce. Uma pesquisa histórica realizada por ocasião da implantação da Usina Hidrelétrica Eliezer Batista, no município de Aimorés/MG, ressalta a baixa ocupação demográfica do território que compreende os atuais municípios de Resplendor, Ituêta e Aimorés durante o século XIX. Estes municípios fazem parte da região⁷ conhecida como “Médio Rio Doce”.

O levantamento citado, realizado por Marcos Rezende e Ricardo Álvarez (2009), destacam que o Médio Rio Doce, permanece quase inabitado durante todo o Século XIX,

⁷ O conceito de região possui ampla discussão na Geografia. Não é nosso intuito estabelecer aqui este debate. Neste item usamos o termo ‘Região’ levando em conta a divisão do rio Doce em três seções distintas: Alto, Médio e Baixo. A primeira se inicia na nascente do rio Xopotó e vai até a foz do rio Piracicaba. A segunda fica entre a foz do rio Piracicaba e a foz do Manhuaçu. A última da Foz do Manhuaçu até a desembocadura do rio Doce no oceano atlântico. Para uma discussão mais profunda sobre o tema “região” ver: GOMES, Paulo Cesar da Costa. *O conceito de região e sua discussão*. In: Geografia Conceitos e Temas. CASTRO, Iná Elias de (org.). Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1995.

sendo que as florestas permaneceram quase intactas, representando uma potencialidade para a exploração da madeira, principal atividade econômica da época. Mesmo assim, demorou décadas para que a floresta fosse rompida, quando ocorreu, foi graças à implantação da Estrada de Ferro e a ação das locomotivas (REZENDE; ÁLVARES, 2009, p. 97).

Segundo os autores,

O alvorecer do século XX na região do Médio Rio Doce trouxe consigo grandes novidades. [...] A “Maria Fumaça”, símbolo maior da exploração intensiva de uma região, àquela época, adentrava o solo mineiro do Médio Rio Doce em 1905, através da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), na altura de Natividade, atual Aimorés. (REZENDE e ÁLVARES, 2009, p. 105).

Situar este recorte geográfico do Médio Rio Doce para nossa análise é importante, tendo em vista que, a partir deste ponto do texto, daremos especial atenção ao processo que culminou com a delimitação da atual Reserva Krenak. Esta, por sua vez, está inserida no município de Resplendor. Desta forma, é importante para nossa análise compreender a ocupação demográfica deste município, a qual se insere no mesmo modelo de ocupação dos demais municípios do Médio Rio Doce.

Em resumo, reafirmamos que as ações econômicas e de povoamento nesta região não foram muito expressivas no período que antecede a implantação da estrada de ferro, destacando apenas algumas ações isoladas como a implantação de um engenho de cana-de-açúcar junto à margem esquerda do rio Manhuaçu, próximo à sua desembocadura no rio Doce, por Paulo Martins do Santos em 1876. Tal empreendimento contribuiu para o surgimento de um pequeno povoado chamado “Natividade da Barra do Manhuaçu”. Próximo dali, a partir de 1906, formou-se um aglomerado de casas às margens da Estrada de Ferro nas proximidades da Estação Ferroviária de Natividade, na atual cidade de Aimorés (REZENDE; ÁLVAREZ, 2009, p. 100)

Estes aglomerados deram origem ao município de Aimorés, do qual Resplendor foi Distrito no interstício 1915 e 1938, ano de sua emancipação política. Resplendor se formou a partir das ocupações existentes às margens do rio Doce que estavam vinculadas a um pequeno número de sítios que viviam das atividades madeireiras.

Em Resplendor, [...] o povoado concentrou-se próximo de sua Estação Ferroviária, inaugurada no dia 1º de maio de 1908, na margem direita do rio Doce. Sua população dedicava-se, principalmente às atividades agropecuárias, bem como à extração de madeiras e seu beneficiamento nas serrarias que foram surgindo ao redor (REZENDE; ÁLVAREZ, 2009, p. 111).

O que chama a atenção na pesquisa realizada pelos autores mencionados é o fato de que, os povoados sempre se desenvolvem nas proximidades da Estação Ferroviária, sinalizando a influência da Estrada de Ferro na constituição destes aglomerados. Por outro lado, a extração da madeira, neste caso a floresta Atlântica, torna-se a principal atividade econômica.

Contudo, esta exploração econômica ainda não havia afetado diretamente os grupos indígenas que habitavam a margem esquerda do rio. Esta, ainda era coberta pela mata virgem que servia de refúgio aos povos que viviam em seu interior. “Por incrível que possa parecer, por volta de 1910, a margem esquerda do Médio Rio Doce, era ainda um adorável paraíso natural. A Mata Atlântica em sua notável exuberância, oferecia guarida, aos animais e aos Krenak” (SOARES, 1992, p. 111).

Segundo Soares (1992), o território dos Krenak é de fato, muito maior do que a reserva delimitada pelo Governo Federal. Segundo a antropóloga, o território Krenak não se vinculava apenas a margem esquerda do rio Doce, mas também a margem direita, em especial o espaço conhecido como “Pedra dos Sete Salões” onde os antigos Krenak realizavam rituais religiosos.

Neste aspecto, a implantação da ferrovia, foi também um elemento que dividiu as terras Krenak, dificultando a própria locomoção destes índios entre o lugar onde residiam e os locais das práticas religiosas. Entre os Krenak, ouvimos relatos de índios que sofreram acidentes ao atravessarem a linha férrea, ocasionando óbito. Segundo este raciocínio, baseado nestes depoimentos, podemos inferir que a implantação da ferrovia além de contribuir para o crescimento demográfico e o surgimento de fazendas que foram aos poucos adentrando as terras indígenas, também interferiu diretamente na utilização do território pelos índios que, antes do empreendimento, circulavam por ele livremente.

Sobre o assunto, Soares destaca:

A Vale cortou o território Krenak em 1905 sob protesto dos Borun. Estes nunca foram indenizados pelos prejuízos. A Companhia trouxe sim, as fazendas de café, a exploração de minérios, a poluição sonora da região. Várias vezes, à sua maneira, os Borun, reagiram bloqueando a estrada, colocando pedras e paus nos trilhos para impedir a passagem” (SOARES, 1992, p. 88).

Esta menção nos remete ao fato de que os povos que habitavam este território não aceitaram pacificamente a implantação da Ferrovia. Protestos se efetivaram desde os primeiros momentos do empreendimento, o que demonstra uma consciência deste povo em relação à interferência em suas terras pela construção da linha férrea.

Com o tempo, certamente muita coisa foi se transformando ao longo do Vale do rio Doce. Principalmente a exploração da floresta para o beneficiamento de madeira, o uso na produção de carvão para as locomotivas e, conseqüentemente, com o crescimento populacional ao longo do vale do rio Doce, cujas atividades agrícolas e pecuárias começavam a ganhar importância.

Com o crescimento das atividades econômicas, as terras que estavam em poder dos Krenak passam a ser cobiçadas pelos sitiantes e fazendeiros da redondeza. Esta necessidade de mais e mais terras para a exploração econômica foi a base para a transferência dos Índios Krenak para o Posto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira, município de Santa Helena de Minas no Vale do Mucuri, terra de seus inimigos tradicionais, os índios Maxakali (SOARES, 1992, p. 131; PARAÍSO, 2002, p. 421; CALDEIRA, 2009, p.54).

Este movimento de retirada forçada dos Krenak para o território dos Maxakali e, posteriormente, para a Fazenda Guarani, onde conviveram com os Pataxó, além da diáspora de índios Krenak para o Posto Indígena Vanuíre, no interior de São Paulo, é a caracterização de uma tentativa de desterritorialização dos Krenak, promovida pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI – com o objetivo claro de submeter o grupo indígena aos interesses do Estado.

Haesbaert (2005) aponta para a construção de uma “multiterritorialidade”, como resposta ao processo identificado por muitos como “desterritorialização”. No nosso caso, esta dimensão é perfeitamente aplicável, uma vez que durante os momentos de transferência/diáspora, os Krenak nunca perderam seu referencial com o território de origem. Nosso intuito no próximo item é discutir as principais características da construção dos múltiplos territórios construídos pelos Krenak, no decorrer dos exílios e diásporas vivenciadas.

2.2 TERRITÓRIO ENTRECORTADO POR MULTITERRITORIALIDADES: KRENAK, FAZENDEIROS E ESTADO

Conforme destacamos anteriormente, o processo de colonização no vale do rio Doce provocou o extermínio quase completo dos povos nativos que o habitavam. Seja pela cruz ou pela espada, o governo imperial empreendeu um domínio sobre este espaço. Contudo, a ocupação efetiva se deu após a implantação da Estrada de Ferro Vitória a Minas, no início do século XX.

Esta ocupação do território pela sociedade nacional provocou profundas mudanças na relação humana com a natureza. Este território, outrora ocupado pelos nativos que habitavam a floresta e possuíam uma relação profundamente simbólica com os elementos da natureza, atribuindo um significado próprio aos rios, aos animais e à floresta como um todo, passou a ser utilizado, em sua dimensão estritamente funcional, privilegiando as riquezas naturais e suas potencialidades econômicas. Seguindo esta perspectiva de ocupação, Haesbaert (2005) nos direciona para um processo de multiterritorialização, que pretendemos discutir no desenvolvimento de nossa análise sobre as disputas fundiárias que culminaram com a retirada do povo Krenak de suas terras de origem, obrigando-os a viver em outro território juntamente com outras etnias.

Na perspectiva do Estado, a retirada dos Krenak de sua terra fazia parte de um projeto bem estabelecido de transformação da terra indígena em áreas agrícolas, sendo este um dos principais objetivos do extinto Serviço de Proteção ao Índio – SPI (LIMA, 2002, p. 156).

Entendemos que esta ação do Estado se aproxima do conceito de desterritorialização, quando entendia que, para os índios, bastava a terra, qualquer que fosse. Assim, o Estado empreendeu a retirada dos indígenas de suas terras de origem levando-os a viverem em reservas estabelecidas por ele, quase sempre com outras etnias.

Haesbaert (2005) considera que a territorialização, está ligada não só a uma dimensão política, mas também cultural, pois vincula-se intimamente ao modo como as pessoas se organizam no espaço e dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2005). Assim, o autor considera a desterritorialização um mito, que não é capaz de reconhecer o caráter da multiterritorialidade. No caso específico que estamos lidando, os Krenak, mesmo fora, remetem o tempo todo a seu território de origem.

Nossa perspectiva de análise, a partir de agora, aponta para um processo de construção de múltiplos territórios, conforme destaca Haesbaert em “O mito da desterritorialização”. Toda ação de desterritorialização é seguida de uma nova territorialização, onde o grupo ou o

indivíduo integram novos valores, mas não abandonam totalmente a territorialidade construída anteriormente. O autor afirma que “mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo” (HAESBAERT, 2005).

Partindo deste pressuposto, a ação colonizadora do território Krenak, no vale do rio Doce acabou gerando uma sobreposição de territórios. Onde havia um território Krenak constituído, sólido, composto de uma cosmologia que englobava o funcional e o simbólico para este povo, o Estado promoveu a retirada dos índigenas e definiu uma nova perspectiva de organização do espaço, voltada unicamente para a exploração econômica da terra. Esta ação teve como base a implantação de propriedades voltadas para a agricultura e pecuária nas terras onde outrora habitaram os Krenak. Este processo de ocupação provocou a quase completa extinção dos antigos botocudos que habitavam o vale do rio Doce.

Neste contexto, a concepção de apropriação atribuída pelo colonizador se estabeleceu com base em uma perspectiva de dominação territorial que atribuía ao espaço uma conotação econômica, transformando os elementos naturais em mercadoria. Dessa forma, na transformação do vale do rio Doce em um território economicamente produtivo, o índio sempre foi visto como um empecilho para a concretização deste ideal.

No início do século 19, dois tipos de discursos orientaram as medidas oficiais que determinaram a ocupação efetiva do território florestal das bacias dos rios Pomba, Doce, Mucuri e Jequitinhonha. De um lado o Sertão do Rio Doce foi apresentado como a terra da promessa, ou seja, solução para o declínio do ouro de Minas Gerais. Neste sentido, era preciso garantir as condições para a penetração do povoamento, transformando os sertões incultos em fonte de riqueza. Por outro, o rio Doce foi apresentado como o caminho ‘geograficamente mais aconselhável’ para colocar Minas em contato com o mar. Em ambos os casos, o impedimento eram os índios Botocudo, inimigos terríveis, que deveriam ser eliminados (ESPÍNDOLA, 2005, p. 103).

Esta mentalidade de que os índios eram impedimento para o progresso, possuía um peso muito grande na mentalidade popular, conforme vimos anteriormente nos relatos sobre a antropofagia entre os botocudos. A ideologia do Estado que dizia que o índio deveria ser transformado em cidadão e integrado à sociedade teve sua maior expressão com a criação do SPILTN (Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais) que tinha como objetivo proteger os índios e fixar no campo a mão de obra rural não estrangeira por meio de controle de acesso e treinamento desta força de trabalho, usando como meios Centros Agrícolas (LIMA, 2002, p.165). O Serviço de Proteção ao Índio teve uma atuação muito forte no desenvolvimento de suas ações de “proteção” como veremos no decorrer deste item.

Nosso principal objetivo, neste ponto, é o de compreender os aspectos principais da formação do povo Krenak, a ação indigenista do SPI em sua atuação frente a estes índios no início do século passado, destacando os exílios vividos por esta comunidade. Mas, antes de adentrarmos a esta discussão é preciso, minimamente, estabelecer o perfil do povo Krenak. Afinal, quem era e quem são os Krenak? No início deste trabalho, fizemos um pequeno histórico sobre o modo de vida dos botocudos que habitavam às margens dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha. Neste aspecto destacamos que os botocudos formavam vários grupos dentre os quais podemos destacar os Jiporacs, Naknenuks, Takrukkaks, Etwets, Krenak, dentre outros (BAETA, 2009, p. 27).

Os Krenak compunham um destes grupos e ocupavam o vale do rio Doce. Segundo Soares (1992) e Paraíso (2002), a formação dos Krenak se deu a partir de uma cisão dentro do grupo dos Gutkrak, na região do Rio Pancas, por volta de 1918, por ocasião dos primeiros contatos com o SPI. O órgão mantinha um Posto de atração indígena denominado “Posto Pancas” na localidade onde situa a cidade de Pancas, no Estado do Espírito Santo. O intuito do Serviço de Proteção ao Índio era transformar o Posto de Pancas em um local para onde deveriam ser atraídos todos os grupos indígenas da região. (CORRÊA, 2003, p.90).

Durante a tentativa dos agentes do órgão governamental em *atrair* os Gutkrak para aquele posto, houve descontentamento entre parte dos integrantes do grupo que se dividiram e deram origem a uma nova formação.

Os Gutkrak viviam na região do Rio Pancas. Descontentes com o contato feito por Tetchuk (um dos chefes do grupo), com o Serviço de Proteção ao Índio, parte do grupo se subdivide e se retira para as matas das cabeceiras do Córrego do Eme. Ali se organizam e constroem aldeias e, como era de costume, tomam o nome do líder do grupo: Krenak (SOARES, 1992, p. 85).

Antônio Vianna Martins Estigarríbia, funcionário, de papel relevante, dentro do SPI, tendo sido Diretor deste Órgão em 1936 (CORRÊA, 2003, p. 91), comenta a cisão dos Krenak da seguinte forma:

Desde muito que a tribo Gutecrac cindiu-se em dois grupos rivais e inimigos: o dos Gutecracs propriamente ditos, chefiados por Tetchuc e o dos Crenacs. Dessa cisão resultaram lutas que terminaram pela completa derrota e fuga de Tetchuc. Seu povo ficou ao que diz, dividido em dois grupos: um que o acompanhava e o outro que fugiu em direção oposta, ficando os Ckrenacs encravados entre os dois. (ESTIGARRIBIA apud MATTOS, 1996, p. 66).⁸

⁸ Transcrição realizada conforme o texto original.

Paraíso (2002) destaca que a partir desta cisão dentro do grupo dos Gutkrak, o capitão Krenak, já estabelecido na aldeia do *Quijeme Brek*, às margens do Rio Eme⁹, continuou recusando-se a estabelecer contatos com os agentes do SPI. Tal contato só foi efetivado após o massacre do Kuparak, em 1923, com o filho de Krenak, Muin, o qual determinou a localização do posto de atração do Eme (SOARES, 1992, p. 111).

A manutenção deste posto não fazia parte dos planos do Serviço de Proteção ao Índio, que tinha a intenção de transferir os Krenak para o Posto Indígena de Pancas, no Espírito Santo (PARAÍSO, 2002, p. 420).

Esta intransigência do capitão Krenak em relação aos agentes do SPI é a principal hipótese para a sobrevivência dos atuais Krenak como últimos representantes dos botocudos no vale do rio Doce. Tal fato pode ser considerado relevante se levarmos em conta que todos os outros grupos nativos foram exterminados durante o processo de ocupação do território.

Neste aspecto, os Krenak se estabelecem como um grupo que resiste ao máximo a atuação de organismos externos à sua aldeia. Os agentes do SPI foram muitas vezes impedidos de adentrar o território Krenak para execução dos projetos do órgão indigenista (MATTOS, 1996, p. 82).

Retornando a ocupação territorial dos Krenak, estes se estabeleceram, inicialmente, às margens do Rio Eme e permaneceram irredutíveis às tentativas do SPI em transferi-los para o Posto de Pancas. Existem citações de curiosas formas de resistência realizada pelo Capitão Muim e outros membros do grupo, a qual consistia em simular cólicas intestinais que faziam os índios rolarem no chão de dor. Isto ocorria a cada vez que era mencionada a transferência destes índios para o Posto Indígena de Pancas (PARAÍSO, 2002, p. 420; MATTOS, 1996, p. 80). A resistência do povo Krenak em se manter às margens do rio Eme e do rio Doce (Watu, na língua Krenak) fizeram com que o SPI estabelecesse uma negociação com o governo do Estado de Minas Gerais visando a instalação de um Posto de atração no Eme.

Em 1918, engenheiros do Serviço de Proteção ao Índio começam a demarcar terras no ribeirão do Eme. Porém, estes engenheiros “foram expulsos pelos próprios Krenak, devido a problemas envolvendo estes e os índios” (SOARES, 1992, p. 107).

Dois anos depois, o governo do estado de Minas Gerais faz uma doação de 2.000 hectares de terra para a criação de uma colônia para os índios Pojixá e Krenak. No mesmo ano, a Assembléia Legislativa do Estado amplia a área para 4.000 hectares visando a inclusão

⁹ O rio Eme é um dos afluentes do rio Doce. Nasce no Município de Cuparaque/MG e deságua no município de Resplendor/MG, pela margem esquerda. O rio Eme atravessa toda a extensão da atual Reserva Indígena Krenak.

de outras etnias naquela colônia indígena. (SOARES, 1992, 108; MATTOS, 1996, p. 81; PARAÍSO, 2002, p. 420).

A demarcação da primeira parte, correspondente aos 2.000 hectares, já havia sido iniciada antes mesmo do Decreto oficial do então governador do Estado de Minas Gerais, Artur Bernardes. Entretanto, apesar da edição do Decreto nº 5.462 de 10 de dezembro de 1920, que regulamentava a demarcação das terras e determinava a ampliação destas para 4.000 hectares, só foi retomada após o triste episódio conhecido como “O massacre de Kuparaque” ocorrido no dia 23 de janeiro de 1923 (SOARES, 1992, p. 112; MATTOS, 1996, p. 87; CORRÊA, 2003, p. 93).

Este episódio corresponde a um ataque realizado a aldeia conhecida como “Kuparaque” (Onça pintada, na língua Krenak), por integrantes da colônia agrícola Bueno Brandão, situada nas proximidades das terras doadas pelo governo do Estado para a criação do Posto Indígena. Soares (1992) destaca que, durante o período em que ela realizou a pesquisa de campo para a produção do livro “Os Borum do Watu” esta história se fez presente na mentalidade da maior parte dos Krenak, tanto que o fato ganhou destaque com a reprodução do massacre em uma narrativa em quadrinhos (SOARES, 1992, p. 112-126).

Recentemente, durante nosso trabalho de campo, pudemos identificar aquilo que a autora citada destacou em sua obra. Fazendeiros estiveram na aldeia, dias antes do ataque, e distribuíram presentes entre os índios. Depois, na madrugada do dia 23 de janeiro de 1923, os mesmos entram nas terras indígenas armados com espingardas e disparando contra todos. O ataque deixou um saldo de Nove mortos e vários feridos (CORRÊA, 2003, p. 93).

Após este fato, os Krenak, temerosos de novos ataques, se deslocam para a aldeia do Eme sob a proteção do SPI. Em decorrência deste ataque, as terras do Posto de atração do Eme (Então denominado Posto Indígena Guido Malière) são delimitadas pelo Estado, atingido o total de 4.000 hectares, conforme o Decreto de 10 de dezembro de 1920 determinava (PARAÍSO, 2002, p. 421; CORRÊA, 2003, p. 92).

Neste momento, os Krenak, por força das circunstâncias, aceitam a guarida dos agentes do Serviço de Proteção ao Índio, que deveriam fornecer proteção e abrigo para esta comunidade. Contudo, a própria política do SPI desenvolveu um modelo de tutela indígena que se transformou em um novo método de colonização e dominação destes povos. Esta política se baseava no arrendamento de terras demarcadas como Postos Indígenas para colonos ou agricultores nacionais (PARAÍSO, 2002, p. 421).

Esta prática, pode ser vista como um equívoco para a política indigenista atual, mas na filosofia da política indigenista do início do Século XX possuía seus fundamentos. Na análise documental de José Gabriel Corrêa, sobre o assunto, ele destaca que esta atitude,

Era uma intervenção do órgão visando transformar os índios em trabalhadores nacionais agricultores. Enfim, uma intervenção ‘pedagógica’ que objetivava fazer daqueles grupos, expoentes e exemplos da nacionalidade. [...] A intervenção estatal visava criar um núcleo de ‘fabricação’ de ‘cidadãos’, e para isso era necessário não só fixar e educar índios, mas estender a educação para os *trabalhadores nacionais* que lá estavam. A maneira encontrada, e realizada em diversos postos do SPI, era a inclusão de colonos (arrendatários) dentro da área do posto indígena, servindo assim de ‘exemplo’ aos índios [...] (CORRÊA, 2003, p. 93, grifos do autor).

Este modelo de colonização se insere no processo de povoamento que tinha como objetivo explícito “colonizar a alma do nativo”, levar as populações a perderem por completo sua identidade étnica provocando a extinção da sociedade indígena, conforme destaca Espíndola (2006):

No processo de povoamento, ocorreram trocas genéticas e culturais, porém exigia-se em última instância, a extinção da sociedade indígena. O sucesso deste empreendimento dependia da capacidade de colonizar a alma do nativo. No prazo de vida de um único indivíduo, produzia-se a passagem da condição de *índio bravo* (vive na sociedade tribal afastada do mundo branco) para a de *índio manso* (vive em aldeamentos dirigidos pelo branco e aceita, progressivamente o mundo deste) e, finalmente, de *não índio* (rompe-se a vida gregária tribal, perde a identidade linguística e passa a rejeitar seu mundo de origem). No final desta trajetória, ocorre a diluição genética no conjunto da população nacional (ESPÍNDOLA, 2006, p. 07).

Este projeto empreendido pelo Serviço de Proteção ao Índio, com o objetivo de transformar o nativo em trabalhador nacional, fazia parte de um ideal nacionalista de integração dos indígenas à sociedade nacional, sob o signo do pensamento republicano recém-instaurado no Brasil, com a queda do regime monárquico em 1889.

Neste aspecto, cabia a transformação do índio em um cidadão nacional. O SPI buscava demonstrar tal situação em suas ações na tutela dos nativos, conforme demonstra uma reportagem publicada em 1926 sobre os Krenak.

Os índios Crenakes, que são remanescentes dos Aimorés já estão bastante civilizados, usando roupas e morando em casas, dando-se perfeitamente com os usos e costumes dos encarregados do aldeamento. Os componentes dessa tribo, que está muito reduzida, ainda não falam bem o português. (Microfilme 382, Museu do Índio, apud CORRÊA, 2003).

O texto é muito claro em destacar que, naquele momento, ser civilizado significava possuir um modo de vida semelhante aos indivíduos da sociedade nacional, adotando o modo

de ser, de vestir e de falar semelhante aos cidadãos não-índios. O último ponto no processo civilizatório seria o domínio do português pelos nativos.

No decorrer do nosso trabalho de campo, este aspecto foi mencionado em vários momentos pelas senhoras mais idosas da aldeia ao relatarem que “no tempo do SPI” (esta foi uma expressão comum usada entre elas) os agentes proibiam os Krenak de falarem em sua língua materna, obrigando-os a usarem o português.

Havia inclusive castigos físicos para aqueles que desobedecessem as ordens impostas. Durante as entrevistas de campo foi relatado que os Krenak eram vigiados o tempo todo pelos agentes do SPI. O desrespeito às normas, que incluía falar a língua Krenak acarretava prisão. O tempo no cárcere não era estipulado e dependia da vontade do funcionário do órgão em libertar o prisioneiro. A proibição aos índios de falar em sua própria língua significava, na perspectiva do Estado, a transformação destes indivíduos em cidadãos. Na visão indígena, a destruição do principal elemento de sua cultura.

Para se ter uma idéia da importância da língua para os Krenak, a ritualização religiosa deles depende, de forma substancial, do conhecimento da língua. O contato com os *Maret*, que são os espíritos bons na cosmologia do grupo, só pode ser feito na língua materna, segundo relatou-nos uma senhora Krenak. As preces ou orações a estes seres religiosos devem ser feitas por mais de uma pessoa e sempre usando a língua tradicional do grupo. Assim, fazer com que os Krenak deixassem sua língua, acarretava na perda de outros elementos de sua cultura. Perder a língua e a religião poderia, naquele momento, significar a extinção do grupo.

A movimentação dos grupos indígenas, retirando etnias de um lugar e levando-as para outro, conforme fez o SPI estava pautado na lógica de homogeneização no tratamento dos diversos povos indígenas que habitavam o país (LIMA, 2002, p. 155). Como já destacado, o Órgão indigenista não lidava apenas com a questão indígena, mas também com os trabalhadores rurais. O Ministério do Governo, ao qual o órgão estava ligado, era o da Agricultura. Isto fazia com que as ações do SPI estivessem sempre em busca de facilitar os interesses do Estado, principalmente no que se refere ao estabelecimento de sua unidade territorial, deixando sempre em segundo plano o interesse das sociedades indígenas (CRUZ, 2007, p. 73).

No caso do território Krenak, no vale do rio Doce, foi utilizada, em larga escala, o arrendamento de terras para posseiros. O SPI permitia que fazendeiros e posseiros da região se estabelecessem nas terras indígenas mediante o pagamento de uma taxa de arrendamento. Inicialmente, o SPI justificava a cobrança dizendo que com o pagamento deste valor seria

possível alimentar os índios uma vez que sua agricultura ainda era incipiente (PARAÍSO, 2002, p. 421).

Contudo, na mentalidade do arrendatário, o fato de ele pagar uma taxa para a utilização da terra dava-lhe o *status* de “proprietário” das terras utilizadas. O método de arrendamento fazia com que estes fazendeiros fossem adentrando, lentamente, o território Krenak, produzindo uma ocupação territorial que culminaria com a retirada desta etnia de suas terras.

Em conversa com antigos posseiros de terras na Reserva Indígena Krenak, estes relataram que nunca foram invasores de terras, mas que pagavam impostos ao governo pela utilização das mesmas. O fato de pagarem impostos, na mentalidade daqueles que eram tributados, dava a garantia de que, em algum momento, teriam suas terras regulamentadas pelo Estado e a esperança de receberem, oficialmente, os documentos de proprietários. O pagamento dos tributos pelos posseiros acabou se transformando em um trunfo na disputa pela terra que era, inicialmente, território indígena. Esta disputa gerou uma tensão que fez com que o Serviço de Proteção ao Índio procurasse a alternativa de retirar os Krenak de suas terras originais, transferindo-os de lugar e provocando, na perspectiva do SPI, um processo de desterritorialização dos Krenak

É nesta esteira de acontecimentos que nosso intuito passa a ser o de analisar o ato de retirada forçada dos Krenak de suas terras originais pelo órgão indigenista governamental, levando-os, inicialmente, a viver entre os Maxacali, no município de Santa Helena de Minas e posteriormente, na Fazenda Guarani.

No mesmo movimento se inserem os fazendeiros que, sobretudo a partir do segundo desterro, conseguem os títulos de propriedade, emitidos pelo governo do Estado de Minas Gerais, e se apropriam destas terras desenvolvendo, aí, sua territorialidade. Este processo de ocupação pelos fazendeiros acaba produzindo a sobreposição de territórios (HAESBAERT, 2006, p. 342), assunto que será discutido no item que trata do exílio dos Krenak na Fazenda Guarani, no município de Carmésia/MG.

No que se refere a discussão teórica relativa ao processo de desterritorialização e reterritorialização, a obra do geógrafo Rogério Haesbaert possui fundamental importância em sua construção. Com base no pensamento de Deleuze e Guattari, Haesbaert define a questão da desterritorialização da seguinte forma,

Simplificadamente, podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, ‘é a operação da linha de fuga’ e a reterritorialização é o movimento de

construção do território; no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e, no segundo, eles se reterritorializam (HAESBAERT, 2007, p. 127).

Esta definição, embora muito simplificada como o próprio autor salienta, se encontra na base fundamental daquilo que almejamos destacar nesta parte do nosso trabalho. O SPI desterritorializa os Krenak de suas terras (o vale do rio Doce) para os reterritorializar em um novo espaço. Esta não é uma ação individual, obviamente coletiva envolvendo todos os membros do grupo. Em sua abordagem, Haesbaert utiliza o termo ‘operação da linha de fuga’ que, aplicado ao nosso trabalho precisa ser entendido como ‘fuga’ involuntária, uma vez que ela se deu por imposição de um órgão do Estado, cuja intenção era abrir vias que facilitassem o desenvolvimento da agricultura. Contudo, esta retirada representa um movimento de ‘fuga’ do território específico em busca de alternativas. Especificamente, pelo fato de haver múltiplas alternativas para a retirada de um território, ou para uma desterritorialização, é que Haesbaert destaca que para cada problemática territorial existe uma concepção de território. Consequentemente, uma concepção de desterritorialização e reterritorialização (HAESBAERT, 2006, p. 35).

Contudo, este processo de construção é dinâmico e envolve diferentes territórios, territorializações diversas e, consequentemente aquilo que Haesbaert denomina de multiterritorialidades (HAESBAERT, 2005). Este conceito favorece a aproximação para a experiência da construção territorial Krenak, durante os momentos de exílio.

Para o Estado, por sua vez, a retirada dos Krenak de suas terras fazia parte de um projeto desterritorializante, que pretendia a retirada definitiva deste povo de suas terras e a construção de um território mais funcional, voltado totalmente para a exploração econômica.

Neste caso, nossa concepção territorial passa por características com maior expressão simbólica e cultural. A sacralidade do território assume um papel muito forte na vivência do grupo. Para os Krenak, a religião, praticada dentro do território, possui mais força do que praticada em outro lugar, conforme observamos durante o trabalho de campo. Estes aspectos constituem-se numa expressão de relação direta com a terra, como o próprio Haesbaert menciona em sua obra,

Cria-se um território dos Krenak, onde agenciamentos maquínicos de corpos estão fixados diretamente na terra, onde a circulação dos fluxos desejantes se inscrevem diretamente na terra. Criam-se agenciamentos coletivos de enunciação para recortar o Sol e a Lua, por exemplo, e fixar-lhes atributos (HAESBAERT, 2007, p. 126).

Na citação acima, Haesbaert nos remete a construção do território entre os Krenak em uma dimensão profunda de ligação com a terra, produzindo, neste espaço, uma relação simbólica a elementos presentes no cotidiano. Isto se transforma em uma apropriação do espaço, a partir de símbolos que possuem uma dimensão territorializante para além da concepção econômica que, geralmente, atribui-se ao território.

Itamar Krenak (2009), em sua obra “Vatu Hoom” destaca o relato de Nadil Krenak, apresentando o rio Doce como elemento central na vida de seu povo. Ele chega a dizer que “o rio é o pai nosso, que nos dá o sustento”. Em seu depoimento continua dizendo que os antigos Borum circulavam por vários lugares no vale do rio Doce, porém sempre com a referência deste rio como substrato central de suas terras.

Define-se, portanto, os critérios básicos de território que estamos buscando, o que nos permite analisar o contexto da transferência dos Krenak de suas terras para outras e a luta deste povo pelo retorno para as margens do rio Doce.

Conforme destacado em outros pontos deste trabalho, os Krenak ocupam estas terras imemorialmente, citando o termo usado por Maria Hilda Paraíso (1989).¹⁰ Construíram nela um território com delimitações bem definidas, segundo os critérios estabelecidos pelos membros do grupo. Entretanto, a política do Serviço de Proteção ao Índio, não levando em conta as culturas estabelecidas, determinou a transferência destes índios para outro território.

Para justificar a retirada dos Krenak, os agentes do Órgão governamental criaram o pretexto de um atentado a bomba na casa do chefe do Posto Indígena. Este episódio foi o estopim para a transferência dos Krenak de suas terras. Segundo a narrativa de Paraíso (1989), os agentes do SPI culpavam os índios pelo atentado. Estes por sua vez, entendem que este atentado foi uma armação dos agentes do órgão para justificar a transferência dos Krenak para terras Maxacalis. Segundo o relato de Luzia Oliveira em 1989, Os Krenak foram levados para o Posto Indígena Maxacalis, em Minas Gerais (Portaria 362/58). Os índios afirmam que, precedendo a sua transferência, houve um atentado a bomba contra a casa do chefe do Posto Indígena, criando caos, criando acusação contra os índios (PARAÍSO, 1989, p. 53).

A mesma situação é retratada por Soares (1992) que destaca a intencionalidade dos agentes do SPI em realizar a transferência Krenak para o Posto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira (Território Maxacali), no município de Santa Helena de Minas, cerca de 360 quilômetros de distância das terras Krenak no rio Doce.

¹⁰ Segundo Maria Hilda Paraíso (1989) a documentação sobre os Krenak situa-se, principalmente, a partir do século XVII. Portanto, não é possível estabelecer precisão na data de ocupação deste território, daí o uso do termo ‘ocupação imemorial’.

Soares menciona o depoimento de Sônia Krenak, em 1989, que destaca:

Jogaram uma bomba na Casa do Américo. Morava Pertinho. Lado de cá do rio. Ele tava em Resplendor com a família. Tio Luiz morava perto. Ficou com medo. Correu pra beira do rio. Ninguém ficou sabendo quem jogou a bomba. Tudo que tinha dentro da casa a bomba quebrou. Todo mundo ficou com medo de morrer também (SOARES, 1992, p. 131).

O relato de Sônia Krenak destaca bem o sentimento que, certamente, tomou conta de todos naquele momento: o medo por não saberem quem de fato realizou tal atentado e o temor de que este ato pudesse se repetir contra qualquer indivíduo que habitava a aldeia. No decorrer do trabalho realizado em campo na Aldeia Indígena Krenak, algumas pessoas tocaram no assunto e todos parecem ter a mesma opinião: o ato certamente foi armação do SPI para provocar a transferência dos Krenak para terras Maxacali. Assim, os Krenak que vivenciaram este exílio, acreditam que foram vítimas de uma armação do órgão indigenista que pretendia ver as terras desocupadas pelos indígenas para que os fazendeiros pudessem ocupá-las.

Em toda literatura citada neste trabalho, tratando-se especificamente do exílio Krenak, não há qualquer menção a investigação sobre o real autor do atentado. Sem uma investigação consistente, pode-se aventar a possibilidade levantada pelos Krenak: a de que este episódio tenha sido realmente programado pelos agentes do Serviço de Proteção ao Índio com o intuito de culpar os Krenak, ou pelo menos criar um clima de insegurança no Posto Indígena e assim justificar a transferência.

Independentemente das motivações e dos resultados deste episódio, o fato é que ele é considerado pelos Krenak o estopim para a transferência de sua terra para o Posto Indígena Engenheiro Mariano Oliveira, terra dos Maxacali.

A transferência foi realizada de forma tão rápida que o chefe do Posto Engenheiro Mariano sequer foi avisado da chegada dos Krenak à sua cidade. Não havia infra-estrutura suficiente neste Posto para receber os Krenak.

Aproveitando esta situação de confusão, chegaram os soldados da polícia florestal, que colocaram os índios à força nos caminhões e os levaram até as proximidades do Posto Maxacalis. Juntamente com seus pertences, os índios ficaram alguns dias abandonados na cidade de Maxacali, a 30 Km da Sede do Posto. Só quando o chefe do Posto, José Silveira de Souza (depoimento, 1989) teve conhecimento de que estavam abandonados ao relento, foi recolhê-los e tentar acomodá-los da melhor forma possível, pois as condições eram muito precárias (PARAÍSO, 1989, p. 53).

O relato é importante, pois destaca a violência empreendida na transferência e a falta de preocupação com a segurança e comodidade dos Krenak. Estes, ao chegarem ao destino, ficam abandonados até que o chefe de Posto indígena Maxacali toma conhecimento da situação e os encaminha para acomodações que, por sua vez, eram precárias.

Este episódio encontra-se presente na memória dos mais antigos Krenak, aqueles que passaram pelo exílio. Dona Dejanira Krenak cita no livro de Itamar Krenak (2009) que, apesar de ser ainda criança durante o exílio entre os Maxacali se lembra muito bem dos caminhões que os levaram e a maneira violenta e forçada com que eram colocados nas carrocerias destes veículos.

Com base na literatura sobre o assunto, podemos destacar como principal hipótese para esta rapidez na transferência dos Krenak a descoberta de uma mina de Mica dentro do Posto Indígena. A partir desta descoberta, os arrendatários intensificaram a pressão para que houvesse reversão das terras que haviam sido doadas para a criação do Posto Indígena Guido Malière (território Krenak) e ocorresse a regulamentação destas terras em favor dos posseiros (SOARES, 1992, p. 131; PARAÍSO, 2002, p. 421; ESPÍNDOLA, 2006, p. 08).

Entretanto, a transferência para outro território não fez com que os Krenak esquecessem sua terra natal. O primeiro exílio entre os Maxacali durou aproximadamente dois anos. Como os funcionários do SPI não atenderam às solicitações dos Krenak de retornarem às suas terras, estes voltaram de forma épica: fizeram o trajeto a pé entre o município de Santa Helena de Minas e Governador Valadares. A viagem durou cerca de três meses (SOARES, 1992, p. 133; MATTOS, 1996, p. 100; PARAÍSO, 2002, p. 421).

Os principais motivos que fizeram os Krenak retornarem de Maxacali reside nos grandes problemas enfrentados naquelas terras. Além do frio, das péssimas condições de moradia e falta de espaço para a pesca, caça e agricultura, os Krenak eram hostilizados pelos Maxacali. Uma senhora Krenak relatou que até mesmo as roças plantadas pelos Krenak eram destruídas pelos Maxacali, antes mesmo do período da colheita. Além disso, havia uma tensão muito grande entre os dois grupos. Se os agentes do SPI destinavam qualquer produto aos Krenak (alimentos, ferramentas, roupas, etc.) era motivo de reclames entre os Maxacali.

Segundo um senhor Krenak que viveu este momento de exílio, os rios existentes nas terras Maxacali, além de pequenos não tinham peixes em quantidade suficiente para o consumo do grupo Krenak. As terras já eram “cansadas” para a agricultura e, por isso, produziam pouco. Existem três questões importantes que envolvem o exílio dos Krenak entre os Maxacali e que precisamos dissecá-las para ser compreendidas, sendo pois:

A primeira refere-se à questão do tempo de permanência fora do território de origem. Não existe unanimidade sobre a dimensão do tempo de exílio. No relato de José Alfredo dado a Soares (1992), ele diz que o tempo foi de dois anos. Durante o trabalho de campo, há aqueles que reafirmaram este tempo no exílio. Mas, outros membros da Aldeia Krenak dizem que o período foi de aproximadamente um ano e meio, embora não apresentem data exata da saída e chegada.

Como a transferência realizada pelo SPI ocorreu de forma abrupta e o retorno se deu espontaneamente pelos Krenak, não foram encontrados registros da data exata de saída e retorno. Embora este pareça um dado sem muito valor, o período prolongado de exílio, poderia facilitar a ação dos fazendeiros que estavam em um processo de luta pela emissão de documentos pelo governo do Estado de Minas Gerais, tendo como finalidade a apropriação definitiva do território originário dos Krenak. O período relativamente curto que os Krenak viveram fora de suas terras (entre um ano e meio a dois anos) inviabilizou a ocupação definitiva pelos fazendeiros.

Durante o trabalho de campo ouvimos o relato de uma senhora que viveu o exílio em Maxacali e Carmésia, na Fazenda Guarani. Tratando exclusivamente da existência de florestas destacou que após o retorno das terras Maxacali ainda havia matas nas terras Krenak, diferentemente do momento em que os Krenak retornam de seu segundo exílio na Fazenda Guarani, quando encontram toda floresta devastada pela ação dos fazendeiros.

A segunda questão, refere-se àqueles que se recusaram a ir para o exílio em terras Maxacali. Alguns conseguiram se refugiar em uma ilha no rio Doce e fugir da ação imposta pelo SPI. O líder da “resistência” foi Joaquim Grande, que permaneceu fora do contato do SPI durante a primeira transferência dos Krenak. (SOARES, 1992, p. 131; MATTOS, 1996, p. 100; PARAÍSO, 2002, p. 421; ESPÍNDOLA, 2006).

Retomando o trabalho de Itamar Krenak (2009), o autor, demonstrando preocupação em recontar aspectos da vida do povo Krenak, destaca a resistência deste pequeno grupo de pessoas que resistiram à retirada para outra terra e se refugiam em uma pequena ilha no meio do rio Doce e vivem ali, isolados, até que outros membros do grupo retornem.

Itamar ressalta que, durante aquele período, a aldeia Krenak era ali, naquela ilha, destacando que a atitude daquele pequeno grupo serviria de referência para o posterior retorno dos demais. Neste intuito Itamar Krenak (2009) batiza a ilha de “A Ilha da Resistência”, atribuindo um sentimento simbólico muito forte àquele território específico. Esta história é tratada por ele em livro, e vídeo que o compõe e é trabalhada com seus alunos de educação fundamental na Escola em que leciona dentro da aldeia. Este aspecto é importante, pois

transforma um fato histórico da vida do grupo em um referencial para as novas gerações, valorizando a dimensão territorial e simbólica da ilha que serviu de refúgio para os que resistiram à transferência imposta pelo SPI.

A terceira questão refere-se ao retorno que é feito a pé entre o Posto Indígena Engenheiro Mariano Oliveira e a cidade de Governador Valadares. Este é um momento muito marcante na memória daqueles que passaram por esta experiência. O trajeto foi longo, mais de 300 quilômetros separa a terra Maxacali e Krenak (CALDEIRA, 2009, p. 54).

Este retorno é uma verdadeira epopéia na vida dos Krenak e possui um simbolismo muito grande na mentalidade do grupo. De fato, o retorno é a prova de um laço que nunca se desfez. Os Krenak saíram de suas terras, mas a terra não saiu deles. Isto significa que o sentimento de vinculação ao rio, à floresta à pedra dos Sete Salões, aos eventos religiosos que devem ser realizados no território Krenak foi mais forte que a imposição do SPI de viverem em outras terras.

Este retorno, certamente, foi muito sofrido e, portanto, muito marcante na vida dos Krenak. Não é fácil imaginar o que foi o trajeto de um grupo de pessoas durante dias pela estrada sem saber ao certo o que comer, onde e como dormir, os perigos da estrada, dentre outras preocupações. Mesmo assim, os Krenak retornam para seu encontro com a terra natal. Sônia Krenak, que viveu este momento da história do povo Krenak, faz um relato emocionante, destacando as dificuldades encontradas pelo caminho,

Meu pai tava com a perna dessa grossura de tanto que tava inchado. Tinha mãe. Ia todo mundo. Só quem não tava doente era eu. Aí ia pela estrada afora, andando...andando... Chegava num lugar, tinha um riozinho. Nós parava. Pescava, vendia o peixe. Comprava farinha e tal. Meu pai comprava fubá. Tinha dia que nós só comia aquilo. E ia andando...andando... até nós encontrar outro rio. Aí passamos pelo Suassuí, Itambacurí, outro rio afora. Andando. Lá perto de São Pedro nós pegamos um baita peixe, que chama peixe vermelho. Nós foi no São Pedro e vendeu. Comprou farinha, sal, fósforo, palha. Onde nós parava, nós dormia na beira da estrada. Cozinhava peixe e ia andando! Eu tava tão fraca que fui fritar um peixe pra comer com angu... caí em cima da panela de angu! Me apanharam, eu nem vi. Desmaiei. Eles me seguraram até eu voltar. Minha mãe não fazia comida porque tava muito ruim. Doente. Até que chegamos em Valadares (SOARES, 1992, p. 133).

O relato apresentado é contundente, pois enfatiza muito bem a dimensão de uma viagem longa e realizada sem as condições adequadas. O resultado é descrito no texto: momentos de fome, doença e descaso pelo órgão indigenista. Após três meses de caminhada, vivendo situações muito difíceis, os Krenak chegam a Governador Valadares. Neste momento ocorre uma dispersão entre os índios. O SPI acaba dando destinos diferentes àqueles que saíram das terras Maxacali. Muitos são encaminhados de trem para as terras Krenak no município de Resplendor, outros são encaminhados pelo SPI para outras terras indígenas,

dentre elas o Posto Indígena Bananal em São Paulo, Posto Indígena Cachoeirinha no Mato Grosso e, principalmente, para o Posto Indígena Vanuíre no município de Tupã no interior de São Paulo, onde já estavam estabelecidos os Kaingang. (SOARES, 1992, p. 135; PARAÍSO, 2002, p. 422; CALDEIRA, 2009, p. 54). Este último, trataremos mais detalhadamente no próximo subitem. Esta diáspora acabou produzindo uma reconstrução do território Krenak em outros pontos, configurando outras dinâmicas marcadas pela multiterritorialidade, seguindo a opção teórica de Haesbaert.

Os Krenak que chegam a Vanuíre e passam a viver entre os Kaingang não abandonam sua identidade Krenak, nem tampouco esquecem o simbolismo dos elementos existentes nas terras Krenak do município de Resplendor. O que acaba ocorrendo é a reconstrução destes elementos em outras terras, refazendo e resignificando novas redes sociais, permeadas por relações de poder específicas, mas que ainda permaneciam ligadas, simbolicamente, à uma identidade Krenak.

Segundo o Haesbaert,

Devemos priorizar assim a dinâmica combinada de múltiplos territórios ou 'multiterritorialidade', melhor expressa pelas noções de territorialização e desterritorialização [...] Essas dinâmicas se desdobram num continuum que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo e/ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi)territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço (HAESBAERT, 2006, p. 341).

As diásporas acabaram provocando uma dimensão da multiterritorialidade na configuração social dos Krenak. Os que vivem no interior de São Paulo não perderam seu vínculo com a terra natal. Existe sempre o retorno para visitar os parentes que estão no vale do rio Doce. As idas e vindas ocorrem no sentido de recarregar as energias e vivenciar as experiências que fazem parte desta dinâmica que é coletiva, mesmo que centenas de quilômetros separem os integrantes deste grupo, como veremos no próximo tópico.

2.3 KRENAK EM TERRITÓRIO KAINGANG: A EXPERIÊNCIA DE VANUÍRE

Tendo em vista que nosso principal objetivo, neste trabalho, é compreender alguns aspectos da configuração das multiterritorialidades dos Krenak, tomaremos como base os exílios sofridos. Neste aspecto, consideramos de extrema importância compreender alguns aspectos desta configuração territorial dos Krenak em Vanuíre. A multiterritorialidade presente nesta dinâmica, conforme destacada anteriormente, será fator central nesta parte da análise.

Para a realização da nossa sucinta análise e compreensão deste processo territorial dos Krenak em São Paulo, lançamos mão de duas dissertações de mestrado que possibilitaram compreender alguns aspectos da construção territorial dos Krenak e sua relação com os Kaingang de Vanuíre. Trata-se do trabalho de Daniela Araújo Silva intitulado “Diáspora Borum: Índios Krenak no Estado de São Paulo (1937-2008)”, defendida em 2009, e a pesquisa de Leonardo de Oliveira Cruz, intitulado “O ‘ser’ e o ‘estar’ índio: produção de identidades entre os Kaingang e Krenak, em Vanuíre”, com data de defesa em 2007.

O primeiro trabalho faz importante análise da ação do SPI em relação aos Krenak de Minas Gerais, o processo de transferência e a reconstrução da identidade Krenak no Estado de São Paulo. A pesquisa destaca, de forma detalhada, a inserção da Congregação Cristã do Brasil na aldeia Vanuíre e como a ideologia deste grupo religioso definiu as relações entre Krenak e Kaingang. O segundo trabalho faz a análise dos elementos culturais e de afirmação de identidade entre os Kaingang e sua relação com os Krenak. Obviamente, que a pesquisa também busca a compreensão das ações do SPI em relação às etnias Kaingang e Krenak, a análise da influência da Congregação Cristã dentro da aldeia e as expressões étnicas dos dois grupos.

Podemos destacar que a principal questão abordada nos dois trabalhos mencionados e que deve gerar inúmeras pesquisas futuras é a ‘mistura’ entre os Kaingang e os Krenak devido ao grande número de casamentos entre os membros dos dois grupos. Este fato está ocasionando o surgimento de uma geração com dupla identidade étnica. O futuro de Vanuíre, no que se refere a etnicidade Kaingang ou Krenak, depende das opções desta nova geração proveniente da convivência com duas diferentes etnias vivendo em um mesmo território. Nossa tentativa de contribuição aos trabalhos já desenvolvidos é a aproximação da temática

indígena a uma perspectiva territorial, pensando a comunidade indígena indissociada de seu território geográfico (físico), funcional e também simbólico.

Assim, partindo da análise dos trabalhos mencionados e tentando compreender aspectos da construção de uma nova territorialidade Krenak em Vanuíre, é preciso destacar a forma de transferência destes indígenas para o Estado de São Paulo. Os Krenak, ao chegarem ao Posto Indígena Vanuíre, no município de Tupã, interior de São Paulo, se deparam com uma terra estranha e já habitada por outra etnia indígena que seriam os ‘donos’ desta terra: Os Kaingang. Estes possuem uma história, não muito diferente dos Krenak, que na verdade se parece muito com a trajetória de todas as etnias indígenas no Brasil. Marcada por dominação branca, implantação de uma estrada de ferro em seu território tradicional e ação colonialista portuguesa.

A Carta Régia de 13 de maio de 1808, declara Guerra Ofensiva não só aos botocudos do vale do rio Doce, como forma de estabelecer a dominação territorial naquele espaço, mas também aos Kaingang do interior paulista, como já expusemos no início da primeira parte. No documento, D. João menciona a ‘guerra contra os bugres de São Paulo’ que se referia ao grupo indígena que habitava as cercanias de Itapeva e Itapetininga e que mais tarde fora identificado como Caingangue (CRUZ, 2007 apud TIDEI LIMA, 1978, p. 37). O objetivo era o desenvolvimento da produção de café naquelas terras, consideradas de boa qualidade para esta operação. Segundo Leonardo Cruz,

Até o início do século XIX as terras do oeste paulista foram consideradas terras incógnitas ou ‘o sertão desconhecido’. Mas o solo do planalto ocidental paulista apresenta uma variedade de terra roxa com partes descontínuas de terras arenosas que servem perfeitamente à cultura cafeeira, além da criação de gado e do cultivo de outros gêneros. Em meados deste século a região passou a ser alvo de exploração econômica. A esse motivo econômico para uso de territórios até então pertencentes aos Kaingang soma-se a ideologia de Estado representada na figura do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que tinha como objetivo pacificar e inserir os índios no modo de produção capitalista, transformando-os em mão-de-obra a ser usada no trabalho agrícola e integrada a sociedade brasileira, através da criação dos Postos Indígenas e dos centros agrícolas (CRUZ, 2007, p. 61).

Podemos observar que as motivações para dominação dos territórios Kaingang, estão diretamente vinculadas à necessidade econômica de ampliação da produção de café. Esta concepção econômica fez com que o território Kaingang fosse tomado pelo Estado Nacional, reduzindo as populações nativas a poucos indivíduos. O processo de conquista territorial dos Kaingang passou pela guerra ofensiva, legitimação de terras indígenas para fazendeiros da região com base na Lei de terras de 1850 e, finalmente, a implantação da Estrada de Ferro

Noroeste do Brasil, que foi determinante para a conquista deste território (CRUZ, 2007, p. 62).

Como se não bastasse, o Estado buscou a inserção dos sobreviventes desta população indígena na sociedade através da já mencionada, ação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). A principal base de ação do órgão estatal se fundamentou na criação de Postos Indígenas. Os Kaingang, após transferências forçadas pelo SPI, acabam se estabelecendo no Posto Indígena Vanuíre, o qual é criado em 1916, localizado a 22 quilômetros da cidade de Tupã, no interior paulista (CRUZ, 2007, p. 79).

Segundo o trabalho de Cruz (2007) e Silva (2009), o primeiro Krenak a chegar no Posto Indígena Vanuíre foi João Umbelina. Embora exista uma divergência entre os dois pesquisadores no que se refere à data de chegada deste Krenak em terras paulistas¹¹, o que realmente nos interessa é que a existência de um ‘parente’ Krenak morando em Vanuíre na ocasião do retorno do exílio Krenak entre os Maxacali, certamente, foi referência para que o Serviço de Proteção ao Índio encaminhasse alguns membros deste grupo para a aldeia de Vanuíre.

Ao chegarem a São Paulo, os Krenak se encontram em uma situação muito semelhante àquela encontrada no Posto Indígena Mariano Oliveira, terra dos Maxacali. Deparam-se com uma terra estranha e já habitada por outro povo. Neste momento, os Krenak são “os de fora”, os “outsiders” que precisam buscar sua identificação como grupo para se estabelecer neste território.

Esta situação remete à obra de Norbert Elias “Os estabelecidos e os outsiders”. Neste livro, o autor faz a análise da situação de um grupo de trabalhadores ingleses que vão morar em uma cidade do interior e encontram uma sociedade extremamente tradicional, onde os laços de parentesco ou afinidade eram sólidos, bem estabelecidos. Os recém-chegados, os de fora, os outsiders, não possuíam uma articulação social, o que os colocava em uma situação de desigualdade frente aos antigos moradores da cidade, provocando situações de discriminação contra os novos moradores.

No caso dos Krenak, apesar de serem os “outsiders”, os de fora, conseguiram dar contornos a uma territorialidade frente àquela já instalada e estabelecer uma relação de

¹¹ No trabalho de Leonardo Cruz é mencionado que João Umbelino chega a Vanuíre em 1940 em contraposição a Daniela Silva que menciona o sobrenome do referido Krenak como João Umbelina e a data de sua chegada em São Paulo se deu em 1937. Umbelina foi para São Paulo cumprir pena por um crime praticado ainda em Minas Gerais. O local da pena foi o Posto Indígena de Icatú. O período da pena foi de 1937 a 1945. Com o fim da pena é transferido para Vanuíre. Umbelina se casa com uma Kaingang chamada Cotú, ainda no Posto Indígena de Icatú. Desta união nascem Antônio, Jandira, Rosalina, Ilda e Jacira que faleceu em Icatú após o nascimento. (SILVA, 2009, p. 82).

igualdade frente aos “estabelecidos”, ou seja, os Kaingang. Segundo os autores mencionados tal fato se deu devido a uma vivência mais dinâmica da cultura pelos Krenak, mesmo estando em outro território. Este assunto será desenvolvido mais adiante. A primeira questão colocada pelos pesquisadores citados, e que foi determinante para a permanência dos Krenak em Vanuíre, foram os casamentos interétnicos, conforme destacado em uma entrevista do Krenak Antônio Damasceno que relata:

É nós aqui, permanecemos aqui, porque eu me casei com uma índia Kaingang, os meus filhos tem sangue Kaingang e Krenak. Então se eu for me imborá pra lá, a minha esposa não vai querer ir porque ela é Kaingang e assim por diante. O meu irmão que é o Gerson também é casado com uma Kaingang, o meu irmão Mário também é casado com uma Kaingang, então nós se misturemos. A tribo, os Krenak casou tudo com Kaingang, então ficou meio difícil esta parte porque se eu sou Krenak eu vou para lá, a minha esposa é Kaingang não vai querer me acompanhar, então fica difícil, permanecer aqui, ficar junto com a minha família, essa é a história que eu tenho para contar (SILVA, 2009, p. 62).

No depoimento apresentado, fica evidente que um elemento forte na relação entre Krenak e Kaingang se deu a partir de laços matrimoniais. Este nos parece um aspecto tão intenso o qual gerou uma “permanência forçada” dos Krenak em Vanuíre (SILVA, 2009). Com base nos trabalhos analisados não é possível concluir que os casamentos mistos tenham sido uma estratégia Krenak para determinação de sua permanência em Vanuíre, mas este fato provocou uma nova situação étnica que são os filhos de Krenak e Kaingang.

Outro aspecto que os pesquisadores não apontaram foi uma regra dos grupos Krenak e Kaingang que defina a qual etnia pertence o indivíduo que é fruto de um casamento interétnico. Embora existam algumas discussões sobre o assunto, não há consenso (SILVA, 2009, p. 108). Assim, o termo mais comum usado para designar os filhos de Krenak e Kaingang é “misturado”, designando que é fruto de uma mistura entre dois sangues.

Embora os “misturados” tenham consciência de que possuem sangues diferentes, a escolha sobre o pertencimento étnico fica a cargo da pessoa, a partir da afinidade que possui com este ou aquele grupo. Neste ponto os trabalhos analisados relatam que os Krenak têm sobressaído-se aos Kaingang devido a valorização da língua, da dança e do artesanato como valorização cultural e, principalmente, pela união do grupo por sua vinculação à Igreja Cristã do Brasil, o que parece ser uma referência para os Krenak de Vanuíre.

Sobre estas características da inserção dos Krenak em Vanuíre, Leonardo Cruz (2007) salienta que,

Os Krenak, determinados e organizados, ocupam posições importantes na aldeia, a começar pelo cacique; estão à frente de importantes projetos; possuem um maior número de integrantes em seu grupo cultural e são mais coesos, união proporcionada também pelos

efeitos da igreja evangélica, uma vez que a maioria é membro e os laços são fortalecidos. Os Krenak adotaram o discurso da harmonia entre os índios e para legitimar a sua permanência em Vanuíre justificam a mistura através do casamento interétnico. Kaingang e Krenak tornaram um só grupo. Os casamentos originaram um só povo e todos têm direitos iguais. A organização dos Krenak tem provocado os Kaingang mais velhos que se sentem injustiçados ao verem uma outra etnia ocupando seu espaço. No discurso de algumas famílias Kaingang é presente a reivindicação do seu território, uma vez que, ilhados em um pequeno espaço acreditam que este tem diminuído com a chegada de outras etnias não originárias do lugar. Quanto aos mais jovens, não existem muitos conflitos, mesmo porque esta nova geração é fruto de casamento interétnico, sendo chamados de misturados, e também porque a aldeia tem praticado a política do respeito entre as etnias (CRUZ, 2007, p. 91).

Nas pesquisas de Cruz (2007) e Silva (2009) fica evidente a importância que os casamentos entre Kaingang e Krenak assumiram para a reconstrução da identidade Krenak em Vanuíre. A vinculação por laços de parentesco e a valorização da cultura entre os Krenak fez com que o grupo de Minas Gerais se mantivesse unido. O aspecto considerado fundamental para o estabelecimento desta coesão foi a implantação da Congregação Cristã do Brasil (CCB) dentro da aldeia, no ano de 2002 (SILVA, 2009, p. 124). Durante o período de instalação do templo, os Krenak estiveram à frente do empreendimento. Esta construção coletiva em torno de uma instituição religiosa fortaleceu os laços de afinidade entre os Krenak, levando o grupo a se sobrepôr aos Kaingang na organização social.

Em relação à organização política da Reserva de Vanuíre, os Krenak também assumem aspectos de liderança. O cacique da aldeia é Krenak. As manifestações culturais como realização de danças e produção de artesanato são mais frequentes entre os Krenak do que entre os Kaingang (CRUZ, 2007, p. 112). Estes aspectos têm levado boa parte dos jovens ‘misturados’ a se definirem como Krenak conforme atesta uma entrevista realizada por Daniela Silva com uma índia chamada Norma, filha de mãe Krenak e pai Kaingang.

N: Eu falo assim, minha mãe é Krenak, meu pai é Kaingang. Agora eu não sei. Eu tenho mais participação com os Krenak, porque nós tem nossa cultura, eu faço a cultura dos Krenak, meus filhos também. Eu entendo mais o idioma da minha mãe. Então é mais assim Krenak. Eu me dou muito bem com as minhas irmãs que é mais Krenak, é Krenak, né?

P: O seu pai contava histórias daqui?

N: Não, meu pai era mais fechadão. Meu pai era assim, igual eu falo assim, apesar de eu morar muito tempo aqui eu nem sei história, eles falam dessa índia Vanuíre, eu num sei a história. Se você for perguntar a história de Vanuíre eu não sei contar porque eu nunca ouvi falar.

P: E dos Krenak você conhece mais.

N: É eu sou mais participante dos Krenak, que minha mãe conta, conta dos rios. (SILVA, 2009, p. 108).

A opção de vinculação a um grupo étnico (Kaingang ou Krenak) acaba sendo tomada com base na manifestação cultural com mais vulto dentro da aldeia. Neste caso os Krenak tem se estabelecido com soberania. Isto significa que a valorização simbólico-cultural dos Krenak

tem se transformado em um trunfo na constituição do seu território frente aos Kaingang e, principalmente, sustenta uma territorialidade que supera um território geograficamente delimitado, concreto. Essa territorialidade se vincula ao território Kaingang, mas também se projeta, simbolicamente, nas terras Krenak, às margens do rio Doce.

Com base nestes aspectos sociais, culturais e políticos podemos inferir que os Krenak de Vanuíre reconstruíram sua identidade e, por consequência, uma territorialidade intensa, frente aos Kaingang.

Robert Sack, define esta relação de construção da territorialidade como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas como uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado (SACK apud HAESBAERT, 2005, p. 6776).

No nosso caso, os Krenak que são retirados de suas terras pelo SPI, cujo intuito é desterritorializá-los, acabam reconfigurando, em outro território a afirmação da sua identidade étnica; “o ser Krenak”. Neste caso, os casamentos interétnicos possibilitaram aos Krenak mais que a permanência em Vanuíre. Este fato pode ser entendido como um fator crucial na definição da territorialidade Krenak entre os Kaingang.

Os principais trunfos, neste caso, foram a manutenção da dança, do artesanato e da língua Krenak. A estes elementos foram somados a coesão do grupo em torno da CCB e, principalmente, os casamentos interétnicos.

Sobre este aspecto, Silva (2009) destaca que “em Vanuíre os Krenak puderam ‘reinventar’ o ‘ser’ Krenak, abandonando naquele espaço, afiliações a subgrupos que não valorizavam a todos. Com a fixação em Vanuíre, eles puderam selecionar sinais diacríticos que reafirmassem a sua identidade” (SILVA, 2009, p. 112).

Podemos inferir que este ‘reinventar o ser Krenak’ nas palavras da pesquisadora, corresponde não apenas a um processo de reterritorialização em seu sentido funcional, ou de elementos de delimitação territorial, mas a reconstrução de uma nova territorialidade, pautada pela dinâmica do poder. Não o poder no sentido Estatal, o poder com ‘P’ maiúsculo parafraseando Raffestin, mas o poder que os Krenak souberam usar, a partir da valorização e manutenção desta cultura na utilização destes elementos para se posicionar frente aos Kaingang, visto que estes já haviam esquecido muito dos seus elementos culturais.

Retomando a dimensão do pensamento de Haesbaert (2006), este destaca que esta reconstrução do território, retomando as experiências vividas anteriormente, acaba construindo uma multiplicidade de territórios ou os múltiplos territórios. Nas palavras do

autor, “no caso de um indivíduo e/ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi)territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço” (HAESBAERT, 2006, p. 341).

Os Krenak, em Vanuíre, tiveram realmente que ‘reinventar’ seu modo de ser, mas não deixaram suas origens, aquilo que os faz de fato povo Krenak. Construíram um novo processo de reterritorialização fora de seu território de origem. Fica evidente que a reconstrução do ‘ser’ Krenak em Vanuíre não se descola do território Krenak, em Minas Gerais. Em várias falas se aponta para isso. De acordo com Silva (2009), “esse ‘ser’ Krenak bebe nos rios mineiros, o retorno é constante às terras de origem; é de lá que vem as referências, as energias para que continuem a luta” (SILVA, 2009, p. 112).

No depoimento de Norma, citado anteriormente, ela destaca que sua mãe “conta dos rios” em uma alusão direta ao Watu, o rio Doce, e também o rio Eme que corta toda extensão das terras Krenak, possuindo grande importância para às atuais práticas econômicas como a pesca, a pecuária e a agricultura.

Assim podemos concluir que a reconstrução de um território Krenak em São Paulo, se encontra com o pensamento de Haesbaert (2006) que destaca a desterritorialização como um mito. No caso Krenak, mesmo com todo o aparelho do Estado que tentava promover um esquecimento da terra natal, ou seja, a completa desterritorialização, o que acaba ocorrendo é uma nova territorialidade que se vincula à anterior; o que Haesbaert chama de multiterritorialidade. Os Krenak de Vanuíre mantêm um vínculo constante com os Krenak de Resplendor. Os laços de parentesco e de afinidade não foram quebrados com a distância. As visitas entre os Krenak de Resplendor e os de São Paulo ocorrem com alguma frequência, contribuindo para o fortalecimento da união entre os dois grupos.

Neste aspecto, entendemos, assim como Haesbaert, que a construção dos territórios ocorre de múltiplas formas, possuindo sempre uma dimensão simbólica muito forte que acaba por produzir a multiterritorialidade, nunca uma desterritorialização completa.

Soma-se ao exílio em Vanuíre, um segundo processo, no município de Carmésia, na Fazenda Guarani, conforme já mencionado no início deste trabalho. Este momento de exílio fez com que os Krenak tivessem que empreender uma batalha judicial pela reconquista de suas terras que haviam sido legitimadas pelo governo em nome dos fazendeiros. No próximo item estaremos discutindo alguns aspectos deste momento tão específico na vida do povo Krenak.

2.4 KRENAK NA FAZENDA GUARANI: O SEGUNDO EXÍLIO E A CONFIGURAÇÃO DE NOVAS TERRITORIALIDADES

A trajetória de exílio dos Krenak é muito grande e provocou inúmeras alterações na configuração do território utilizado pelos nativos em séculos anteriores e no momento atual, onde os índios desta etnia veem-se cercados em uma reserva delimitada pelo Estado Nacional. A área total da atual reserva é de 4.039,8241 hectares e fica na margem esquerda do rio Doce, com abrangência até as proximidades da BR 259, no perímetro do Distrito de Independência. Toda a extensão da Reserva encontra-se dentro do município de Resplendor/MG (CALDEIRA, 2009).

O processo histórico que provocou a demarcação da atual Reserva começa com a saída dos Krenak, por imposição do órgão indigenista governamental, desta vez a recém criada Fundação Nacional do Índio – FUNAI. A retirada dos Krenak, neste segundo exílio, se deu em 1972 e o retorno no ano de 1980. Neste período de, aproximadamente oito anos, quando os Krenak estiveram na Fazenda Guarani, os posseiros (sitiantes e fazendeiros) definitivamente conquistam os títulos de posse das terras que ocupavam desde a atuação do SPI no Posto Indígena Guido Malière.

Logo após a remoção dos Krenak para o município de Carmésia, a Fundação Rural Mineira (RURALMINAS), órgão do Governo do Estado de Minas Gerais, responsável pela gestão das terras rurais no Estado, empreendeu o processo de medição das terras consideradas “devolutas” e emitiu títulos de propriedade aos antigos posseiros daquelas terras¹² (Cópia de título no Anexo A).

O processo de transferência (forçada) dos Krenak acabou produzindo, não apenas a reterritorialização deste povo na Fazenda Guarani, mas também a territorialização de antigos fazendeiros nas terras outrora ocupadas pelos índios. Este aspecto não pode ser negligenciado, uma vez que, no momento em que os Krenak são retirados de suas terras, os fazendeiros ocupam este espaço, estabelecendo moradia, produção agrícola e pecuária, criam filhos, enfim, territorializam a antiga ocupação dos Krenak, transformando-a em um novo território.

No final da década de 1990, quando ocorre a reintegração de posse aos Krenak, estes fazendeiros realizam manifestações pela defesa dos direitos de uma terra que consideram

¹² Em conversa com um pequeno proprietário de terras do município de Resplendor, vizinho ao território Krenak, mas que não possuía terras naquela reserva, informou-me que por volta de 1972 e 1973 a RURALMINAS emitiu títulos de propriedades a todos os posseiros da região, uma vez que as terras no município de Resplendor eram todas consideradas “devolutas”.

como suas, uma vez que o Estado havia titulado estes fazendeiros como proprietários. Este processo de reintegração de posse será analisado no último item deste trabalho, mas para compreensão deste sentido de pertencimento a terra que se faz presente na vida dos fazendeiros, destacamos um pequeno depoimento citado em um jornal de grande circulação no Estado de Minas Gerais.

Por ocasião da reintegração de posse destas terras aos Krenak, o Jornal “Estado de Minas”, do dia 23 de março de 1997, apresenta alguns relatos que demonstram este sentimento dos fazendeiros que ocupavam as terras a serem desapropriadas. Segundo o Jornal, o senhor Ademário Penedo de Oliveira, na época com 72 anos disse inconformado com sua retirada das terras: “Vou esperar até o fim, pois não tenho nada fora daqui. O pessoal está chegando para me tirar, vou ver para onde vão me levar. Fui feliz aqui e não sei viver em outro lugar”.

A última frase da fala deste senhor é importante, pois ressalta muito bem o sentimento de pertencimento à terra, de construção territorial sobre um espaço que, tradicionalmente não era dele, mas que após a legitimação destas pelo Estado passou a entendê-la como sua propriedade, como seu território. Neste caso, o principal trunfo dos fazendeiros foi o pagamento do arrendamento das terras pelo SPI e o título de propriedade emitido pelo Governo do Estado.

Entendemos que os dois aspectos deste movimento, o de retirada dos Krenak de suas terras e o de regulamentação destas em nome dos proprietários, encontram-se no cerne do conflito territorial que se estabeleceu no município de Resplendor na década de 1990 e que possui repercussões até hoje.

Este movimento de desterritorialização e reterritorialização é dinâmico e obedece sempre a uma ordem coletiva. Segundo Haesbaert (2007), “Não podemos, portanto, nos esquecer do primeiro teorema da desterritorialização: nunca nos desterritorializamos sozinhos, mas pelo menos de dois em dois” (HAESBAERT, 2007, p. 131).

No caso em questão, a ação desterritorializante dos Krenak é motivada por uma ação arbitrária do Estado, levando em consideração que a recém-criada Fundação Nacional do Índio (Funai), intencionalmente, realizou a troca das terras Krenak em Resplendor pela Fazenda Guarani, conforme destaca a matéria da Revista Comércio e Indústria de 1981, escrita por Hiram Firmino:

Em dezembro de 1972, o Cel. Bandeira de Mello, da Funai, representado pelo Capitão M. S. P. e o Governador de Minas, Rondon Pacheco, trocaram a área do Rio Doce, a esta altura com apenas 13 alqueires, pela fazenda Guarani. Em março de 1970 a Funai entrou com “uma

ação de reintegração de posse” para reaver toda a área do Posto, invadida por fazendeiros. Foi dado um prazo de 30 dias para a retirada. Os ocupantes contrataram o advogado Alexandre de Alencar, de Resplendor, para defendê-los perante a Funai.

Foi elaborado um memorial enviado ao Presidente Médici, alegando haver um direito de posse dos invasores por estarem aí há 50 anos (o documento de demarcação datado de 1920 é claro quanto à inexistência desses ocupantes), que estes eram trabalhadores, contribuindo para o progresso, etc. alegava também a inexistência de índios na área a não ser dois velhos, Jacó (falecido na Fazenda Guarani) e Sebastiana (ainda viva).

Tanto a ação da Funai, quanto o processo do Sr. Alexandre, objetivavam uma situação que justificasse aos invasores e à própria Funai a transferência dos indígenas da área, solucionando tranquilamente o “problema social dos colonos, que não teriam para onde ir.”

Dessa forma, iniciaram-se os entendimentos para uma troca da Região Krenaque por uma área do Parque Florestal de Coronel Fabriciano. Segundo o General Bandeira de Mello, devido a ‘dificuldades que estariam surgindo’ estes entendimentos foram sustados e a área do Parque substituída pela Fazenda Guarani, no município de Carmésia, de propriedade da PMMG.

O representante da Funai havia mantido entendimento também com o secretário da Agricultura Alisson Paulinelli e com o Comandante da PM. Ele disse, na época, porém, que ambos estavam de acordo.

A Fazenda Guarani, porém era economicamente improdutiva, ao contrário da ‘área do Rio Doce, fértil, rica em minérios e pesca abundante’.

A tramitação foi toda feita sem o conhecimento dos índios Krenak, interessados diretos na questão. Segundo a Lei nº 5.875 de 16/5/72, foi legalizada a doação da Fazenda Guarani à Funai e não aos índios. O Capitão M. S. P., Chefe da ajudância Minas-Bahia, declarou que a transferência do Posto Krenak para a Fazenda Guarani ‘foi efetuada de acordo com a programação aprovada pela Presidência da Funai, transcorrendo sem qualquer problema’.

‘A operação começou dia 9 e foi encerrada no dia 24/12/1972’. ‘O Capitão P. não declarou que os índios foram levados à força, ameaçados de prisão caso não aceitassem’. O líder da tribo, Joaquim Grande, que se recusava a deixar a terra, seu ponto de referência no mundo, foi levado algemado tendo demenciado após o ato de força. Os Krenakes o acusam (ao Capitão M. S. P.) de ter recebido dinheiro para promover a troca das terras (SOARES, 1992, p. 143-144).

Para simplificar a análise do documento optamos por dividi-lo em duas partes: A primeira parte destaca o interesse do Estado em realizar a permuta das terras Krenak por uma reserva que seria instalada, inicialmente, no município de Coronel Fabriciano/MG. Devido a dificuldades na execução do projeto este acabou transferido para a Fazenda Guarani em Carmésia/MG. Ainda na primeira parte, é possível perceber que o Estado não apresenta qualquer preocupação com as questões de cunho simbólico, como os elementos culturais ou mesmo como esta etnia se relacionaria com outro grupo em terras estranhas, visto que a FUNAI, repentinamente, encaminhou os Pataxó para viverem junto aos Krenak na Fazenda Guarani. A única preocupação apresentada no documento é a questão dos colonos que não teriam para onde ir com uma possível demarcação das terras em favor dos Krenak.

Neste sentido, podemos dizer que a política estatal previa, de fato, o esquecimento da terra do rio Doce por parte dos Krenak. O projeto governamental colocava-se no contexto de uma desterritorialização com um caráter mais funcional, ou seja, para o Estado bastava retirar os indígenas desta terra e encaminhá-los a outra que seriam resolvidos os problemas. Assim, o

território, para o Estado, possuía um caráter simplesmente funcional, puramente de acesso à terra.

A segunda parte do documento demonstra a falta de interação entre os órgãos governamentais e os povos indígenas. No caso em questão, toda a ação é feita sem o conhecimento dos Krenak. As decisões são tomadas conforme os interesses dos fazendeiros, do Estado e da Funai, que também representa o governo, mas nunca é mencionada a vontade dos Krenak se queriam sair ou não de seu território. O documento acusa ainda um oficial do governo de receber propina para realizar a troca destas terras. A realização destas transferências não se fundamenta somente em uma negação do acesso a terra, mas sim de retirar da vida deste povo elementos culturais que os vincula a determinado território. (HAESBAERT, 2007, p. 67).

Neste momento em que analisamos este segundo exílio, nos interessa diretamente analisar alguns pontos do discurso dos Krenak sobre este fato. Para tal análise, utilizamos algumas características do trabalho de campo realizado, aspectos da obra de Soares (1992) e de Itamar Krenak (2009) sendo que o trabalho do último é mais contundente ao destacar a versão deste povo sobre o exílio. Soares (1992), destaca o relato de Luzia Krenak, que de forma muito direta ressalta o sentimento dos Krenak em relação ao ato de transferência para a Fazenda Guarani:

Joaquim Grande, o finado Jacó, ninguém, índio nenhum queria ir para lá. Aí ele pegou, algemou Joaquim Grande, levou ele algemado para a Fazenda Guarani. Foi de trem. O trem do meio dia não parava aqui. Aí ele arrumou direitinho, escondido de índio. Trem veio e parou. Levou nós até Itabira. De Itabira prá lá levou nós de carro até a Fazenda Guarani (SOARES, 1992, p. 144).

Luzia relata que até ao trem da antiga Companhia Estatal Vale do Rio Doce, que não fazia parada em Krenak tem o acréscimo de uma parada em seu itinerário com o objetivo de contribuir com a transferência dos Krenak para o município de Carmésia. O relato reafirma ainda o ato violento de retirada daqueles que se recusaram a fazer a transferência.

Durante o trabalho de campo foi possível perceber que os dois exílios, tanto o da Fazenda Guarani, em Carmésia, quanto o exílio entre os Maxacali são muito presentes na mentalidade coletiva dos Krenak. Sinal de que estas rupturas na relação com o território provocaram marcas profundas na história deste povo. Em conversas com os Krenak, sejam os mais velhos que vivenciaram estes desterros ou os mais jovens que ouviram as histórias da Fazenda Guarani ou das terras Maxacali, está presente o sentimento de que não há outra terra melhor que as terras do rio Doce.

O depoimento de Valdemar Krenak¹³, no livro de Itamar Krenak (2009) ressalta este sentimento de vinculação ao rio Doce da seguinte forma: “nosso povo habitava por ali: entrava por Guanhões, Itabira, mas quando se lembrava do Rio Doce voltava pra cá porque o Rio Doce era o Pai Nosso que fornecia comida e suporte para nossa vida, ele era nosso Patrimônio” (KRENAK, 2009, p. 13).

O rio assume, na fala de Valdemar, um caráter mais funcional, diferentemente de todo referencial simbólico que destacamos em momentos anteriores. O rio, além da sua importância simbólica, como chega a ser chamado de “Pai Nosso”, ganha o status de provedor de alimentos, transformando-se, neste momento, em suporte para a vida dos Krenak. Este elo precisa ser feito, tendo em vista que a Fazenda Guarani não era apenas um território sem significado para os Krenak. Ela também não atendia às necessidades funcionais destes índios.

Segundo relatos, a fazenda era destinada ao cultivo do café, um aproveitamento do clima frio do lugar. O solo encontrava-se extremamente desgastado e sem condições de uma boa produção agrícola. O principal problema era a falta de rios. Nesta fazenda, não havia nenhum rio com as águas volumosas do rio Doce. Havia apenas pequenos córregos insuficientes para a pesca e o banho.

A maior parte dos relatos dos Krenak relativos à permanência na Fazenda Guarani encontram no livro de Soares (1992) a qual relata pontos importantes da permanência nesta fazenda. Durante a realização do nosso trabalho de campo, percebemos que as pessoas que vivenciaram o exílio em Carmésia, não gostam de falar sobre o assunto. Com todos aqueles que conversamos, sempre mencionavam alguns aspectos como a falta de rios, a terra fria e improdutiva, dentre outros problemas. Logo após, desviavam o assunto, de uma forma delicada, mas em uma clara manifestação de que estas lembranças não lhes eram muito agradáveis.

Em um destes relatos, Valdemar Krenak faz uma narrativa a Geralda Soares (1992) contando uma das últimas conversas que teve com seu pai que faleceu na Fazenda Guarani, sonhando em retornar para as terras Krenak. Este depoimento possui um caráter mais simbólico, embora não perca de vista o sentido funcional do rio que é o de prover alimentos.

Meu pai começou a ficar muito triste na Fazenda Guarani. Ele já estava bem de idade. Quando chegava a noite. Ele começava a falar com a gente. A pensar.

- O que a gente veio fazer aqui? O que este pessoal está fazendo com a gente? Meus parente ta tudo enterrado no Krenak. E eu tô aqui. Não sei o que faço na Fazenda Guarani. Aqui não tem rio pra pescar, só tem morro! Olha, meu filho, vai acontecer isso:

¹³ Waldemar Krenak, popularmente conhecido como Nadil Krenak, faleceu em 26 de março de 2010. Na ocasião ocupava o cargo de Chefe da Fundação Nacional do Índio na Regional de Governador Valadares.

esse lugar não é meu. Eu quero pedir a vocês quando eu morrer, vocês arruma um lugar pro'cês junto com seus parente... aqui não dá pro'cês ficar.
 - Ô pai! Não fala isso não. Aqui também tem nossos parente...
 - Tem, mas só que aqui não é o lugar nosso. E eu tô ficando triste por isso. Não tenho como voltar para a aldeia. No meio dessa polícia, se a gente voltar tá arriscado até matar a gente. Pai adoeceu. Caroço no estômago. Gemia de noite. A gente falava com os civilizados mas eles não ligavam. Até que foi levado para o hospital de Ganhães e morreu. Foi enterrado na Fazenda Guarani. Longe do Krenak... (SOARES, 1992, p. 147).

O depoimento de Waldemar Krenak, além de emotivo, destaca de forma contundente o sentimento de ligação dos Krenak com suas terras. O rio Doce é parte central desta referência com o território. O contato com os antepassados também possui forte presença em sua fala ao destacar que os parentes estavam todos enterrados no Krenak.

Esta dimensão do sagrado é muito forte entre os Krenak. Na primeira parte deste trabalho fizemos uma análise de alguns elementos sagrados do território Krenak, utilizando como referência a obra de Zeny Rosendahl (2002) que estabelece uma discussão sobre 'Espaço sagrado'. Para a autora, esta relação se estabelece como um campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele no qual transcorre sua existência (ROSENDHAL, 2002, p. 30).

Este "campo de forças", se estabelece como um diferencial que transforma o território Krenak em uma referência para todos os indivíduos desta etnia. Isto faz com que aqueles que estão longe, como é o caso dos Krenak de Vanuíre, possuam como sua principal referência as terras do vale do rio Doce.

Esta mesma dimensão fez com que os Krenak, mesmo fora de seu território físico, nunca o retirassem da memória. Neste caso, a dimensão sagrada do rio, dos mortos enterrados na aldeia e, em especial, a gruta dos Sete Salões, foram fatores cruciais na construção de uma mentalidade que sempre buscava o retorno durante os momentos em que foram retirados de sua terra.

Esta idealização coletiva do território sagrado para os Krenak foi sempre um fator importante no processo de retorno. Retomamos aqui a experiência de uma senhora Krenak que descreveu a "força" que a terra exerce sobre a oração realizada aos Maret (os espíritos sagrados dos antepassados Krenak). Segundo ela, a oração a estes espíritos bons tem eficácia quando realizados em território Krenak. Em sua fala, destacou ainda que ao realizarem uma dança ou outra apresentação fora da aldeia Krenak é preciso pedir autorização aos Maret, justificando que aquele evento é importante para que os Kraí (os não-índios) respeitem e valorizem a cultura do índio.

Antes de iniciar esta conversa, a senhora fez uma longa fala na língua Krenak, evitando iniciar um diálogo em português e direcionado ao assunto da pesquisa. No final da conversa, ela contou que antes de conversar sobre o povo Krenak com um estranho precisava consultar os Maret. É visível, sob este ângulo, a importância dos elementos sagrados para a construção da territorialidade Krenak. Esta abordagem é crucial porque o retorno do desterro da Fazenda Guarani possui uma dimensão muito forte dentro destes elementos sagrados.

Segundo Soares (1992) e Mattos (1996), o retorno dos Krenak da Fazenda Guarani se deu no ano de 1980. Um ano antes havia ocorrido uma enchente de grandes proporções no rio Doce que ficou conhecida como “Enchente de 79”. Este fenômeno da natureza possui enorme presença na mentalidade dos moradores de diversas cidades do vale rio Doce que vivenciaram as inundações.

Contudo, para os Krenak, a enchente só ocorreu porque eles haviam sido retirados das margens do rio e que apenas a sua presença faria as águas retornarem ao seu volume habitual. Segundo Mattos (1996),

Quando retornaram em 1980, eles reocuparam as moradias destruídas com tanta naturalidade que se espantaram os ‘Civilizados’ que acompanharam a retomada. Os índios entendiam que a enchente só havia ocorrido devido a sua ausência e que, através de encantamentos só conhecidos por eles, eram capazes de fazer com que aquelas águas se acalmassem e retomassem seu volume habitual. (MATTOS, 1996, p. 116).

Esta relação cosmológica dos Krenak com o rio fez com que, oito anos após a retirada forçada de suas terras, entendessem que era o momento certo de voltar. Por isso, tanta naturalidade ao reencontrarem o rio fora de seu leito e reocuparem as casas que haviam sido quase destruídas pela fúria da água.

Mas, se por um lado, o retorno possui um significado cosmológico, sacramental; por outro, a reconquista das terras que haviam sido ocupadas por fazendeiros assume um caráter político. É nesse contexto da reconquista das terras, outrora ocupadas pelos Krenak e agora transformadas em propriedades rurais pelo Estado, que se insere o próximo item deste trabalho.

O processo de luta pela demarcação das terras indígenas que começa em 1980, ano do retorno do Exílio na Fazenda Guarani, até a reintegração de posse aos Krenak no ano de 1997 é o eixo central da nossa próxima análise. As principais referências neste momento são publicações na mídia impressa, sobretudo o jornal “Estado de Minas” que fez algumas matérias sobre o assunto, além de relatos de vários Krenak que vivenciaram esta experiência. Por último, pretende-se traçar um perfil da atual constituição territorial da Reserva Indígena

Krenak e o processo de luta pela expansão territorial desta reserva que pretende a inclusão do Parque Estadual dos Sete Salões no território Krenak.

2.5 A RECONQUISTA: “A VOLTA DOS QUE NÃO FORAM”

O retorno dos Krenak à suas terras de origem se deu, após um período de oito anos na Fazenda Guarani. Ao chegarem a sua terra natal, encontraram-na ocupada por fazendeiros e posseiros que, naquele momento, possuíam documentos que ‘legalizavam’ estas terras em seus nomes. Apesar de já termos mencionado este aspecto, em outros momentos deste trabalho, estamos ratificando o fato devido sua importância para a compreensão da construção da atual Reserva Indígena Krenak.

Podemos dizer que o retorno dos Krenak do exílio na Fazenda Guarani para o município de Resplendor, no vale do rio Doce, teve como principal fundamento o elo que este povo possui com esta terra.

Contudo, o que para os Krenak era seu, para o Estado não pertencia mais ao grupo indígena. O governo já havia ‘legitimado’ estas terras em nome de fazendeiros e sitiantes que se encontravam estabelecidos nesta terra, onde haviam constituído família, criado uma relação simbólica com o espaço, ou seja, haviam se territorializado.

Para o Estado, os Krenak encontravam-se desterritorializados do vale rio Doce e reterritorializados na Fazenda Guarani. A ação do Estado em transferi-los para outras terras definia esta circunstância. Para os fazendeiros que haviam conquistado a documentação de propriedade destas terras, os índios eram assunto encerrado. Os proprietários das terras agora eram eles, afinal de contas havia uma garantia do Estado que se fundamentava nos títulos emitidos pelo governo. Porém, para os Krenak, essa lógica do Direito não era aplicável. Afinal, foram os Kraí (brancos) que os havia retirado de suas terras. Para o índio, não era um documento que dizia de quem era a terra, mas sim a vivência nela.

Esta dinâmica na produção do espaço acabou produzindo uma sobreposição de territórios que tentaremos compreender, utilizando, uma análise de Marcelo Lopes de Souza (1995) e outra de Haesbaert (2005) que destacam esta temática. Souza (1995) analisando diversas formas de território na cidade do Rio de Janeiro, destaca que, devido a complexidade territorial, há sempre uma superposição de diversos territórios, com formas e limites variados. Além disso, as territorialidades existentes são diferentes por conta dos atritos e contradições que envolvem as diversas manifestações de poder (SOUZA, 2005, p. 94).

Para Souza, um território pode ser sobreposto por várias áreas de influência do poder estadual, municipal ou federal, porém isto seria minimalizar a dimensão do território vinculado apenas à sua dimensão do Poder formal, do Estado.

Segundo ele, existe uma multiplicidade de territórios que estão sobrepostos uns aos outros, como é por exemplo, o caso do território dos camelôs, representantes da economia informal, que pode estar ‘dentro’ de um território dominado pelo narcotráfico, que por sua vez encontra-se nos limites estabelecidos pelo Poder dos governos municipal, estadual e federal respectivamente (SOUZA, 2005, p. 96).

Assim, os territórios podem, na concepção apresentada, se sobrepor, ou seja, a constituição da territorialidade e, por consequência, a dinâmica do poder de um pode estar ‘dentro’ da jurisdição do outro. No nosso caso podemos entender que o mesmo espaço acabou se transformando em dois territórios distintos. Para os Krenak um território simbólico, no qual projetaram seu modo de vida. Para os fazendeiros este mesmo espaço assume características de um território predominantemente econômico.

Haesbaert (2005) segue a mesma linha de pensamento do trabalho de Marcelo Lopes de Souza, enfatizando que a territorialidade pode ser entendida como algo abstrato, algo para além do território físico, propriamente dito. Para ilustrar, cita o exemplo da Terra prometida dos Judeus.

A territorialidade, no nosso ponto de vista, é ‘algo abstrato’ como diz Souza, mas não no sentido ontológico de que, enquanto ‘imagem’ ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado – como no conhecido exemplo da ‘Terra Prometida’ dos Judeus. Ou seja, o poder no seu sentido simbólico também precisa ser devidamente considerado em nossas concepções de território. (HAESBAERT, 2005).

Esta imagem da Terra prometida criada por Haesbaert muito se assemelha àquilo que ocorreu com os Krenak em seu retorno. Para o governo e fazendeiros a terra não era mais dos índios. Afinal o Estado, que simboliza o poder absoluto no contexto do território nacional, havia estabelecido a propriedade dos fazendeiros através dos documentos oficiais. Por sua vez, os Krenak, possuíam uma relação simbólica, religiosa com a terra. Para o índio, a documentação emitida pelo governo era algo insignificante, tendo em vista que a sua vivência com aquele espaço, ou seja, a construção da sua territorialidade é muito mais antiga e possui mais valor que qualquer documento.

Este sentimento de pertencimento a terra por parte dos Krenak é bem retratado em uma fala de Laurita Krenak a Geralda Soares (1992).

A gente vai ficar aqui até morrer. Nosso povo ta todo enterrado aqui. A gente também vai ser.

É só a Funai devolver o que é nosso e o que ficou na Fazenda Guarani, que a gente começa tudo de novo.
Se eles não ajudar a gente, a gente faz casa de capim. Queremos é ficar aqui, mesmo morto, com nossos antepassados, com o Watu, na terra que é da gente (SOARES, 1992, p. 149).

O depoimento de Laurita destaca de forma contundente três elementos fortes na constituição da territorialidade Krenak que são: os antepassados enterrados no Krenak, o rio e a terra. Para ela vale mais estar morto e enterrado nas terras Krenak do que vivo e em outro lugar. Estes são os principais trunfos que os Krenak possuem, neste momento, para lutar pela reconquista da terra. Seguindo esta linha de pensamento, o laudo antropológico elaborado por Maria Hilda Paraíso (1989), que cumpria uma decisão judicial durante o andamento do processo na Justiça Federal pela reintegração de posse destas terras aos Krenak enfatiza, de modo especial, estes elementos apresentados no relato de Laurita como substratos fundamentais para a garantia do direito das terras aos índios.

Entretanto, este início de caminhada dos Krenak pela reconquista de suas terras é muito difícil. Quando retornam da Fazenda Guarani, em 1980, assumem apenas uma pequena faixa de terra à margem esquerda do Rio Doce que atingia 120 hectares. Algo irrisório perto dos 4.039,8241 hectares que fazem parte da Reserva atual. Sobreviver com tão pouca terra foi o primeiro desafio dos Krenak naquele momento.

Para tentar reaver toda a extensão da terra ocupada por fazendeiros, a Funai, em 1983, entra na Justiça Federal com Ação Ordinária de Nulidade de Títulos sobre os imóveis rurais localizados nas terras indígenas Krenak. Este processo tem uma longa duração e se arrasta na Justiça até o ano de 1995 quando a ação foi julgada favorável aos Krenak. Porém, só, após dois anos, já em 1997 a Justiça reintegra as terras aos Krenak e então é formalizada a Reserva Indígena Krenak no Município de Resplendor (CALDEIRA, 2009, p. 58).

É importante destacar que a delimitação da Reserva Indígena Krenak teve como referência a determinação feita pelo governo do Estado de Minas Gerais, em 1920, que, através do Decreto nº 5.462 de 10 de fevereiro de 1920, estabeleceu a criação de uma área para os índios Krenak com extensão de 4.000 hectares (SOARES, 1992, p. 191; PARAÍSO, 1989, p. 22).

Contudo, para que os Krenak chegassem a constituição de uma reserva com a área descrita acima muita luta foi empreendida. Enquanto o processo pela reintegração de posse aos Krenak estava em andamento na Justiça Federal, estes não se mantiveram estáticos, esperando a decisão Judicial. Em vários momentos, buscaram forçar a reintegração usando como meio invasões, como a que ocorreu no ano de 1988 em uma parte das terras do fazendeiro Balbino Laignier de Lacerda, popularmente conhecido como Waismam. Os Krenak ocuparam cerca de 64 hectares das terras do fazendeiro durante alguns meses, até que ele conseguisse, na justiça, a retirada dos índios de sua fazenda conforme relatou o Jornal Estado de Minas, em 03 de agosto de 1988.

A ação dos Krenak, além da necessidade pela sobrevivência, era uma tentativa de forçar o andamento do processo da FUNAI na Justiça Federal. Como o processo havia sido iniciado em 1983, já havia se passado cinco anos e os Krenak estavam vivendo em uma situação muito difícil, haja vista, que os 120 hectares ocupados por eles era insuficiente para a sobrevivência de um grupo de aproximadamente 150 índios, conforme relata o Jornal mencionado anteriormente.

Durante nosso trabalho de campo, uma senhora Krenak contou de forma muito emocionada este episódio da invasão das terras de Waismam. Segundo ela, as terras usadas pelos Krenak às margens do rio Doce não eram suficientes para a subsistência do grupo. As colheitas não atendiam toda demanda e a pesca não era encontrada em abundância no rio. A única opção era tentar trabalhar como diarista para proprietários da vizinhança, fato quase impossível uma vez que havia um litígio entre os Krenak e fazendeiros, os últimos jamais empregariam um índio em suas terras. Durante o relato, ela destacou que os funcionários do fazendeiro, após a ordem da justiça que determinou a saída dos índios da terra ocupada, derrubaram uma casinha onde sua família morava e fizeram questão de passar com uma tora de madeira, puxada por um cavalo, entre as plantações destruindo tudo que os Krenak haviam cultivado naquelas terras. Relatou ainda que, durante este período, havia um clima muito forte de insegurança. O medo de atos violentos ou até mesmo de assassinatos eram presentes na vida do povo Krenak naquele momento. Esse clima era fruto da hostilidade com que os Krenak eram tratados pelos fazendeiros e sitiantes das redondezas.

Outros relatos de ameaças físicas, agressões verbais e até mesmo ameaças de morte ocorreram. Histórias que não cabem neste espaço por nos reportarem a outra linha de discussão que fugiria da linha territorial adotada neste texto. No entanto, demonstram que o período de quase duas décadas (1980 – 1997) que compõem o retorno do exílio da Fazenda Guarani até a reintegração definitiva das terras, foi de muito sofrimento para os Krenak.

Primeiro, porque a pequena faixa de terra que ocupavam, após o retorno da Fazenda Guarani era muito pequena e insuficiente para a subsistência do grupo conforme destacamos. Depois, os fazendeiros vizinhos não davam trabalho para os índios, devido a disputa pelas terras e, aliado a isso, havia um preconceito muito forte contra os Krenak nas imediações da área mencionada.

Este clima começou a mudar a partir do dia 28 de abril de 1997, quando a justiça determina a reintegração da terra aos Krenak, e a Polícia Federal começa a operação para retirada das 87 famílias, que ocupavam estas terras. Um Jornal de circulação regional, na cidade de Conselheiro Pena/MG, intitulado “Lajão em Notícias”, na ocasião, enfatizou a desapropriação das terras do fazendeiro Balbino Lacerda, o Waismam, que na ocasião era prefeito da cidade. Waismam ocupava uma área de 289 hectares da área das terras indígenas. Por ser um dos maiores proprietários das terras em litígio, foi o primeiro a ser desapropriado.

No dia 29 de abril, um dia após o início das desapropriações, o Jornal “Hoje em Dia”, de Belo Horizonte fez uma matéria intitulada “Krenak retomam primeira área” que destaca as principais ações da Polícia Federal na retirada dos ocupantes das terras reintegradas aos Krenak. A ação de desapropriação foi programada para ser realizada em 10 dias, sendo que os primeiros a sair foram os que possuíam mais terras. Proporcionalmente ao tamanho das propriedades, ia ocorrendo a retirada dos fazendeiros.

Neste ponto, o jornal citado destaca uma preocupação que permeava as ações de desapropriação que era a situação de 27 famílias de pequenos proprietários, que se encontravam em uma situação financeira muito precária e não tinham para onde ir. Durante as negociações, os Krenak propuseram ceder um pedaço das terras que estavam sendo desapropriadas para que estas famílias permanecessem por até seis meses, até que decidissem o seu destino, um ato humanitário dos índios que, mesmo dentro da tensão do momento da desapropriação, não deixaram o espírito solidário de lado. Apesar de tudo, estes proprietários não aceitaram a proposta dos Krenak indo morar na casa de parentes ou em imóveis alugados na cidade de Resplendor ou em distritos próximos.

A recuperação destas terras pelos indígenas causou um inconformismo muito grande entre aqueles que deixaram ‘suas’ terras para os Krenak. Este inconformismo se insere no processo de territorialização destes fazendeiros com suas terras. Afinal de contas, muitos viviam nestas terras desde os primeiros arrendamentos feitos pelo SPI.

Ao longo do trabalho de campo, foi possível reunir algumas guias de pagamento das taxas cobradas com o antigo proprietário Mário Veitas Fernandes (Anexo B). Muitas delas possuem datas da década de 1960, o que define mais de três décadas de ocupação destas terras

pelos fazendeiros. Durante este tempo, é evidente que a construção simbólica dos fazendeiros, nestas terras foi muito intensa. Muitos viram os filhos e netos crescerem nestas terras, conforme relatou um fazendeiro. Neste sentido, o território assume uma função de abrigo, lar, local de segurança afetiva (HAESBAERT, 2005).

É curioso destacar que os meios de comunicação, principalmente os jornais “Hoje em Dia” e “Estado de Minas”, nas edições encontradas que noticiavam o momento da reintegração de posse aos Krenak no ano de 1997, retratavam sempre o aspecto econômico da produção leiteira nas terras desapropriadas, ressaltando, em vários momentos, que esta desapropriação poderia provocar sérios problemas para a produção de leite no município. Em momento algum, os meios de comunicação mencionados dão voz aos Krenak, ou retratam aquilo que estes pensavam sobre o retorno à sua terra natal. A preocupação é sempre com o futuro da produção leiteira, tão presente na economia local, como se o município fosse “quebrar”, em termos econômicos, com o retorno dos Krenak.

Apenas a título de informação, atualmente, uma das principais fontes de renda dos Krenak é a pecuária leiteira, sendo produzidos, dentro da Reserva Indígena, mais de 600 litros de leite diariamente. Isto prova, por um lado, que o índio não faz jus ao estigma de ‘preguiçoso’ criado socialmente. Por outro, destaca que esta comunidade teve que se adequar a esta realidade econômica para sobreviver. Como o vale rio Doce, de modo geral, exerce esta atividade como prática econômica, a pecuária foi a principal opção de sobrevivência dos Krenak.

Retomando o processo de ocupação territorial sob o prisma dos Krenak, podemos afirmar, de forma muito direta, que esta reconquista significa a vida deste povo. “A terra para os Krenak é essencial. Se os Krenak têm terra eles têm alegria. Eles podem plantar e colher. Não precisam viver com medo de plantar e perder (KRENAK, 2009, p. 72). Esta é a expressão usada pelos professores da Reserva Krenak para classificar a relação com seu território. A terra para os Krenak é substrato básico para sua sobrevivência. Durante o período que estivemos em campo, costumávamos perguntar para as pessoas com as quais conversávamos: “Qual o valor destas terras pra você?” A resposta era sempre muito semelhante. A terra para os Krenak possui um valor sagrado. O rio Doce e a pedra dos Sete Salões são sempre lembrados como elemento fundamental. Mas hoje, a terra para os Krenak é fruto de todo um processo que tem como ponto crucial os dois exílios vividos e a demarcação da Reserva Indígena no vale do rio Doce. Neste aspecto, os Krenak têm a garantia de que, legalmente, estas terras não serão mais tomadas por fazendeiros ou pelo Estado.

Esta garantia, estabelecida através da Constituição Federal de 1988, que determina em seu artigo 231 o reconhecimento sobre a organização social dos índios e o direito sobre as terras que ocupam tradicionalmente.

Após a entrega definitiva das terras aos indígenas, iniciou-se um processo de readaptação dos Krenak a toda extensão de suas terras. Primeiro, era preciso garantir meios para a subsistência deles. Neste sentido, a revista “Extensão”, publicação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), divulgou em sua edição de Dezembro de 1997 as ações deste órgão junto aos Krenak para contribuir para o desenvolvimento agrícola. Na ocasião, a EMATER oferecia aos Krenak assistência técnica para o desenvolvimento agrícola na área da Reserva. Entretanto, havia questões que careciam de apoio financeiro do governo que, segundo os Krenak, nunca foi disponibilizado. Trata-se de recursos para a construção de currais, cercas, casas, melhoria nas estradas, sementes e adubos dentre outras necessidades primordiais naquele momento.

A revista citada, em dezembro de 1997, apontava para a formação de três grupos distintos entre os Krenak durante a reocupação das suas terras. O primeiro grupo, sob liderança de Laurita Krenk ocupou a barra do córrego do Eme, às margens do rio Doce; um segundo grupo sob a liderança de Basílio Luiz Viana, ficou na barra do córrego do Cacau e um terceiro ficou ao norte do córrego do Eme, nas proximidades da rodovia BR 259 com a liderança de José Alfredo de Oliveira, conhecido como ‘Nego’.

Estas formações se estabeleceram logo após a reocupação do território. Segundo informações obtidas durante o trabalho de campo, esta formação de grupos se deu por afinidade ou parentesco próximo. É um fator que ocorreu sem qualquer interferência externa, surgindo da própria dinâmica de divisão das terras entre os integrantes do grupo. Imagine que os Krenak saíram de um território com cerca de 120 hectares para mais de 4.000 hectares. Ocupar toda esta extensão de terras exigia um distanciamento geográfico de antigos vizinhos. Com o tempo, filhos, familiares e amigos mais próximos procuraram se aproximar formando uma rede entre amigos próximos e familiares. Esta divisão nos remete à primeira parte deste trabalho onde apontamos para o fato de que os antigos botocudos se subdividiam em pequenos grupos (MATTOS, 1996; PARAÍSO, 2002; CALDEIRA, 2009).

Na prática, o que ocorreu é que cada um destes grupos acabou formalizando uma associação, em moldes muito semelhantes àqueles das associações de moradores de bairros, por exemplo. Cada Associação Indígena possui um cacique que é escolhido pelos membros da organização e possui funções de liderança no seu grupo de atuação.

Inicialmente, conforme destacado, formaram-se três grupos. Posteriormente, os três grupos iniciais cindiram-se formando novos grupos. Em pesquisa no Cartório de Registros da cidade de Resplendor constatamos que existem, atualmente, registrados cinco grupos como segue: Associação Indígena Krenak, fundada em 22 de março de 2002; Associação Indígena Atorân com fundação em 1º de maio de 2004; Associação Indígena Naknenuk com fundação em 19 de janeiro de 2006; Associação Indígena Uatu, com data de 25 de janeiro de 2006 e Associação Indígena Nakrerré fundada em 23 de abril de 2006.

Desta forma, a reocupação do antigo território Krenak acabou constituindo a formação de múltiplos territórios, justapostos, com delimitação territorial específica, com um poder estabelecido pelos membros de cada grupo e todos estes ‘micro-territórios’ vinculados a um território maior que constitui a Reserva Indígena Krenak. A dinâmica interna de convivência entre os grupos instaurados no atual território Krenak segue uma linha muito rígida de respeito às delimitações geográficas estabelecidas. Não existe uma separação de áreas individuais, por pessoas ou famílias para o acesso à terra, seja para o uso agrícola ou para a criação de gado. Esta divisão é feita por Associações.

Cada Associação possui um território delimitado, separado por alguma forma de cerca, e os membros daquele grupo utilizam a terra para o plantio ou para criação de gado, sem, no entanto, atingir a terra do grupo vizinho. No que se refere a criação de gado por exemplo, a propriedade dos animais é individualizada. Cada pessoa, ou cada família possui certa quantidade de cabeças de gado, porém o uso das pastagens é coletivo dentro dos limites estabelecidos pelo grupo.

Durante o trabalho de campo, pudemos perceber que o convívio entre os indivíduos dos cinco grupos é bastante tranquilo. As festas realizadas, principalmente no mês de abril por ocasião das celebrações do dia do índio, reúnem todos os integrantes dos cinco grupos, sem distinção. O futebol, que também é praticado regularmente entre os Krenak é um momento marcante de reunião entre os membros dos grupos. Por várias vezes, a equipe dos Krenak participou do campeonato municipal de futebol. Nestes momentos, a identidade Krenak assume características muito fortes de união entre grupos distintos. Isto ocorre porque no campeonato o nome que figura é o do grupo indígena e não de um subgrupo interno especificamente.

Durante a realização de atividades públicas como apresentações de danças em eventos na cidade Resplendor ou cidades vizinhas, estas divisões territoriais internas não são perceptíveis aos olhos da população.

O acesso às vias de circulação internas às terras Krenak é livre, não só para os índios como para moradores das imediações que circulam regularmente pelas estradas que cortam toda extensão da Reserva. Apesar das placas restritivas, não há rigor de controle ao acesso à entrada.

No que tange às decisões políticas, todas são tomadas com todos os caciques reunidos. Nenhuma reunião que envolva assuntos comuns aos Krenak é realizada sem a presença dos cinco caciques. As decisões nunca são tomadas pelos votos da maioria, mas sim por um acordo entre todas as partes.

As divisões internas acabam ocorrendo na utilização funcional da terra. Na criação do gado, na produção leiteira, na agricultura, cada grupo utiliza seu espaço de forma geograficamente estabelecida, respeitando sempre os limites do outro.

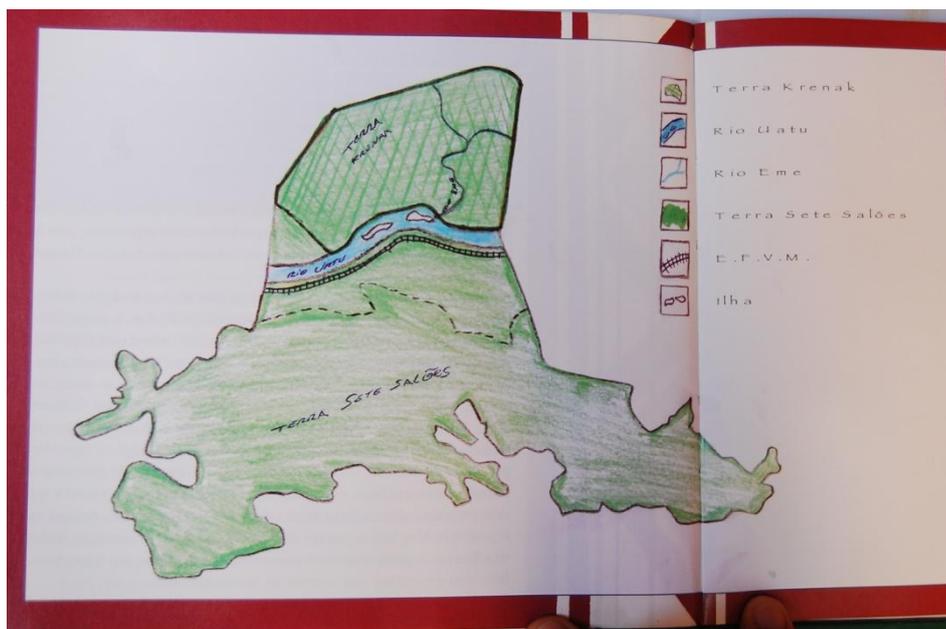
Esta construção multiterritorial dos Krenak não desfez as relações de grupo, os laços de amizade, tampouco a luta pela ampliação do território indígena que inclui a anexação do Parque Estadual dos Sete Salões a atual Reserva Krenak.

O Parque, denominado pelos Krenak de Takrukkrak (Pedra alta, na língua Krenak), foi criado em Setembro de 1988 a partir do Decreto nº 39.908 do Estado de Minas Gerais e possui uma área de 12.520 hectares, abrangendo os municípios de Resplendor, Conselheiro Pena, Aimorés e Santa Rita do Ituêto, tendo ficado sob a administração do Instituto Estadual de Florestas (IEF) a partir da sua criação pelo governo estadual (BAETA; MATTOS, 2007).

A relação dos Krenak com este espaço é marcada por características muito significativas, uma vez que é atribuído ao Parque um caráter encantado, sagrado para este povo. As rochas internas possuem diversas pinturas rupestres que são entendidas pelos Krenak como obra do sobrenatural. (ibidem. 2007). Esta característica atribui grande valor sagrado ao espaço do Parque em um território sagrado para os Krenak, conforme já destacado neste trabalho, usando como referência a obra de Rosendahl (2002).

O trabalho de Itamar Krenak (2009) destaca um mapa que é o território idealizado pelos Krenak. Esta idealização inclui a anexação do referido Parque ao território Krenak. Levando em consideração que a atual Reserva possui uma área de cerca de 4.000 hectares e que o Parque possui uma extensão superior a 12.000 hectares isto significa multiplicar por três a atual dimensão das terras indígenas dos Krenak do vale rio Doce.

O mapa a seguir, construído por professores Krenak, apesar de não possuir as escalas cartográficas oficiais, é suficiente para demonstrar a dimensão do Parque que fica na parte ‘de baixo’ do mapa. No centro o rio Doce e, ao norte, a atual delimitação do território indígena Krenak.



Mapa 4 - Mapa dos Sete Salões e o atual Território Indígena Krenak.
Fonte: KRENAK, Itamar. 2009, p. 74-5.

Durante o trabalho de campo, perguntamos a um dos caciques como seria a distribuição das terras do Parque entre os cinco grupos existentes na reserva, caso ele seja incorporado ao território Krenak. A resposta foi simples e direta: ‘primeiro a gente conquista as terras, depois decide como serão estes detalhes’. Neste aspecto, a luta pela conquista do Parque é um movimento que envolve todos os grupos, sem distinção.

Este processo de luta pela incorporação do Parque ao território indígena teve seu ápice no dia 1º de dezembro de 2005, quando o povo Krenak, com o apoio de outros grupos indígenas, ocuparam os trilhos da Estrada de Ferro Vitória-Minas como forma de protesto. Na ocasião, foi publicado um documento pelos Krenak que solicitava a incorporação do Parque dos Sete Salões à atual Reserva.

O documento ressaltava o compromisso assumido pela FUNAI de dar andamento à questão da incorporação das terras do Parque ao território Krenak, e solicitava a criação de um Grupo Técnico para estabelecer o início da demarcação das terras em nome dos Krenak (CIMI, 2005).

Sobre esta solicitação dos Krenak, o antropólogo da Funai, Rodrigo Nacif, informou, durante conversas que tivemos em uma visita dele às terras Krenak, que existe um Processo Administrativo do órgão indigenista em andamento buscando identificar a relação dos Krenak com as terras denominadas Sete Salões, visando a incorporação deste espaço à atual Reserva Indígena.

Retomando a temática inicial, que nos direciona para a compreensão da construção dos múltiplos territórios Krenak, destacamos o fio condutor desta dissertação que foi a concepção sobre os múltiplos territórios constituídos pelos Krenak, principalmente a partir dos exílios.

Esta construção territorial, segundo Haesbaert, está em constante transformação, uma vez que envolve diversos sujeitos que efetivamente exercem poder, que controlam o espaço. Conseqüentemente, os processos sociais se constituem de forma extremamente dinâmica. No caso dos Krenak, esta dinâmica na construção de sua multiterritorialidade esteve, em vários momentos de sua história, associada a interferência da sociedade européia e, mais recentemente, a ação do Estado na realização das transferências forçadas deste povo a outros territórios.

CONCLUSÃO

Chegamos ao final deste trabalho com inúmeras questões compreendidas, outras mais inquietantes do que meramente conclusivas. Isto porque estudar a territorialidade envolve um processo amplamente dinâmico, devido à própria construção que é sempre contínua.

Nosso objetivo principal foi estabelecer uma análise sobre a construção territorial dos povos que habitavam o vale do rio Doce antes da colonização européia, principalmente sobre o modo como estes povos construíram seu território estabelecendo sobre ele uma dose de poder que se estabelece de forma amplamente simbólica.

Nossa primeira interpretação do fato se estabelece a partir de uma dimensão territorial que está muito além da idéia do território vinculado exclusivamente ao Estado, como representação máxima do poder ou da sua dimensão funcional, enaltecendo assim suas características econômicas. No nosso caso, partimos de uma construção do conceito do território pautado pela sua perspectiva simbólica a qual, no caso em tela, assume sua imaterialidade a partir da sacralidade estabelecida sobre o território (ROSENDHAL, 2002).

A primeira consideração a fazer é que a imaterialidade dos territórios pode assumir conotações tão intensas que a dimensão simbólica do território pode mesmo superar a dimensão física. No caso dos Krenak, esta singularidade do simbólico é algo tão marcante que, mesmo durante um momento prolongado de exílio, o território de origem assume uma proporção tão intensa que os fazem retornar, chegando mesmo a realizarem uma trajetória de cerca de três meses caminhando até encontrarem as terras do vale do rio Doce. Este é um episódio profundamente marcante na história dos Krenak e que nos leva a refletir sobre a dimensão de entrelaçamento que esta comunidade possui com seu território.

Nesta mesma perspectiva, citando o exemplo apresentado por Haesbaert (2006) ao destacar a territorialidade simbólica dos Judeus que construíram um território (neste caso a terra prometida) mesmo sem conhecer suas características físicas. Este Fenômeno é muito semelhante àquele vivido pelos Krenak que, durante as diásporas, mantiveram a territorialidade construída no território do rio Doce, permanecendo presente no imaginário do grupo.

Para entender esta construção da territorialidade entre os Krenak, optamos por percorrer um caminho que se iniciou com características do modo de vida dos primeiros habitantes do vale do rio Doce: os Borum, na língua Krenak, ou Botocudos, para os colonizadores que estabelecem esta terminologia para classificar todos os povos que

habitavam os vales dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha e que utilizavam adornos labiais e/ou auriculares.

Na primeira parte, pudemos perceber que os antigos botocudos que habitavam o vale do rio Doce possuíam um território geograficamente delimitado, constituído com base em uma territorialidade, predominantemente simbólica, construída a partir da relação dos diversos grupos com os elementos da natureza. No que se refere a esta construção simbólica, conforme destacamos ao longo do trabalho, na maior parte das vezes, esta assumia também um carácter funcional, visto que sua subsistência partia do rio e, quase sempre, da floresta, tendo em vista que os elementos fundamentais para a sobrevivência do grupo estava baseada na pesca, na caça e na coleta. A agricultura ainda era uma atividade com pouca expressão (ESPÍNDOLA, 2005).

A ocupação populacional neste território ficou proibida enquanto foi interessante para a política colonial a manutenção de uma ‘Zona proibida’, devido ao receio de que o ouro da região mineradora da Capitania de Minas Gerais tivesse o rio Doce como ponto de fuga para os contrabandistas (MATTOS, 1996; ESPÍNDOLA, 2005).

A partir do momento em que a mineração entra em declínio, o Estado estabelece o interesse em promover a ocupação e o domínio político sobre aquela imensidão de terras, visando transformá-las em um território economicamente produtivo. A partir daí, a política colonial toma um novo rumo. Para a concretização desta política era necessário promover a eliminação dos “ferozes e antropófagos botocudos”. Este ato tem seu ápice com a decretação da Carta Régia de 1808 por D. João.

O que se estabelece, a partir daí, é o primeiro aspecto desta disputa territorial entre o Estado e os povos nativos. Por um lado, os indígenas haviam constituído seu território, estabeleceram uma relação sagrada com o espaço, delimitaram seus recortes geográficos, enfim, havia territorializado aquele espaço. Do outro lado, estava o Estado que não reconhecia os nativos como donos da terra, mas sim, como entrave ao desenvolvimento econômico, sendo necessária a eliminação destes indivíduos para que a função econômica do território se sobressaísse. São duas concepções diferentes sobre o mesmo espaço que acabam estabelecendo um conflito de grandes proporções.

Haesbaert (2005) destaca que a definição de território pode mudar conforme o viés adotado para sua análise. Contudo, em qualquer acepção, território sempre tem a ver com poder, tanto no sentido mais concreto do poder como dominação, quanto no sentido simbólico como apropriação.

No caso do território dos antigos botocudos, percebemos que, desde o momento em que a Coroa portuguesa estabelece, oficialmente, a Guerra Justa, há sempre o intuito de fazer com que os povos indígenas deixem de existir. Só assim, o Estado poderia dominar aquele território. Nesta perspectiva, o território indígena que se encontra dentro da zona de interesse do Estado português tende a ser desconstruído, sendo esta a única saída viável para o estabelecimento da política do Estado.

O empreendimento desta dominação pelo Estado é feita a partir do estabelecimento das Divisões Militares que tinham como função principal a dominação militar sobre as terras ocupadas por botocudos e facilitar a ocupação demográfica neste espaço, visando a transformação de uma vasta extensão territorial, considerada improdutivo, insalubre e povoada por índios antropófagos em um território sob o domínio do Estado e com expectativas econômicas.

Apesar de todos os esforços da política colonial, vimos que esta transformação do território do vale do rio Doce só se concretizou com a implantação da Estrada de Ferro Vitória-Minas no início do século XX. A ferrovia, que se introduzia no mundo capitalista como símbolo da modernidade, conseguiu realizar aquilo que as Divisões Militares não deram conta de resolver totalmente: concretizar a transformação de um território povoado por índios em um território voltado para a exploração econômica.

Com a implantação da ferrovia, vieram os fazendeiros, formaram-se cidades ao longo da estrada férrea, a população aumentou, isto levou os botocudos do vale do rio Doce a serem praticamente dizimados ou “integrados à sociedade” (REZENDE, ÁLVAREZ, 2009).

Os Krenak, atualmente, o único grupo remanescente dos antigos botocudos do vale do rio Doce, começam a sofrer interferências externas, motivadas pelo desejo expansionista das áreas agrícolas que se formavam no entorno das terras indígenas. O órgão indigenista então promove uma ação de retirada de desterritorialização deste grupo de suas terras originais.

Esta questão assume o ponto central do nosso trabalho, focando a desterritorialização como um mito, na mesma perspectiva de Haesbaert (2006), entendemos que, na ótica do Estado, a ação de transferência representava uma desterritorialização, tendo em vista que os Krenak seriam retirados de suas terras e reterritorializados em outro lugar.

Contudo, a vinculação dos Krenak com a terra possui uma dimensão muito forte. A terra para o Krenak não representa apenas um elemento funcional da qual é retirado o sustento. A terra é sagrada. O rio não é apenas um provedor da pesca, é um ente sagrado. “É o pai nosso”, conforme citado por Soares (1992). O retorno para o local onde os antepassados foram sepultados também ganha uma expressão muito intensa entre o grupo. Para concluir o

panteão dos locais sagrados para os Krenak, destacamos a pedra dos Sete Salões, espaço localizado fora da atual Reserva Indígena Krenak, mas profundamente almejada pelos indivíduos do grupo. Esta sacralidade atribuída ao território supera a concepção substancialmente mais comum que entende o território apenas na dimensão do poder do Estado, compreendido por muitos como única expressão do poder (HAESBAERT, 2006).

Em nossa análise, procuramos compreender a construção da territorialidade Krenak no vale do rio Doce e o fenômeno da multiterritorialidade, desenvolvido ao longo de duas diásporas. Ao final, compreendemos que a relação dos Krenak com seu território permanece muito forte, mesmo com todos os elementos da vida moderna. O acesso a bens como automóveis, aparelhos eletrodomésticos e tecnológicos, pode ter provocado alterações no modo de vida dos atuais Krenak em relação a seus antepassados. Entretanto, estes elementos não conseguiram retirar a dimensão sagrada que os Krenak possuem em sua relação com a terra. Esta relação territorial foi muito clara no decorrer do trabalho realizado em campo, onde pudemos perceber que as expressões simbólicas continuam mantendo uma presença intensa na vida deste povo.

Neste ponto, conseguimos responder nossa pergunta inicial que visava compreender o porquê do retorno dos Krenak a cada exílio sofrido. Neste aspecto, nossa hipótese se fundava na questão da construção da territorialidade pelos antepassados dos atuais Krenak que possuía um caráter simbólico, sagrado, foi plenamente respondida. O que superou nossas expectativas foi percebermos que os Krenak constituíram um território ‘paralelo’ no interior de São Paulo, entre os índios Kaingang. Território este, existente em função da reconstrução, simbólica, de aspectos muito fortes do território Krenak de Resplendor, em Vanuíre/SP.

Assim, a marca da multiterritorialidade vivida pelos Krenak pode ser compreendida perfeitamente pela construção teórica de Rogério Haesbaert ao considerar a desterritorialização, de fato, um mito. Neste caso, o que marcou e ainda marca a diáspora Krenak é a multiterritorialidade. A vivência em um território sem, no entanto, apagar as marcas da territorialidade vivida anteriormente. Neste contexto, podemos inferir que o território também é memória.

Por último, podemos considerar que a dinâmica desta territorialidade se faz presente em dois aspectos: o primeiro internamente, com a formação de pequenos grupos dentro da comunidade Krenak estabelecendo ‘micro-territórios’, no interior de um território maior constituído pela dimensão da Reserva Indígena Krenak. O segundo, externamente no momento em que os Krenak lutam pela incorporação do Parque Estadual dos Sete Salões à extensão da Reserva atual.

Lembramos, neste ponto, que os trunfos utilizados pelos Krenak nesta luta pela conquista das terras do Parque, passam por uma dimensão puramente simbólica, atrelada aos valores religiosos que abordamos anteriormente. Esta dimensão sagrada do território choca, novamente, com os interesses de fazendeiros que foram desapropriados pelo Estado para a demarcação do Parque, mas que não foram indenizados. A integração do Parque ao território indígena produz ainda atrito com a mineradora Vale uma vez que a linha férrea estará atravessando toda a extensão da Reserva Indígena. Destarte, o poder econômico continua em conflito com o poder simbólico, cultural que, no caso dos Krenak, continua sendo o principal elemento formador de sua territorialidade.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, José Otávio. Os ecos autoritários da Marselhesa: Guido Tomaz Malière e a Colonização do Rio Doce (Minas Gerais). **Fenix – Revista de História e Estudos Culturais**. Julho/Agosto/Setembro de 2007. Vol. 04. Ano IV n° 03.

ANDRADE, Antonio Ricardo Pereira. **Cultura e Sustentabilidade: A Sociedade Potiguara e um novo Mal-Estar na Civilização**. 2008. 183f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. [et. al] **Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ARANTES, Luana Lazzeri. **Diferenças indissolúveis – Um estudo sobre a sociabilidade Borum**. 2006. 130f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BAETA, Alenice Motta; MATTOS, Isabel Missagia de. A serra da onça e os índios do Rio Doce: Uma perspectiva etnoarqueológica e patrimonial. **Habitus**. Goiânia, V. 5, n.1, p. 39-62, Jan/Jun – 2007.

BAETA, Alenice. As ocupações humanas no período pré-colonial no Médio Vale do Rio Doce. In: REZENDE, Marcos. ÁLVAREZ, Ricardo (Org.). **Era tudo mata: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor**. Belo Horizonte, MG: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009. p. 14-26.

_____. Alenice. As primeiras entradas nos Sertões do rio Doce: do século XVI ao século XIX. In: REZENDE, Marcos. ÁLVAREZ, Ricardo (Org.). **Era tudo mata: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor**. Belo Horizonte, MG: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009. p. 27-41.

BLASENHEIN. Peter L. As Ferrovias de Minas Gerais no século dezenove. **LOCUS – Revista de História**, Juiz de Fora, p. 81-100, vol. 2 n.º 2.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CALDEIRA, Vanessa. “História de Botocudo”: o povo Krenak na região do Vale do Rio Doce. In: REZENDE, Marcos. ÁLVAREZ, Ricardo (Org.). **Era tudo mata: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor**. Belo Horizonte, MG: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009. p. 42-61.

CASTRO. Iná Elias de. **Geografia e Política – Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. **50 Anos de História – Companhia Vale do Rio Doce**. Rio de Janeiro: CVRD, 1992.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Krenak ocupam estrada de ferro da Companhia Vale do Rio Doce**. 2005. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/>>. Acesso em: 23 de maio de 2009.

CORRÊA, José Gabriel Silveira. Política Indigenista, tutela e deslocamento de populações: A trajetória histórica dos Krenak sob a gestão do Serviço de Proteção aos Índios. **Arquivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro – v.61, nº 2, p. 89-105, abril-junho 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de, [et. al.] **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-48.

CRUZ, Leonardo de Oliveira. **O “ser” e o “estar” índio: produção de identidades entre Kaingang e Krenak, em Vanuíre**. 2007. 128f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

DECCA, Edgar de; MENEGUELLO, Cristina. **Fábricas e Homens: A Revolução Industrial e o cotidiano dos trabalhadores**. São Paulo: Atual, 1999.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. 3. ed. São Paulo: Cortez: 1991.

EMATER. Índios Krenak têm assistência da EMATER-MG. **Extensão**, Belo Horizonte, Dezembro de 1997.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. A história de uma formação sócio-econômica urbana: Governador Valadares. **Revista de História**, nº 6, Vitória, Edufes, p. 27-40, 1998.

_____ Práticas econômicas e meio ambiente na ocupação do Sertão do Rio Doce. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**. Centro Universitário Newton Paiva, Ano VIII, nº 14, p. 23-15, abril, 2000.

_____ O genocídio das populações nativas do Rio Doce. **Aletheia**, Belo Horizonte, v. 3, p. 127-136, 2001.

_____ **Sertão do Rio Doce**. Bauru: Edusp, 2005.

_____ Populações Nativas do Rio Doce. **Arkeos. Perspectivas em diálogo**. V. 16, p. 153-170, 2006.

_____ Territorialidade em Minas Gerais Durante a Crise do Sistema Colonial. **III Encontro da ANPPAS**: Brasília, 2006.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmem; WENDLING, Ivan Jannotti. Elementos Biológicos na configuração do Território do Rio Doce. **Varia História**, Belo Horizonte, nº 39 p. 177-197, Jan-Jun/ 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HAESBAERT, Rogério. Região, Diversidade territorial e globalização. **Revista GEOgraphia**. Ano 01, nº 01, p.15-39, 1999.

_____. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. São Paulo: **Terra Livre**, Ano 18, vol. I, nº 18, p. 37-46, Jan-Jun. 2002.

_____. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. **Anais do X encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: USP, p. 6774-6792, 2005.

_____. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton [et al.] **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**. 23. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

KRENAK, Douglas. **Borum Krenak: 200 anos de resistência à Guerra Justa**. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/.../0063.html>>. Acesso em 18 de junho de 2009.

KRENAK, Itamar de Souza Ferreira. **Uatu Hoom**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, Cipó Voador, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. Terras indígenas: O processo da regularização. In: WOORTMANN, Ellen F. **Significados da Terra**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 173-180, 2004.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (Org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras – Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 155-172.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. **Ferrovias, sociedade e cultura, 1850-1930**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MATTOS, Izabel Misságia de. **Borum, Bugre, Kraí. Constituição social da identidade e memória étnica Krenak**. 1996. 219f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

_____, **Civilização e Revolta – Os Botocudos e a catequese na Província de Minas.** Bauru: EDUSC, 2004.

MARTUCCI, Elizabeth Márcia. Estudo de Caso Etnográfico. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 25, nº 2, p. 167-180, 2001.

MESGRAVIS, Laima. **O Brasil nos primeiros séculos.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: Ensaio de História, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.** São Paulo: Contexto, 2007.

NETO, Antônio Teixeira. Cartografia, Território e Poder: Dimensão técnica e política na utilização de mapas. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia-Goiás, v. 26, nº 02, p. 49-69, jul/dez. 2006.

WIED-NEWIED, Maximiliano. **Viagem ao Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Revista MANA**, nº 4, p. 47-77. 1998.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Os Botocudos em Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo – A busca do passado.** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1986 (Datilografado).

_____. **Laudo Antropológico Pericial Relativo a Carta de Ordem nº 89.1782-0 Oriunda do Supremo Tribunal Federal e Relativo a Área Krenak.** Universidade Federal da Bahia: 1989.

_____. Os Botocudos e Sua Trajetória Histórica. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (Org.) **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras – Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 413-430.

PEREIRA, José Edgard Penna Amorim. **Perfis constitucionais das terras devolutas.** Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos – Os princípios da legislação indigenista no período colonial (Séculos XVI a XVIII). In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (Org.) **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras – Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 115-132.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE, Marcos. ÁLVAREZ, Ricardo (Org.). **Era tudo mata: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor.** Belo Horizonte: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009.

RIBEIRO, Berta Gleizer. **O Índio na História do Brasil.** 8. ed. São Paulo: Global, 1997.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e Religião: Uma abordagem Geográfica**. 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte: Itatiaia, Edusp, 1974.

_____, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, Edusp, 1975.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SILVA, Daniela Araújo. **Diáspora Borum: Índios Krenak no Estado de São Paulo (1937-2008)**. 2009. 168f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

SOARES, Geralda Chaves. **Os Borun do Watu – Os índios do Rio Doce**. Contagem, CEDEFES, 1992.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, [et. al.] **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Capitalismo e Ferrovias no Brasil**, 2. ed. Curitiba: HD Livros, 1996.

TRANSMISSÃO, Informativo da Usina de Aimorés – Ano II, nº 13, jan/fev de 2010.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia – Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

XAVIER, Maria Aparecida Sá. **Ticumbi e a arte de curar na Vila de Itaúnas, Conceição da Barra, ES, como expressões de Espacialidade**. 2008. 179f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

ANEXOS

ANEXO A – Título de Venda de Terras Krenak a Fazendeiros.



ESTADO DE MINAS GERAIS
TÍTULO DE VENDA DE TERRAS DEVOLUTAS

O Governador do Estado de Minas Gerais:

Faço saber que, tendo sido concedida ao Sr. Mário

Leifas Fernandes _____ x _____
 _____ x _____ x _____

o despacho do Diretor Geral da Fundação Rural Mineira (RURALMINAS),
 de 22 de abril de 1974 e de acordo com o artigo 24º e 28º
 da Lei nº 550 de 20 de dezembro de 1949, _____ x _____

uma sorte de terras devolutas com os característicos constantes deste, situada
 no lugar denominado Margem do Cume _____

Distrito de Independência _____ x _____

Município de Resplendor _____ x _____

contendo a área de 923.700 m² (novecentos e vinte e três mil e setecentos metros quadrados) _____ x _____

conforme medição aprovada por despacho de 6 de dezembro de 1973,
 já estando pago o custo do referido terreno, a importância de
 Cr\$ 2.855,84 (dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco cruzeiros e setenta e quatro centavos) _____ x _____

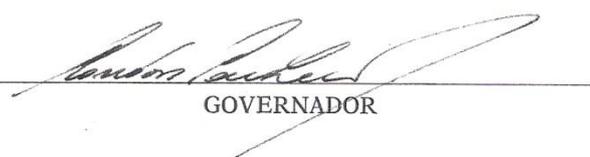
e cumpridas todas as disposições legais, resolvo conferir-lhe o presente título,
 investindo-o no direito de propriedade daquela área, que fica gravada com os
 ônus constantes do artigo 2º do Decreto Estadual nº 5482, de 21 de setembro
 de 1958.

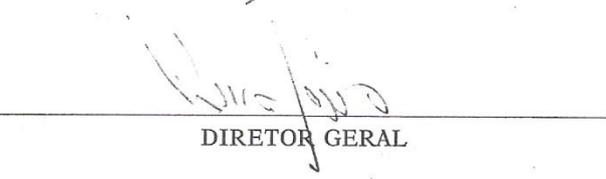
O Estado de Minas Gerais reserva-se o direito de participação nos
 resultados da lavra de qualquer riqueza do subsolo, de que trata o § 2º do artigo

168, da Constituição da República, editada pela Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, na área que é objeto de presente concessão, com a faculdade de cedê-lo à Metais Minas Gerais S.A. — METAMIG, ou outra entidade, ficando expresso, declarado e esclarecido que o adquirente reconhece que, na eventualidade de haver qualquer depósito mineral no subsolo, não lhe assistirá o direito à participação nos resultados da lavra, e sim ao Estado de Minas Gerais, nem terá direito a indenização de qualquer natureza, a esse título.

O Concessionário se obriga ao pagamento de quaisquer benfeitorias e construções pertencentes a terceiros, acaso existentes nas terras concedidas e também a cumprir todas as demais condições e prescrições das leis vigentes que ficam fazendo parte do presente título, inclusive o disposto nos artigos 9.º e 92 da Lei n.º 550, de 20 de dezembro de 1949, sendo que a inobservância deste último artigo acarretará a caducidade da presente concessão.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, 30 de abril de 1974


GOVERNADOR


DIRETOR GERAL

ANEXO B – Guias de recolhimento de arrendamento de terras indígenas a fazendeiros.

1.ª VIA

RECEITA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
EXERCÍCIO DE 1962

Livro n.º 2 Fls. 192 Inscrição n.º 50.542

Sud
Constantino Oliveira

N.º 290712

Imposto Territorial Rural

_____ % sobre Cr\$	Cr\$ _____
_____	Cr\$ _____
_____	Cr\$ _____
_____	Cr\$ _____
Taxa Ocupação Terras Devolutas % s/	Cr\$ <u>4.558,00</u>
Multa	Cr\$ _____
Taxa de Expediente	Cr\$ <u>24,00</u>
TOTAL	Cr\$ <u>4.582,00</u>

Fica debitada ao coletor a importância de Quatro mil
quinhentos e oitenta dois cruzeiros.
recebida de Mario Veiros Fernandes

proveniente do Imposto Territorial referente ao 1.º semestre de 1962
sobre as propriedades denominadas C.º Veados e
M.º Eq.º Condi.

e situadas no distrito de Sud.

Coletoria Estadual de Resplendor
de 17 de Março de 1962

O Coletor, [Assinatura]
O Escrivão, [Assinatura]

Série I

RECEITA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DÍVIDA ATIVA

Livro n.º 2 fls. 192

Loba
N.º 920439

Número da inscrição _____

Principal <u>Ocupação</u>	Cr\$ <u>71,00</u>
Multa <u>do</u>	Cr\$ <u>14,20</u>
_____	Cr\$ _____
_____	Cr\$ _____
Taxa de Assistência Hospitalar	Cr\$ _____
Setos de inscrição	Cr\$ _____
Selo do conhecimento	Cr\$ <u>13,50</u>
Total	Cr\$ <u>98,70</u>

Fica debitada ao coletor a importância de noventa e
oito cruzeiros e 70 centavos
recebida de Mario Veiros Fernandes
proveniente de Ocupação

referente ao _____ exercício de 1955

Coletoria Estadual de Resplendor
17 de Março de 1955

O Coletor, [Assinatura]
O Escrivão, [Assinatura]

SÉRIE A

1.ª VIA



RECEITA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXERCÍCIO DE 1962

Livro n.º 2 Fls. 192 Inscrição n.º 50.542

Sud
Constantino Américo

N.º 290712

Imposto Territorial Rural

_____ % sobre Cr\$	Cr\$
_____	Cr\$
_____	Cr\$
_____	Cr\$
Taxa Ocupação Terras Devolutas _____ % s/	Cr\$ 4.588,00
Multa _____	Cr\$
Taxa de Expediente _____	Cr\$ 24,00
TOTAL	Cr\$ 4.588,00

Fica debitada ao coletor a importância de Quatro mil
quinhentos e oitenta dois cruzeiros.
recebida de Mario Vastos Fernandes

proveniente do Imposto Territorial referente ao 1.º semestre de 1962
sobre as propriedades denominadas C.º Veados e
M. Eq. Curu

e situadas no distrito de Sud.

Coletoria Estadual de Resplendor
de 17 de Março de 1962
O Coletor, [Assinatura]
O Escrivão, [Assinatura]

Série I



RECEITA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DÍVIDA ATIVA

Livro n.º 2 fls. 192

J. Maranhão

N.º 920439

Número da inscrição _____

Principal <u>Ocupação</u>	Cr\$ 71,00
Multa <u>do</u>	Cr\$ 14,20
_____	Cr\$
_____	Cr\$
Taxa de Assistência Hospitalar _____	Cr\$
Selo de inscrição _____	Cr\$
Selo do conhecimento _____	Cr\$ 13,50
Total	Cr\$ 98,70

Fica debitada ao coletor a importância de noventa e
oito cruzeiros e 70 centavos
recebida de Mario Vastos Fernandes
proveniente de Ocupação

referente ao exercício de 1955

Coletoria Estadual de Resplendor
de 17 de Março de 1955

O Coletor, [Assinatura]
O Escrivão, [Assinatura]

SÉRIE A

ANEXO C – Guia de Recolhimento para legitimação de terras em nome de fazendeiros.



GUIA DE RECOLHIMENTO LEGITIMAÇÃO DE TERRAS

Nº 5058

POSSEIRO		
CÓDIGO	NOME	
2e	Mario Veitas Fernandes	
DISTRITO DE TERRAS		
RECOLHERÁ A FUNDAÇÃO RURAL MINEIRA - COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - RURALMINAS A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 498.29		
(por quatrocentos e noventa e oito cruzeiros e vinte e nove centavos)		
HISTÓRICO		
PROVENIENTE DE Arrendamento de 1969 e Complemento taxa medição		
DISCRIMINAÇÃO	Classificação do Recolhimento	VALOR
Taxa de Ocupação.....1969.....	1.2.1.1.0	412.52
Medição.....Complemento.....	1.3.1.1.0	85.77
Planta Memorial.....	1.3.1.1.0	
Certidão de Título.....	1.3.1.1.0	
Expedição de Título.....	2.0.5.6	
20% da Taxa de Legitimação.....	1.4.5.1.0	
SUBTOTAL		
80% da Taxa de Legitimação.....	2.5.3.9.3	
TOTAL		
DIRETORIA DO PATRIMÔNIO DE TERRAS	SCOF 498.29	
<i>31/5/70</i>		
Recebemos o Cheque N.º	Contra	
No Valor Total, Acima Discriminado:	498.29	
LOCAL/DATA	SETC	

ANEXO D - Jornal "O Estado de Minas" de 13 de Março de 1997

GERAIS/URBANISMO

Produtores entregam terras para índios


RESPLENDOR
SUCURSAL LESTE

Os produtores rurais de Resplendor, no Vale do Rio Doce, vivem novamente dias de apreensão, com a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), na última segunda-feira, de ocupação imediata pelos índios Krenak de uma área de 4.000 hectares. Produtores rurais que lideravam movimento de resistência na desocupação da área desde dezembro, quando tentavam todos os recursos judiciais, garantem que o caso está encerrado, e vão deixar a área pacificamente.

Porém, o presidente da Cooperativa de Resplendor (Capel), Josias Nico, informou que a maioria dos produtores ainda não sabe da decisão. A Capel vai enviar hoje, comunicado aos produtores, através do caminhão de leite, informando a situação e pedindo calma. A determinação do STF pede urgência na ocupação das terras pelos índios Krenak, com a retirada das famílias dos produtores sob responsabilidade da Polícia Federal e Funai.

O delegado da Polícia Federal em Governador Valadares, Hêlbio Dias Leite, informou que já está providenciando medidas cabíveis para a retirada dos produtores. Ele espera que a operação aconteça nos próximos 12 dias. Leite assegurou que vai se reunir antes com os produtores para definir a operação. Porém, ontem à tarde, a informação no escritório regional da Funai era de que o chefe da Funai em Governador Valadares, Wilton Madson Andrada, já estaria na região de Resplendor.

Irreversível

A decisão da justiça é irreversível. As 65-propriedades rurais da área estão distribuídas entre 87 produtores, que possuem desde pequenas glebas de terra até grandes áreas produtivas. Mais de 5.000 animais, sendo cerca de 3.500 bovinos, terão que ser retirados da área. O produtor Afrânio Starling, de 73 anos, um dos líderes dos proprietários rurais, afirmou que a decisão comporta recursos protelatórios, mas ele considera o caso encerrado.

Problemas sociais tendem a se agravar

A preocupação em Resplendor é com problemas sociais e econômicos que a medida pode gerar. De acordo com o presidente da Capel, os produtores da área, que agora, de direito, é toda dos índios Krenak, contribuem com a produção de leite e carne do município de 17 mil habitantes, que vive economicamente da agropecuária. As autoridades locais não sabem como solucionar a questão, que será agravada com os índios Krenak que chegarão na cidade.

Com a posse da terra, a intenção da Funai é trazer de volta para a região, os índios da tribo que deixaram o Vale do Rio Doce quando ocorreu a ocupação das terras. São cerca de 220 pessoas de aldeias em cidades de São Paulo, Mato Grosso do Sul, e de Carmésia, em Minas, que voltariam para a região de origem.